

JOSÉ PEDRO DA ROS

**TURISMO: ALGUMAS MEMÓRIAS SOBRE A ILHA DO CAMPECHE /
FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis
2003

JOSÉ PEDRO DA ROS

**TURISMO: ALGUMAS MEMÓRIAS SOBRE A ILHA DO CAMPECHE/
FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção - Mídia e conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Edna G. Maciel Fiod

Florianópolis
2003

Ficha Catalográfica

DA ROS, J. P. **Turismo: algumas memórias sobre a Ilha do Campeche**. 2003. 122f. Dissertação (Mestrado em Mídia e conhecimento) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis.

1.Atividade turística. 2.Ecoturismo. 3.Ilha do Campeche.

UFSC/CTC/CPGEP

JOSÉ PEDRO DA ROS

**TURISMO: ALGUMAS MEMÓRIAS SOBRE A ILHA DO CAMPECHE/
FLORIANÓPOLIS**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de mestre em Engenharia de Produção no Programa de Pós-graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2003.

Prof. Dr. Edson P. Paladini
Coordenador do Programa de Pós-graduação
em Engenharia de Produção

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edna Garcia Maciel Fiod
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Kátia Maheirie
Universidade Federal de Santa Catarina

Sônia Maria Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha família pelo apoio e compreensão, minha orientadora Edna pela paciência e liberdade e minha comadre Katita pela força. Também agradeço aos meus entrevistados pela excelência das informações prestadas e a todas as pessoas que colaboraram para que este trabalho fosse concluído.

RESUMO

O turismo de consumo, de massa, próprio da sociedade dos dias atuais, tem se caracterizado por ser predatório, provocar danos a riquezas naturais e ao patrimônio cultural e, algumas vezes, criar nos espaços turísticos os chamados não-lugares, onde tudo passa a ser objeto de consumo, inclusive o próprio espaço. Da mesma forma, os turistas transformam-se em consumidores de um produto que é comum a qualquer ponto turístico do planeta, uma vez que ele se torna uma simples mercadoria que perdeu as características do local visitado, por lhe terem sido retiradas as peculiaridades que o tornam único e próprio daquele lugar – tomar caldo de cana industrializado não é o mesmo que tomá-lo moído artesanalmente. O valor turístico é dado justamente pela singularidade da cultura e também pela natureza do lugar. Preservá-la é uma questão de necessidade, uma vez que o sucesso do *trade* turístico, tal como está se difundindo em larga escala hoje em dia, pode vir a ser o motivo da destruição desses atrativos. Indica-se, nesta dissertação, o turismo cultural e ecológico como alternativa para este momento, associado a programas educacionais em turismo, como alternativa para a preservação de tais riquezas. A história oral, como recurso metodológico, possibilitou coletar e sistematizar uma face da história da Ilha do Campeche, pois se descreve uma época de colonização açoriana do litoral de Santa Catarina, em especial, da Praia da Armação, uma das colônias pesqueiras de Florianópolis, na qual se ressaltam temas como armação e caça de baleias, a agricultura feita em outras épocas na ilha e as recentes ocupações e os crimes ambientais que comprometem seus atrativos naturais e culturais, que não são poucos.

Palavras-chave: cultura, turismo, preservação, história oral, Ilha do Campeche.

ABSTRACT

The consumption tourism of mass, proper of the current days society, has been characterized for being predatory provoking damages to the considered natural wealth and the cultural patrimony, and sometimes, creating in the tourist spaces what we call *not-places*, where everything turns into consumption object, even the space itself. In the same way the tourists become consumers of a product which is common to any touristic point of the planet, when it becomes a simple merchandise which has lost the characteristics of the visited place, for being the specific characteristics of that place - having industrialized broth of sugar cane is not the same than having it artisanly made. The tourist value is given exactly by the singularity of the culture and also by the nature of the place. Preserve it is a necessity question, because the success of touristic trade as it has been spreading out in wide scale nowadays, can come to be the reason of the destruction of these items. In this text it is indicated the cultural and/or ecological tourism as an alternative for this moment, associated to the educational programs in tourism as alternative for preservation of such wealth. Verbal history, as method resource, made possible to collect and systemize a face of the history of Campeche Island, which is about a time of *açoriana* (Açores Island) settling in the coast of Santa Catarina Armação beach specially, one of the fishing colonies of Florianópolis, on scaffolding and whales hunting, the agriculture made in other times in the island and the recent occupations and crimes that come to it compromising its natural and cultural attractions, which are not few.

Key-words: culture, tourism, preservation, oral history, Ilha do Campeche.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	19
1.1 APONTAMENTOS SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA	19
1.2 ECOTURISMO	33
1.3 TURISMO E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES DECORRENTES	43
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	54
2.1 PERCURSO, MEMÓRIA E HISTÓRIA	54
3 A ILHA DO CAMPECHE	60
3.1 UM PEQUENO RETRATO DA ILHA DO CAMPECHE	60
3.2 A HISTÓRIA COLETADA	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES	98

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista aérea da Ilha do Campeche	59
Figura 2 – Ilha do Campeche	59
Figura 3 – Localização da Ilha do Campeche no mapa de Florianópolis	60
Figura 4 – Local de desembarque na Ilha do Campeche	61
Figura 5 – Mapa dos sítios e petroglifos da Ilha do Campeche	65
Figura 6 – Pedra do terceiro olho	68
Figura 7 – Pichações feitas por visitantes nas pedras da Ilha do Campeche	69
Figura 8 – Brunidores da Ilha do Campeche	70
Figura 9 – Pescadores carneando uma baleia	73

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa aborda algumas passagens referentes à história da Ilha do Campeche, uma das riquezas turísticas de Florianópolis, com muitos atrativos naturais e culturais, uma pequena área insular bem próxima à Ilha de Santa Catarina. Tal abordagem descreve a vida na pequena ilha em outras épocas, a sua ocupação e utilização, as mudanças ocorridas de lá para cá, a partir de relatos de quem viveu tudo isso.

São pessoas simples, que contam como viviam, a importância que seus antecessores tiveram nas atividades econômicas desenvolvidas em torno da ilha tempos atrás; pessoas que não têm por que denegrir a imagem da Ilha hoje em dia, mesmo que lhes seja penoso assistir a certos crimes ambientais. Para falar da Ilha do Campeche, contam suas próprias histórias. Ao descreverem a caça às baleias, que fazia parte da rotina no final do século XIX e início do século XX, incluem acontecimentos que seus familiares, vizinhos, pescadores amigos, ou elas mesmas, viveram. Neste trabalho, utiliza-se a palavra - pescadores-, no masculino, porque, como hoje, naquele tempo, a pescaria era uma atividade de homens, especificamente.

Contam do cabo submarino, que era a extrema inovação tecnológica inglesa, para a comunicação imediata entre longas distâncias. Um dos pescadores relata com orgulho que ainda possui um pedaço, como herança de seu pai. Eles denunciam os recentes estragos feitos na ilha, os crimes ambientais, como se falou, e a exploração do turismo de massa, que vem danificando a natureza e a cultura da ilha.

De modo a sistematizar as informações coletadas, o primeiro capítulo engloba as considerações teóricas e tem como primeiro tema alguns apontamentos sobre a atividade turística em geral e sobre o turismo no Brasil, em especial. São abordadas questões como o espaço turístico e os chamados não-lugares. O segundo tema abordado é o ecoturismo, do qual são mostrados exemplos que não podem ser deixados de comentar, pelo Brasil e pelo mundo, referentes ao desenvolvimento sustentável, enfocando o fato de ele ser mito ou não. O terceiro tema discutido trata da

interface turismo, educação e implicações decorrentes. Discute-se, aí, ainda que de maneira geral, questões como cultura, planejamento e preservação, uma vez que elas se tornam centrais e imprescindíveis ao se aproximar turismo de educação.

O segundo capítulo expõe as considerações metodológicas, nas quais se descreve o percurso realizado até a coleta das memórias sobre a Ilha do Campeche, como as idas e vindas para ganhar a confiança dos conhecedores da história da ilha e as aprendizagens necessárias sobre história oral como pesquisa.

O terceiro capítulo refere-se especialmente à Ilha do Campeche, começando com um pequeno retrato da ilha e continuando, depois, com um resumo da história coletada.

Finalmente, são expostas as considerações finais, em que se faz uma crítica construtiva a tudo o que já foi feito em prol da ilha e contra ela e se apresentam sugestões para a atividade turística desejada nesse maravilhoso patrimônio natural e cultural. Uma delas integra a recuperação de passagens significativas da história da ilha colhidas como memória oral, com a proposta de um programa turístico-educacional que leve em conta um conceito essencial e bastante trabalhado nesta dissertação: lugar.

Ao elaborar este capítulo de apresentação, somente possível após o término da pesquisa, o autor sente a necessidade de começar com novas reflexões, e deixa uma nota

Sou um viajante, um turista na teoria e na prática, e isso me fornece elementos para entender o mundo. Sempre fui curioso por natureza, sou atraído por outras culturas, por quem é diferente de mim. Acho que, se não estabelecemos essas pontes, se não tentamos entender os outros, a vida fica mais difícil; e é isso que está ocorrendo no mundo atual, nestes tempos de globalização que engole as culturas locais e, ao mesmo tempo, torna as pessoas mais individualistas.

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que é considerada como pertencente ao terceiro setor das atividades produtivas, ou seja, o setor do comércio e de serviços. Já foi também chamado de: “indústria sem chaminés”, “indústria das viagens”, “indústria hoteleira”, “dos restaurantes” e até “indústria da paz” (BOULLÓN, 2002, p.31). A denominação que envolve o termo ‘indústria’, no entanto, parece ser equivocada, pois ela, em conjunto com o setor de construções, caracterizaria o chamado segundo setor e um comparativo entre as especificidades desse setor com o turismo não permitem vislumbrar quase nenhuma semelhança. As razões que levam a tal entendimento podem advir do fato de o turismo ter sido estudado, muitas vezes, por seus resultados econômicos, ou como produto de exportação, ou venda de estadas em paisagens paradisíacas. Assim, como muito do que se exporta é constituído por produtos industrializados, por analogia, poderia ser justificada a origem de tal definição.

Há, ainda, um entendimento diametralmente oposto. Em algumas situações, como o turismo utiliza e vende as belezas de um determinado local, pode-se cometer o equívoco de achar que ele pertence ao primeiro setor. A explicação equivocada seria a de que, uma vez que o turismo utiliza atrativos naturais para trazer as pessoas para a localidade, pertenceria a esse setor (o extrativista). Porém, não se extraem esses atrativos do local (pelo menos não se deveria), como a mineração, por exemplo, nem se produzem, como a agricultura, somente são utilizados como atrativos naturais, a fim de trazer turistas que contemplem suas belezas; além disso, o que caracteriza o setor primário são a agricultura e a mineração.

Dessa forma, conclui-se, por fim, que, com pouca margem de dúvida, o turismo pertence ao setor terciário das atividades produtivas da economia. Segundo Barros de Castro e col., a definição de setor terciário refere-se a:

Certas necessidades atendidas por atividades cujo produto tem expressão material. A importância desse campo de atividades (que compreende, por exemplo, transportes, educação, lazer, justiça etc.), do qual emana uma variadíssima gama de “serviços”, justifica a existência de outro setor (*apud* BOULLÓN, 2002. p.30).

O turismo na contemporaneidade caracteriza-se pelo destaque que vem conquistando em termos comerciais, fundamentalmente, pela obtenção de lucro por meio da venda de pacotes de viagens, em que o turista transforma-se em um consumidor, tanto dos produtos do local visitado (artigos típicos, alimentação, hotelaria etc.) quanto dos signos que sintetizam a representação desse local. É o que acontece, por exemplo, com o Corcovado no Rio de Janeiro, a torre Eiffel em Paris ou mesmo com a ponte Hercílio Luz em Florianópolis. Alguns turistas, investidos desse espírito, parecem pouco se importar com questões relativas à preservação do ambiente, aspectos culturais, a história presente e passada, que contribuiu para que tal local se constituísse como turístico, dentre outras questões significativas ao turismo não predatório.

Esse fato mobilizou a busca de algumas alternativas ao fazer/pensar da atividade turística discutida por diferentes autores (LAJE e MILONE, 2000; TRIGO, 1995 e 1993; BARRETO, 2002; YÁZIGI, 2001) que ressaltam a necessidade e também as dificuldades de se caracterizar o turismo não somente pela dimensão acima destacada, uma vez que na sociedade capitalista o consumismo pauta a maioria das atividades humanas. No entanto, e mesmo em condições adversas, é possível e urgente que se vislumbrem novas possibilidades ao que está posto, mesmo que o ganho seja relativo. Dentre elas, há a que se preocupa com a interface turismo, educação e cultura. Nesta dissertação, discute-se tal interface relacionada à preservação ambiental e à preservação do acervo histórico de lugares reconhecidos como de alta importância turístico-cultural.

As considerações relacionadas à questão que se pontuou acima levaram ao aprofundamento de estudos e à proposição de uma pesquisa sobre a Ilha do Campeche, um dos mais importantes conjuntos de sítios arqueológicos do Brasil e, sem dúvida, o mais importante do litoral de Santa Catarina.

A atenção a esse conjunto de sítios atende, também, à necessidade de pensar sobre a característica de sazonalidade própria de Florianópolis, que, no verão, atrai inúmeros turistas, dada a beleza das suas diferentes praias. Passado esse período, há um hiato em termos de afluxo de turistas, provavelmente, em função da ausência de atrativos importantes, acrescida da mudança climática, que dificulta o turismo de praias. As atividades culturais seriam, nesse sentido, uma possibilidade a ser considerada como alternativa para a chamada baixa estação.

O fato de o pesquisador ser nativo da Ilha de Santa Catarina, bacharel em Turismo e, desde criança, um contumaz percorredor das trilhas locais que conduzem a lugares atrativos, bem como um grande curioso pelas histórias e conhecimentos populares relativos a esses locais, motivou a escolha da Ilha do Campeche como *locus* privilegiado de pesquisa para a elaboração desta dissertação. Considerou-se, também, o potencial turístico da ilha, a sua grande riqueza cultural própria e as denúncias relacionadas à sua depredação.

Inicialmente, visando ampliar conhecimentos para desenvolver esta pesquisa, foram realizadas, como trabalho de campo, várias visitas à ilha, em diferentes condições:

– Visita com acompanhamento de um dos guias turísticos treinados pelo IPHAN

Visitou-se apenas uma parte das inscrições rupestres, uma vez que esse é um dos programas com roteiro preestabelecido por tais guias para uma visita formal à ilha. Essa visitação é paga, feita pelos turistas e também por visitantes locais que não conhecem a ilha. Os guias fornecem informações sobre o local das inscrições, sobre os descuidos e as perdas de parte dessa riqueza histórica incalculável, sobre a necessidade de preservação, sobre os crimes ecológicos cometidos por visitantes desacompanhados, sem consciência ecológica e sem respeito pelo patrimônio cultural (como deixar seus nomes escritos nas pedras, por exemplo). Os guias relatam, ainda, acompanhando grupos de pessoas, as conseqüências da erosão, e comentam, também, um pouco, os cuidados a serem tomados pelos admiradores dos locais visitados, tanto no que se refere a cuidados pessoais (considerando o estado precário das trilhas)

quanto ao próprio lugar onde se situam as inscrições rupestres (relacionados ao patrimônio arqueológico).

Nessa visita, as informações prestadas pelo guia referiram-se à situação imediata, ou seja, ao que era observado diretamente, sem referência aos homens e às mulheres que fizeram e fazem a história da ilha. O tempo de visita foi de aproximadamente uma hora. Vale observar que, tanto no momento da partida quanto no da chegada do passeio, na parte coberta por uma floresta baixa, próxima às casas ali edificadas por uma autodenominada Associação de Preservação da Ilha do Campeche ‘X’, os visitantes depararam-se com um grupo grande de quatis que passeavam entre as árvores e a vegetação rasteira, que não fugiu nem aparentou medo da presença dos transeuntes. Vale salientar, também, que nesta visita, nas proximidades das trilhas, foram encontradas latas de refrigerantes vazias, papéis amassados e pequenos sacos plásticos voando. Os guias e os grupos de visitantes que os acompanham cruzam-se nas trilhas precárias, demarcadas pela caminhada deles mesmos. Há trilhas já abandonadas por ameaçarem a segurança dos caminhantes ou por, de tão afundadas pelos pés dos passantes, causarem erosão.

O objetivo dessa visita, realizada no mês de janeiro de 2002, foi conhecer a forma de visita pelos turistas, especialmente, em época de veraneio. Havia sol, e a única praia, do lado oeste da ilha estava superlotada de banhistas. Alguns estavam à espera de guias para realizar a visita, outros pescavam na encosta norte e em parte da leste, sem controle algum, e, ainda, outros conheciam o local por sua própria conta e risco, tanto seu quanto da ilha.

– Visita exploratória

Uma segunda aproximação foi uma visita exploratória na ilha, sem guia e em baixa estação, ou seja, em época não considerada de excelência para o turismo. Nessa época, transitam no local, em especial, alguns pescadores, alguns dos associados da ‘Associação X’, o proprietário da casa ali construída, os responsáveis por cuidar dos dois restaurantes, moradores do local e algum visitante esporádico. Essa visita foi realizada com um grupo de amigos e parentes, perfazendo seis pessoas. Como as

inscrições já eram conhecidas das visitas anteriores (antes mesmo de pretender pesquisar sobre o local), procurou-se, nessa oportunidade, passar por lugares pouco visitados, por oferecerem perigo ao acesso de grupos maiores, pela distância, ou mesmo por lugares que, embora sem inscrições rupestres, guardam marcas de importantes fatos históricos destacados na história da Ilha do Campeche.

A atenção, nessa oportunidade, mantinha-se na preocupação inicial: a preservação do patrimônio histórico e cultural, tanto desse acervo como também do ambiente natural, físico. Por ser uma visita longa, puderam-se ver com mais cuidado as trilhas, as inscrições, a vegetação, rever partes mais reservadas da ilha, conhecer outros locais de relevância e constatar as marcas da destruição; isso reafirmou a idéia de que é preciso fazer algo, também do ponto de vista do turismo, que contribua com outras iniciativas de preservação da ilha. Essa foi a grande conclusão da visita. Nesse mesmo dia, fizeram-se os primeiros contatos com os moradores da ilha, discutindo-se informalmente a situação verificada, e já do conhecimento de muitas pessoas, da depredação que a ilha vem sofrendo.

Esse momento foi de extrema importância, porque foi então que se começaram a ouvir as primeiras histórias sobre a ilha: como ela era no começo do século passado; que relação os pais de pescadores atuais tinham com ela; e a pesca das baleias, dentre outros comentários rápidos, mas suficientemente significativos para despertar o interesse pelas histórias não registradas sobre o lugar. Vislumbrou-se então a possibilidade de esse material contribuir, de alguma forma, para a necessária preservação do local, como atração turística e, também, como informação a ser veiculada com outras histórias contadas sobre a Ilha de Santa Catarina e as pequenas ilhas que a circundam.

Paralelamente, iniciou-se um estudo preliminar que objetivou documentar o estado da arte rupestre da Ilha do Campeche.

Diante do que foi vivenciado nas visitas à ilha, já com olhar de pesquisador, e do que se constatou pelo rastreamento realizado no sentido de saber o que havia de conhecimento registrado e sistematizado sobre o lugar, levantou-se uma série de questões que se constituíram como centrais para a elaboração desta dissertação: O que cabe, especificamente, ao turismo, considerando a realidade da Ilha do Campeche? De

que maneira o turismo poderá atender às proposições de ser voltado à preservação do patrimônio histórico e cultural da ilha? É possível preservar sem conhecer fatos e falas constituidoras do lugar? Os turistas, os moradores e os demais visitantes, ao conhecer a história e a cultura do lugar, contribuirão com o processo de preservação? Essas questões, por certo, não poderão ser respondidas em uma só dissertação de mestrado; mas elas foram importantes, porque conduziram o raciocínio do qual resultou a formulação do tema de pesquisa, ou seja, a interface turismo e preservação da Ilha do Campeche relacionados à história do lugar.

Desse tema, surgiu o objeto de pesquisa, que ficou assim recortado: memórias significativas à história da ilha, contadas por pessoas com reconhecida vinculação ao lugar antes de ele se constituir como lugar turístico. A pergunta norteadora da pesquisa foi, então: A história desse lugar, sua memória oral e sua cultura ajudarão a vislumbrar possíveis projetos educacionais em turismo voltados à preservação?

Assim definida, a pesquisa tem como objetivo geral sistematizar informações sobre a realidade histórico-cultural da Ilha do Campeche, tendo em vista as perspectivas de educação e turismo não predatório nesse lugar. Já os objetivos específicos são: coletar relatos históricos da memória de alguns pescadores e moradores do entorno da Ilha do Campeche; selecionar os que são significativos e contribuem para a reflexão sobre a interface educação, preservação e turismo; realizar revisão bibliográfica sobre educação em turismo relacionada, simultaneamente, à cultura e a ações voltadas à preservação; reunir informações para futuros desenhos em termos de planejamento que considerem alternativas educacionais em contraponto ao turismo predatório, valorizando o patrimônio histórico e cultural da Ilha do Campeche.

A partir de uma pesquisa qualitativa, fundamentada basicamente na observação e na história oral cotejadas com os estudos teóricos, chegou-se a reflexões relacionadas à educação e ao turismo. Como possibilidade de valorização do patrimônio histórico-cultural e ambiental da ilha, e “como só se preserva o que se conhece”, as memórias sobre a ilha foram consideradas significativas para tais reflexões.

O município de Florianópolis, mais especificamente em sua porção insular, guarda sítios arqueológicos importantíssimos como os da Praia do Santinho, da Praia

dos Ingleses, da Praia da Barra da Lagoa, da Praia da Galheta, da Praia Mole, do Pântano do Sul, da Ponta das Canas, da Praia de Naufragados e ainda os das ilhas: do Campeche, Aranhas e do Arvoredo. Há, nesses lugares, sinais de crimes contra o meio ambiente e ao acervo cultural, atribuídos não somente aos próprios moradores, mas ao turismo explorado de maneira desordenada. Há exemplos desses crimes em todo o litoral de Florianópolis, como o caso da Praia da Joaquina e da Armação, cujos sítios estão destruídos, restando tão somente alguns petróglifos ¹no local, e, ao que se sabe, mais alguns, que se encontram em poder de colecionadores (LUCAS, 1996).

Florianópolis é considerada um dos grandes destinos turísticos do Brasil. Conforme a Embratur (1998), ocupa o quarto lugar no *ranking* de cidades mais visitadas do País. Afluem para cá milhares de visitantes na época do verão, e em menor quantidade em outras épocas do ano, o que caracteriza um turismo sazonal. Considera-se, no entanto, que essa característica de sazonalidade possa ser revertida, se houver alternativas que não estejam ligadas somente à beleza das praias.

O crescente movimento do *trade* turístico vem exigindo alternativas a serem pensadas como atrativo aos turistas que, na cidade de Florianópolis, aumentam de ano para ano. O verão tem seus encantos naturais que garantem, por si só, programas agradáveis aos turistas. No entanto, em épocas de baixa temporada é preciso garantir outras oportunidades de satisfação aos mesmos (DA ROS, 2000, p.7).

Eventos como cursos, feiras, festivais, rotas para apreciação e conhecimento da arquitetura portuguesa, visitas aos fortes restaurados, aos sítios arqueológicos e divulgação das histórias dos lugares significativos são algumas das possibilidades a ser exploradas e apreciadas, inclusive em programas de educação em turismo voltados à preservação, se forem devidamente preparados para isso, tanto na temporada de verão como em outras estações, ajudando a implementar alternativas ao turismo em todas as épocas do ano.

No que se refere a sítios arqueológicos, a Ilha do Campeche, pertencente à Florianópolis, reúne em torno de sua costa mais de 50% das inscrições rupestres do município.

¹ Desenhos rupestres marcados nas pedras.

Ela é conhecida, fundamentalmente, por isso e pelo mar que a rodeia, com qualidades ímpares quanto à transparência da água, caracterizando-se como um grande destino turístico que merece toda a atenção para que possa continuar sendo uma referência. Há, entretanto, variáveis a ser consideradas, como o acesso demasiado de gente à ilha, a falta de orientação em relação ao patrimônio cultural, a questão da forma da ocupação, inclusive por quatis.

Além disso, é preciso considerar que há, ainda, uma rica história relacionada à realidade da ilha, como as histórias de pesca da baleia, extração e armazenamento de óleo desse mamífero, a relação entre os negros africanos e os portugueses nessas atividades, o comércio e a exportação do óleo, o lugar social das mulheres e dos homens envolvidos nos afazeres derivados dessas atividades, dentre outras questões significativas que, por certo, ainda interferem na vida de todos os moradores e visitantes da Ilha de Santa Catarina e ilhas circunvizinhas. Assim, a ilha é parte da história de todos que, uma vez conhecida, permitirá novos olhares ao lugar, inclusive, aqueles que poderão contribuir com a preservação do lugar.

É a partir dessa realidade que a Ilha do Campeche compõe o cenário de atenções ao olhar de diferentes profissionais e instituições. O profissional da área do turismo não pode fugir a esse compromisso; ele deve munir-se de informações que sustentem o planejamento e desenho de ações para o turismo conseqüente nessa ilha.

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

1.1 APONTAMENTOS SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA E O TURISMO NO BRASIL

As conceituações que, no passado, os estudiosos do turismo utilizavam para balizar pensares e fazeres relativos a essa área, nos dias de hoje, dão lugar a outros enfoques. Por exemplo, o turismo chegou a ser apresentado por muitos especialistas, segundo Laje e Milone (2000), como: viagens para regiões distantes, a mais de 50 milhas dos locais de residência dos turistas, ou que exigissem a permanência dos viajantes por mais de 24 horas no lugar visitado; ainda, importava que os turistas não exercessem, nessa localidade, qualquer atividade remunerada.

Conforme Krebel (1974, em WAINBERG, 2002, p.69), as primeiras tentativas de estudo sobre turismo teriam sido as iniciadas na Itália e na Suíça e chegado à Alemanha na década de 1920. O turismo foi denominado ‘Ciência do Movimento de Forasteiros’ (*Fremdenverkehr*), explicado, aparentemente, pela intensa mobilidade de contingentes humanos provocados não só pelos crescentes fluxos migratórios da época, como também em decorrência da Primeira Guerra Mundial.

O impacto que se convencionou chamar de turismo – termo originário de *tour*, em francês, e registrado pela primeira vez pelo *The Oxford English Dictionary* como “prática de *touring*”, ou seja ação de viajar por prazer ou instrução – tem gerado visões radicalmente otimistas sobre o seu efeito nas pessoas (WAINBERG, 2002, p.69).

Outra característica importante a ser destacada, em termos de história, refere-se ao caráter contemplativo do turista, que se dirigia a um local de beleza inusitada, a um lugar extraordinário, que apresentava uma atração física ou cultural, e lá seu papel era limitado a admirá-la. Registravam-se exceções somente aos locais de banho. As fotos dos antigos álbuns de família comprovam essa característica. O turista, via de regra, aparece olhando a beleza que encontrou ou posando ao lado do monumento, que

atesta que ali acontecera um grande feito ou que ali havia algo digno de admiração e visita. O turismo era uma atividade reservada a uma parcela ínfima da população.

Apontado como principal atividade econômica do novo século (MOESCH, 2002, p.98), o turismo, na atualidade, mobiliza um contingente significativo da população e é uma atividade socioeconômica que tem gerado vários bens e serviços para a sociedade, bem como criado diversas necessidades, tanto para quem planeja e implementa ações relacionadas ao turismo quanto para o turista. Por parte de ambos, essas demandas são entendidas geralmente como algo natural e não como produto de relações sociais que privilegiam o lucro. Assim são desprezados aspectos como a preservação do meio ambiente e o cunho cultural da atividade turística, dessa forma, há o turismo relacionado à busca e produção de novos conhecimentos contrapondo-se àquele turismo contemplativo que vigorava no passado.

O turismo, segundo alguns autores (MELGAR, 2001; FENNELL, 1998) é uma grande ‘indústria’² que se relaciona com todos os setores da economia mundial e a cada dia cresce mais. Em função disso há, inclusive, uma classificação (MELGAR, 2001) de atrativos turísticos por categoria e tipo: 1) Sítios naturais: montanhas, praias, lagos e lagoas, rios e riachos, cachoeiras, grutas e cavernas, observação de fauna e flora, caça e pesca, termas, parques nacionais e reservas; 2) Históricos: museus, sítios históricos, sítios arqueológicos; 3) Culturais: manifestações folclóricas, gastronômicas, étnicas, artísticas, religiosas; 4) Congressos e eventos: feiras temáticas, feiras artesanais, eventos esportivos, congressos temáticos; 5) Educacionais: cursos e seminários temáticos; 6) Recreacionais: parques temáticos, visita a parentes e amigos.

A partir dessas características do turismo, há necessidade de se pensar e, principalmente, estar atento às formas de planejamento e administração apresentadas, tanto pela iniciativa pública como pela privada, considerando que o *trade* turístico exige reformulação em seu fazer. Embora possível, não é recomendável pensar no turismo somente como atividade lucrativa e geradora de divisas à nação. É preciso criar formas de acesso aos bens naturais e culturais a toda a população, tendo o cuidado de preservá-los. Quanto às categorias denominadas sítios naturais e históricos, em especial, quando elas se constituem, simultaneamente, num bem cultural, como é o

caso dos sítios arqueológicos dentro da área do turismo, têm de se aliar a elas questões ligadas à relação que o turista estabelece com o local do ambiente turisticamente explorado. A história do lugar parece ser um ponto importante para qualificar a relação do turista e das demais pessoas no sentido de preservar as riquezas materiais e simbólicas (culturais) do local.

Nesse sentido, a chamada indústria brasileira do turismo merece que o atual amadorismo e o imediatismo com que se maneja o turismo sejam trocados por ações profissionais, voltadas para outros interesses e não somente à exploração econômica desenfreada e geradora de lucros a grupos da iniciativa privada. As ações nessa área precisam estar atreladas, organicamente, a projetos amparados por leis tanto federais como estaduais e municipais, considerando que o turista não é apenas um consumidor dos bens econômicos oferecidos.

Deve ser levado em conta, também, que um local ou uma cidade só serão bons para o turista se forem igualmente satisfatórios para as pessoas que neles habitam, pois elas não só convivem com os atrativos que fazem do local um convite aos visitantes, como organizam seu cotidiano, tanto nas horas de lazer como de exercício profissional, considerando esses atrativos locais; ainda, porque trabalham diretamente em função deles ou, ao contrário, precisam programar seus afazeres levando em conta o fluxo de turistas, trânsito, a movimentação de pessoas no comércio, dentre outros, nos locais.

São considerados atrativos turísticos.

² Embora a terminologia ‘indústria’ tenha sido criticada por Boullón, é um termo que quase toda a bibliografia consultada adota.

[...] a matéria-prima sem a qual um país e uma região não poderiam empreender o desenvolvimento [...] Para poder operar uma planta turística – da mesma forma como acontece como uma planta industrial – demanda-se matéria-prima. Na indústria, a matéria-prima é obtida dos recursos naturais e no turismo é obtida dos atrativos. O termo matéria-prima não representa o mesmo no turismo e na indústria [...] na indústria, a matéria-prima deve ser extraída da natureza e transportada para o seu processamento e transformação. Pelo contrário, no turismo os atrativos devem permanecer intactos ou, caso seja necessário intervir neles, essas ações ficam limitadas à restituição de alguma de qualidade que porventura puder perder pela ação destrutiva das infraestruturas a serem desenvolvidas ou pelos próprios visitantes que ali chegarem [...] outra diferença é que na indústria a matéria-prima deve ser trasladada aos centros de produção; porém, no turismo a matéria-prima não pode ser transportada porque os atrativos turísticos são inamovíveis. Deste modo, a planta turística deve ser localizada no raio de influência do atrativo, condição que impõe rigidez no planejamento (BOULLÓN, 1995, p. 44).

O profissional da área do turismo deve considerar essas características fundamentais dos atrativos turísticos em seus dois vetores: aquele voltado ao turista e aquele voltado aos moradores das imediações dos atrativos. Assim, é preciso receber os visitantes com competência e qualidade, abrir possibilidades a um turismo que não esteja voltado somente ao consumo. A atividade turística, quando praticada sem organização, sem objetivos e estratégias definidas e controladas publicamente, pode, com facilidade, tornar-se predatória; mas, adequadamente praticada, pode se tornar um meio de sustentabilidade do local, oferecendo melhores condições de saneamento, saúde, novos empregos, melhoria da renda da população local, e contribuir para a educação e a preservação do meio ambiente, socialização da história e cultura próprias, bem como para a produção de novos conhecimentos.

Segundo Caio Luiz de Carvalho (Embratur/OMT, 2000, p.15)

Não basta saber que a terra que nos foi dada por nascimento é marcada pela beleza natural, pela diversidade biológica, pela riqueza histórico-cultural e, ao mesmo tempo, pela modernidade da sua arquitetura e também pela grandeza inesquecível de seu folclore e das suas festas populares. É preciso garantir, em primeiro lugar, que todas estas qualidades inegáveis da terra brasileira contribuam para uma melhor qualidade de vida dos seus cidadãos e façam deles pessoas plenamente satisfeitas em suas necessidades.

No entanto, associar qualidade de vida para todos e atividade turística parece difícil, quando o turismo é visto somente como atividade econômica. Nesse caso, ser

bom para o turista e para os moradores das localidades qualificadas como turísticas é impossível, já que tudo o que gira em torno do consumo, da obtenção de lucro a qualquer preço. Então, determinada pelas forças do mercado e reduzida a produto de consumo, acessível à classe economicamente favorecida, a atividade turística deixa de considerar aspectos importantes, como a preservação da cultura do lugar onde se estabelece.

Aliás, cria-se o chamado “não-lugar”, para que pessoas estranhas a ele se sintam menos ameaçadas. Assim, salta aos olhos uma consequência do ‘evoluído jeito de ser’ das pessoas, que torna lugares com suas culturas próprias espaços onde já se sabe com antecedência o que será encontrado. O não-lugar é promovido por várias áreas: na arquitetura, na moda e em várias outras atividades das quais a globalização vem se apropriando. Criam-se aeroportos, restaurantes, bares, lojas iguais em todo o mundo, fazendo com que a cultura local passe, muitas vezes, despercebida aos olhos do turista e, pior do que isso, fazendo com que lugares prefiram ignorar sua belíssima cultura própria e queiram essa homogeneização dos não-lugares. No entanto, e paradoxalmente, ser original seria o ideal, pois isso atrairia o maior número de pessoas, uma vez que o diferencial torna o local único, e, portanto, mais valorizado. Por que ir ao McDonalds da Tailândia para beber uma Coca-cola ou ao Hard Rock Café de Roma?

Em Florianópolis, hoje, por falta de conscientização e educação para o turismo, o que se observa é que os chamados ‘nativos’ apresentam sinais de hostilidade contra os visitantes, às vezes chegando a agressões físicas.. Essa é uma situação indesejável para uma cidade que vive, em parte, do turismo. Também como em outros lugares, em Florianópolis, assiste-se ao estabelecimento do não-lugar. Por exemplo, o sumiço das rendeiras (mulheres que viviam da confecção de toalhas de renda) da Lagoa da Conceição é um fato incontestável e preocupante.

Na Costa da Lagoa (vilarejo distanciado do centro da cidade, cujo acesso é feito por barco), as suas características, aliás bem propícias ao turismo, deram lugar à invasão de coisas modernas como a televisão (artigo indispensável na mobília da casa) com antenas parabólicas que estão não só destruindo a cultura local mas estimulando seus habitantes a adotar outros valores. É comum encontrar crianças com nomes de

personagens de novelas. As particularidades de suas casas vêm cedendo diante da chegada de materiais como telhas de ‘eternite’, com as quais os moradores remendam seus antigos telhados outrora feitos com telhas de barro moldadas em suas coxas.

Isso são exemplos do movimento globalizante, próprio da sociedade capitalista, que acaba engolindo a cultura local, substituindo-a por uma cultura voltada ao consumo. Dessa forma, ao não valorizar a cultura local, prejudica-se o próprio turismo, pois é necessário que existam espaços únicos, com sua maneira de falar, sua alimentação, seus hábitos, para que o turismo se desenvolva.

O respeito por essas formas originais é que poderia garantir possibilidades para gerações futuras, talvez, por meio do turismo. Isso faz lembrar uma velha história contada pelo meu avô, do pequeno elefante que foi enganado por um malandro. O elefante, precipitado, trocou sua tromba por um braço mecânico, seu marfim por uma pá, sua pata por rodas. Assim ele foi expulso da tribo por não ser mais um elefante e também não conseguiu vender sua capacidade de trabalhar na cidade dos humanos, porque só com aqueles diferenciais ele também não era um homem. Ficou nem lá nem cá, descaracterizado. Essa fábula mostra uma conseqüência e talvez até uma tendência da sociedade do capital. As forças que se opõem ao capitalismo têm maior preocupação com a preservação da cultura, mas, para a sociedade do lucro máximo e imediato, isso não é relevante.

Outras características gerais do turismo, atualmente, devem ser localizadas, para que se possa pensar em subsídios para refletir sobre as abordagens da Ilha do Campeche. Segundo Wainberg (2002, p.56), “Identificar o turismo como usufruto de tempo ocioso ou como procura do ócio é totalmente inadequado para os tipos de experiência que o consumidor do estrangeiro deseja e busca nos dias atuais. Mais e mais a demanda é pelo uso criativo e alternativo do tempo livre”. Diz o autor, ainda, que

[...] a exploração do território inóspito promove o que aqui se denominará *tensão de escoteiro*. Ou seja, o turista está sempre alerta. Percebe, em decorrência, sons inesperados. Os olhos vêem detalhes. O olfato delicia-se com as flores e os restaurantes. O clima, as ruas, o tráfego, a geografia, os parques atingem-lhe vigorosamente os sentidos (p.57).

Existe esse discurso que aponta que o turismo pode aguçar os sentidos do turista e atender às suas necessidades de lazer, descanso, apropriação de saberes de novas culturas e, ainda mais, obedecer ao preceito – de acordo com Norma Martini Moesch, em seu texto *Turismo virtudes e pecados* – de que “o Turismo tem no ser humano o objeto central de sua ação e na satisfação psicossomática desse ser, os objetivos norteadores dessa ação” (2002, p.94).

Em paralelo a esse, há um outro discurso que transforma o turista num espectador estranho e passivo, que observa a natureza como se observasse um espetáculo, um simulacro. Ele vai ao lugar turístico chamado pela propaganda e não pelo que há de real ali. O convite da mídia é que o convence a viajar até o local e o prepara para ver tal ou tais atrações, ou seja, há algo forte de mídia, *marketing*, que embaça os olhos do turista.

“Todo mundo vem para cá, usa roupas de caçador, porque, embora os animais sejam de verdade, o safári é uma fantasia”. É o que diz um repórter da revista Viagem e Turismo (1998) ao comentar a atitude de diversos turistas que, de dentro de um hotel – como que enjaulados e depois de atender a sinais específicos que informam o tipo de animais que observarão –, fotografam entusiasmadamente animais selvagens que se aproximam do local para beber água.

Da mesma forma que na situação anterior, há, também, outras, em que as pessoas se fantasiam para poder viver aquilo que o ambiente turístico sugere como experiência. Lastimável é que tudo é revestido de um artificialismo e é muito grande, enganador. Trata-se de uma busca de aparências.

É o que se vê entre astronautas de hoje, com seus macacões de sobrevivência, e os bandeirantes de ontem, do tipo que conhecemos da história brasileira, que se lançavam ao interior munidos de apetrechos que lhes asseguravam alimento, conforto e alguma sensação de intimidade. Aparentemente, quanto menor é o controle dessas empreitadas, mais sofisticadas tornam-se as bagagens desses exploradores de terrenos desconhecidos. A imagem estereotipada do turista corre próximo à destas figuras. É, na verdade, a face doce do expedicionário. É o que se tem, por exemplo, no ecoturismo. Este novo produto diminui a dose de controle aplicada à atração, permitindo ao ecoturista experimentar a simulação da descoberta inesperada (WAINBERG, 2002, p.57).

Nesse sentido, alguns estudiosos afirmam que o turismo matará o turismo, por ser uma atividade de alto impacto, uma vez que caracteriza, por assim dizer, somente como lucrativa a relação entre visitantes e visitados (MOESCH, 2002). Algumas vezes, até pode passar como “ator responsável pela destruição das barreiras sociais”, quando consegue aproximação das várias camadas da população, mesmo que essa união se dê a preços convenientes, em circunstâncias adversas, mas, em geral, tem se mostrado um destruidor perverso. Não se está aqui defendendo que as ‘comunidades’, os locais turísticos distantes e característicos, devam permanecer sem acesso ao conhecimento e à riqueza produzida por todos, que não devam ser visitados, transformados em locais turísticos ou conhecidos, simplesmente, atenta-se para o fato de que o turismo de consumo tem sua face destruidora.

Como dizem Lage e Milone (2000, p.130),

O estágio de declínio de um ciclo de desenvolvimento turístico implica que, uma vez que as características distintas que originalmente atraíram turistas para uma área não existem mais ou foram substancialmente diminuídas, o turista se move para áreas não afetadas ou exploradas. É um paradoxo, mas devemos reconhecer que: o sucesso do turismo pode, em último estágio, levar a seu próprio fracasso.

Outra desvantagem presente no turismo predatório é que ele, por vezes, se feito sem o planejamento necessário, seduz e desfruta áreas, apropria-se delas e, então, muitas vezes, abandona-as em favor de novas paisagens, deixando marcas de destruição irreversível. Segundo Nogueira de Oliveira (2002, p.108), em seu texto *Turismo de consumo*, tal tipo de turismo “vem acompanhado de uma mega-organização, visto que movimenta massas”; por meio de reservas de aviões por computador no mundo inteiro; confirmações em hotéis; pela internet, o que põe seus usuários em contato com todos os negociantes de viagens; com determinados tipos de seguradoras, que comercializam seguros de tudo; ainda, com complexos turísticos de grande porte, como o do gelo na Suécia; com empresas que vendem o artificialismo da indústria do turismo, como exemplos, há o famoso hotel submarino, o voo supersônico (p.110).

Até este momento, falou-se do turismo em geral, mas essas considerações são válidas, também, no caso do Brasil, que não foge à regra quanto às condições e

características fundamentais até então postas. As especificidades do turismo na sociedade brasileira precisam ser caracterizadas historicamente. Pode-se afirmar que, embora episodicamente, o turismo já viesse ocorrendo há muito tempo, a história real do turismo no Brasil localiza-se em tempos recentes e acompanha o movimento de expansão dessa atividade no mundo, isto é, o movimento que se inaugurou depois da Segunda Guerra Mundial. A partir dos anos 60, em especial, o Brasil e os países de Terceiro Mundo puderam usufruir economicamente o turismo, o que os fez despertar para a necessidade de implementar ações que assegurassem tanto o afluxo dos turistas como a ação contra a depredação. No caso do Brasil, houve uma queda nessa atividade em meados dos anos 1970, pois, segundo Paiva,

A crise do petróleo e a recessão econômica de 1974-1975, além de afetarem diretamente o preço dos transportes e indiretamente outros serviços turísticos, provocaram retração dos fluxos turísticos e serviram para levantar alguns questionamentos em relação às conseqüências desastrosas do turismo – descaracterização cultural, evasão de divisas para o exterior, neocolonialismo, prostituição, violência e até problemas de saúde pública (1995, p.30).

A precariedade dos serviços de infra-estrutura e a falta de pessoal preparado para o turismo contribuíram negativamente para seu desenvolvimento.

Para Garantir a expansão do turismo no Brasil, foi implantado a partir de 1966, o Sistema Nacional de Turismo. O Decreto-lei no. 55, de 18 de novembro de 1966, tanto definiu o que corresponderia à política nacional de turismo, como criou o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) que, vinculada ao Ministério de Indústria e Comércio, estabeleceu os primeiros incentivos fiscais e financeiros (*idem*, p.55).

No início dos anos 1970, foram criados o Fundo Geral de Turismo (Fungetur) e, em 1974, o Fundo de Investimento Setorial de Turismo (Fiset), o que significou um incentivo aos investimentos na área do turismo, tanto internamente como ao preparo para a abertura ao turismo internacional (PAIVA, 1995).

Segundo a Embratur, em 1993, ainda não existia uma política nacional para o turismo; em 1994/95, criou-se a Câmara Setorial de Turismo; em 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso lançou, em conjunto com toda a cadeia

produtiva do setor, a Política Nacional de Turismo – Diretrizes e Estratégias, com as definições das estratégias relacionadas à infra-estrutura básica, descentralização da gestão, capacitação e qualificação profissional com certificação, *marketing* e promoção e legislação competitiva; em 1996/99, implantou-se a política e, em 2000, realinhou-se a política com o Plano Plurianual de Ação, o PRA (EMBRATUR, 2002).

Há de se destacar, ainda, outras iniciativas que permitem ao turismo ganhar consistência no setor público, o qual vem realizando desde o início dos anos 90 do século passado investimentos em infra-estrutura básica (Prodetur, Proecotur) e infra-estrutura turística (parques temáticos, por exemplo). O Programa Nacional do Meio Ambiente, lançado em 1994, investiu em parques nacionais para melhorar a infra-estrutura para visitação (guias, segurança, saneamento básico) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), desenvolvido com a OMT, em 1.608 municípios brasileiros, investiu em planos diretores municipais, treinamento de mão-de-obra, diversificação de produtos, geração de negócios locais e outros.

O Brasil, em virtude da sua potencialidade natural e cultural, tem algum suporte para investimentos na área do turismo. Dispõe de instrumentos fundamentais para que o turismo se dê de forma planejada e coerente com os interesses de toda a população, turistas e habitantes dos locais visitados, sem privilegiar os grupos particulares e voltados somente a questões econômicas. Os empreendimentos turísticos a ser realizados pelo setor privado devem passar pelo EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e pelo RIMA (Relatório de Impacto Ambiental).

De uma forma bem simplificada, segundo Dornaire (2000), o EIA inicia-se pela caracterização do empreendimento em suas diferentes fases: planejamento, implantação, operação e, se for o caso, desativação. Deve ser feito o diagnóstico ambiental relativo a fatores físicos (clima, qualidade do ar, níveis de ruído, formação geológica e geomorfológica, solos, recursos hídricos); biológicos (ecossistemas terrestres, aquáticos e de transição existentes na área de influência do empreendimento); aspectos socioeconômicos; e o meio antrópico (dinâmica populacional, uso e ocupação do solo, nível de vida, estrutura produtiva e de serviços, organização social). Esse diagnóstico é seguido de uma análise dos prováveis impactos, da qual resulta um prognóstico da qualidade do empreendimento. O EIA

deve ser apresentado ao Programa de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos Ambientais. O RIMA traz informações técnicas em linguagem acessível ao público, com mapas e técnicas de comunicação visual para que se entendam as consequências ecológicas, de modo que o meio ambiente e a cultura sejam preservados ao máximo, dentro do possível.

Como ponto histórico significativo ao turismo, vale destacar o recente Ministério do Turismo, criado no governo do atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva, cujo ministro é Walfrido dos Mares Guia. Sua missão é desenvolver o turismo como atividade econômica e sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. O Ministério do Turismo inova na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico. São metas desse novo ministério:

- criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações;
- aumentar para 9 milhões o número de turistas no Brasil;
- gerar 8 bilhões de dólares em divisas;
- aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos;
- ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo, no mínimo, três produtos de qualidade em cada estado e no Distrito Federal.

Além da legislação citada nos parágrafos anteriores, que ampara as possibilidades de preservação dos patrimônios ecológicos e culturais, como o da Ilha do Campeche, existem outras leis, de caráter nacional ou que interessam especificamente à questão local. Algumas delas, por exemplo, são cronologicamente as seguintes:

- a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHA) via Lei Federal 378, de 13-01-37, que, desde então, significa uma possibilidade de garantir preservação;
- o Decreto-lei 25, de 30/11/1937 (Lei Nacional de Tombamento), que toma características complementares à da criação do SPHA;
- a Lei Federal 3924, de 26-07-1961 (Lei Federal de Arqueologia), que poderia ser aventada como possibilidade para garantia de preservação, pelo menos, das pinturas rupestres;

– a Portaria 270, de 18-07-2000 (homologação do tombamento da Ilha do Campeche), o que significa que, em tese, já há garantia de que a ilha seja preservada, há pelo menos três anos³.

Em verdade, segundo Rocco (2002, p.11),

As leis e normas que tratam do meio ambiente não são novidades no Brasil. Desde a época do Brasil Colônia, elas já vêm sendo editadas. Em 1602, foi regulamentada a pesca da baleia. Três anos depois, eram estabelecidas condições para exploração do Pau-Brasil [...] Em 1760, proibição de corte de árvores do mangue [...] e propriedade da Coroa Portuguesa a vegetação marginal ao mar e aos rios que desembocavam no mar.

Existe ainda uma diversidade muito grande de leis, decretos e resoluções que tratam da questão ambiental, desde a década de 1950, mais especialmente, após a Constituição de 1988, transformando o Brasil em um dos mais avançados países do mundo em termos de legislação ambiental, com estrutura legal para o meio ambiente.

Além de toda a legislação, existem, hoje, outras instâncias criadas no intuito de dinamizar a atividade turística e também de elaborar regras para preservação, que são, por exemplo, o Ministério do Esporte e Turismo, criado na gestão Fernando Henrique Cardoso. Vale lembrar que antes cuidava dessa área um departamento do Ministério da Indústria e Comércio, o que, de certa forma, mostra uma evolução do que se pensa sobre turismo.

Seguindo essa tendência de encarar o turismo de forma diferenciada, foi criado, em 2003, no início da gestão Lula, o Ministério do Turismo. Também, recentemente saiu do papel (DC, 6/11/2003, p.21) a CTI-Sul (Central de Turismo do Sul), integrada pelos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, que será dirigida pelos secretários de Turismo dos quatro estados e diretores do Ministério do Turismo e da Embratur.

Outro fato de relevada importância que aconteceu recentemente, quinta-feira, 27 de novembro de 2003, foi o lançamento do Fórum Mundial de Turismo para a Paz e Desenvolvimento Sustentável, que é uma iniciativa do Ministério do Turismo, da OMT (Organização Mundial de Turismo), da UNESCO, do PNUD (Programa das

³ A fonte desses últimos documentos é um *folder* publicado pelo IPHAN, distribuído pelos guias que levam os visitantes pelas trilhas da Ilha do Campeche.

Nações Unidas para o Desenvolvimento) e do Instituto de Hospitalidade. Tal evento conta com a parceria do Sebrae e Ministério da Cultura, Meio Ambiente e Trabalho, além de com organizações do Brasil e exterior.

O turismo representa 10% do PIB mundial, e já se consolida como uma das principais atividades econômicas da atualidade. Somente no ano passado, 715 milhões de pessoas viajaram de um país para outro, movimentando 474 bilhões de dólares.

A idéia é sensibilizar as pessoas sobre a importância da atividade turística para o desenvolvimento mundial. “O turismo pode ser, de fato, o motor de desenvolvimento das nações”, destacou o Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e comentou também: “O lançamento do Fórum representa o surgimento de um novo paradigma, o ponto de partida para uma mobilização mundial em torno do mesmo objetivo” (Cf. Ministério do Turismo, 3 dez. 2003).

Em Santa Catarina, o Serviço Estadual de Turismo foi criado pela Lei Estadual 3.684/1965, substituído pelo Departamento Autônomo de Turismo (DeATur), Lei Estadual 4.240/1968, depois, pela Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina (TURESC), Lei Estadual 5.101/1975, e pela Cia. de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina (CITUR), Lei Estadual 5.516/1979, depois, finalmente, SANTUR.

Já a DIRETUR (Diretoria de Turismo) inicialmente funcionava como um departamento da prefeitura; depois, como Diretoria de Turismo, que deu origem à SETUR (Secretaria Municipal de Turismo) – segundo notas bibliográficas do livro *Preservação Urbana: Gestão e resgate de uma história* (ADAMS, 2002, p.152).

A partir dessas considerações do ponto de vista do amparo legal que traçam um pouco da história de uma das faces do turismo no Brasil, é possível dizer que essa atividade no País é um fato econômico e social, e não uma atividade supérflua, como foi no passado. Trata-se de uma atividade econômica que está envolvida, de maneira intensa, no ambiente da globalização, com a indústria de viagens, gerando divisas. Contudo, na maioria das vezes, ocorre de forma desordenada, extrapolando a capacidade de recepção do local turístico, num determinado tempo do ano (saturando praias no verão ou locais onde se realizam grandes festas religiosas, rodeios, ralis, festivais de música etc.). Então, acaba se transformando num fator de poluição e

destruição da área, quando deveria ser uma atividade econômica rentável e sustentável para o local. Ainda, não é só o patrimônio natural que é depredado, mas também o patrimônio cultural da comunidade, pois, segundo Pelegrini Filho (1993, p.92):

[...] falta a compreensão de que a variável ecológica constitui um ângulo de 360°, abrangendo, além de plantas, animais, poluição, lixo, ruído urbano etc., o direito humano de dispor de qualidade de vida, com o direito a terras, moradia decente, saúde, educação, qualidade de vida e manutenção e preservação de sua cultura-ecologia humana.

A questão da depredação toma dimensões ecológicas que, na área turística, envolvem a preservação conjunta do patrimônio natural (meio físico e biológico) e do patrimônio cultural (monumentos, vestimentas, alimentação, manifestações e obras artísticas, festas, tradições, folclore etc.).

A Organização Mundial de Turismo (OMT) estima que 80% das viagens feitas no mundo sejam de curta distância e que apenas 20% sejam de longa distância. Com base nesses percentuais de movimentação dos turistas, é possível pensar que o Brasil somente se firmará como um grande destino para o turismo internacional ao se constituir como tal para os próprios brasileiros. Isso no que se refere ao fazer turístico – ou seja, às atividades turísticas em si, envolvendo viagens, transportes, vias de comunicação por terra, ar ou água, quando for possível, seguro e, especialmente, quando a viagem se transforma em atração para os turistas –, a toda a infra-estrutura de hotelaria – a oferta de produtos atrativos locais que abrangem o artesanato, a arte, a gastronomia, traslados locais, cuidados quanto ao acesso que facilite a chegada do turista aos locais atrativos, dentre outras questões –, também devem ser considerados os aspectos que veiculem informações históricas (passadas e atuais), instrumentalizando o viajante com conhecimentos importantes acerca do local visitado. Vale lembrar a importância de fornecer, também, informações relacionadas à educação em turismo voltado à preservação ambiental.

Com respeito a essa questão, ressalta-se o significado da produção de conhecimento na área do turismo e a sistematização do saber produzido nesse sentido. Segundo pesquisa realizada por Rejowski (*apud* MOESCH, 2002), em 17 anos, foram elaboradas somente 55 dissertações e teses sobre turismo no País, número insuficiente

para se construir uma linha de pesquisa substancial na sustentação de uma teoria do Turismo, ou seja, na sua epistemologia. Assim, no Brasil, não existem muitos estudos específicos sobre turismo, o que demonstra que o questionamento da problemática turística é relativamente escasso; ainda, dos poucos existentes, a grande maioria aborda conteúdos puramente técnicos ou superficiais.

1.2 ECOTURISMO

“O turismo pode ser uma perturbação ecológica e sociológica devastadora.” Com tal frase, Fennell, em seu livro *Ecoturismo, uma introdução* (2002), coloca uma questão contundente e que deve servir de alerta aos que pensam ou praticam o turismo. Uma das alternativas para que isso não se dê é refletir sobre outras formas de praticar e encarar o turismo.

O ecoturismo é uma delas. Ele vem sendo realizado em muitos países e em diversas localidades e vem despertando a consciência ecológica (respeito ao recurso natural) dos visitantes e também de moradores, cujas ocupações estejam relacionadas à atividade, além de se preocupar com a sustentabilidade do local, ou seja, com as gerações futuras, minimizando impactos e postergando a depredação que o turismo gera muitas vezes.

Todavia, há também a definição de Barros (*in* LAJE e MILONE, 2000, p.91), que diz: “Ecoturismo é uma atividade econômica que promove a conservação dos recursos naturais e valoriza econômica e financeiramente o patrimônio natural e cultural de uma região”; ou

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que se utiliza de forma sustentável do patrimônio natural e cultural de uma região, além de sua conservação, na busca e formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente e da promoção do bem-estar das populações envolvidas (p.91).

Ainda, há os entendimentos de Goodwin (em FENNEL, 2002, p.46), que tenta caracterizar a diferença entre turismo na natureza e ecoturismo. O primeiro engloba todas as formas de turismo: turismo de massa, turismo de aventura, turismo de baixo

impacto e, inclusive, o próprio ecoturismo. Esse turismo utiliza, na maioria das vezes, os recursos naturais de forma selvagem ou não desenvolvida, não respeitando espécies, *habitats*, paisagens, atrações aquáticas de água doce e salgada. O turismo na natureza é a viagem com o objetivo de apreciar áreas naturais não desenvolvidas ou a vida selvagem.

Inversamente a isso, o ecoturismo é o turismo na natureza, de baixo impacto, que auxilia na manutenção de espécies e *habitats* diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, a fim de que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda.

Por essa via, o ecoturismo pode ser uma alternativa importante para conciliar atividades econômicas e lúdicas com preservação do meio ambiente. Contudo, é necessário discutir alguns conceitos diferentes que se confundem com esse conceito: as diferenças entre o ecoturismo e o turismo ecológico; entre o turismo de massa e o de pequenos grupos; e a questão do desenvolvimento sustentável.

No primeiro caso, muito confundido com o ecoturismo, o turismo ecológico também engloba uma grande demanda turística, porém, é importante que haja um discernimento entre os dois, pois uma atividade como o turismo ecológico, por exemplo, praticada em uma área de preservação permanente, consistiria em perdas muito significantes, preocupação que, a princípio, o turismo ecológico não tem.

Selva e Coutinho (2000, p.70) definem:

[...] o turismo ecológico é considerado segmento no qual turistas e promotores de viagens procuram o contato direto com os mais diferentes ambientes naturais, entretanto sem a preocupação com o equilíbrio ecológico, ou mesmo com a compreensão dos fluxos e da dinâmica que são estabelecidos no ambiente. A expressão ecoturismo, por sua vez, surgiria para designar a modalidade de turismo cujas bases estão fincadas nas propostas do desenvolvimento sustentável: comprometimento com gerações futuras, justiça social e eficiência econômica; considerando o ambiente nas suas múltiplas conexões – natural, econômicas, sociais e culturais.

Benni, no livro *Redescobindo a ecologia no turismo* (BARRETO e TAMANINI, 2002), pretende expor claramente as diferenças entre turismo ecológico e ecoturismo.

Turismo ecológico seria:

[...] deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivados pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno. Nesse sentido, pode também ser chamado de *turismo de natureza, ou turismo verde*. [...] Incluem-se, também, aquelas pessoas que buscam uma observação participante e interativa com o meio natural, na prática de longas caminhadas, escaladas, desbravamentos e aberturas de trilhas, *rafting* e de outros esportes radicais para os quais a natureza é apenas um pano de fundo para o desafio de superar limites físicos de tolerância como *canyoning, off road, rapel*. Segundo alguns autores, também pode ser confundido com o chamado turismo de aventura e se inserir ainda no turismo desportivo como nos jogos da natureza. [...] a característica dominante é uma maior flexibilização ou a inexistência de restrições rígidas e de limites à utilização do espaço visitado (p.33-34).

E ecoturismo:

Deslocamento de pessoas para espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. [...] Pressupõe sempre a utilização controlada de uma área com planejamento do uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meios de estudos de impacto ambiental, estimativas de capacidade de carga e de suporte local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável (p.34).

O ecoturismo deve ser aplicado também como mecanismo de educação ambiental e de sua conscientização, que permite às pessoas entender o valor daquilo que está sendo explorado e compreender a importância do equilíbrio desse processo e de sua manutenção para as gerações futuras. Além disso, deve ser encarado como uma atividade que tem a obrigação de gerar benefício para a comunidade.

O turismo pode fazer todos compreenderem que o recurso natural tem de ser valorizado e que tem um valor financeiro e econômico para as pessoas da região, que dessa maneira passariam de agressoras a protetoras. É válido notar dois exemplos antagônicos do entendimento diferenciado do que significa ecoturismo. Muitas vezes, chamam-se de ecoturismo algumas situações que seriam, no mínimo, desrespeitosas com a fauna e, como mais comumente acontece, com a flora local.

Um exemplo disso é uma ilustração encontrada no livro de Fennel (2002) *Ecoturismo, Uma Introdução*, em que uma onça passa seus dias acorrentada numa fazenda local e é apresentada como atração ecoturística por uma operadora de turismo

no México; em outra situação, tartarugas marinhas, na época da postura de ovos, ficam cercadas por turistas que, com certeza, não estão conscientes de que elas necessitam de tranquilidade e isso inclui espaço e ausência de molestação.

Em outro extremo, há, por exemplo, o ecoturismo do Quênia, que, muitas vezes, é referência para se pensar em um futuro planejamento de áreas sem essa infraestrutura. Alguns hotéis do Quênia (VIAGEM E TURISMO, nov.1998) parecem com zoológicos ao contrário, onde os homens é que ficam ‘presos’. É o caso do The Ark, nas montanhas de Aberdare, que foi inspirado na Arca de Noé. Tem inúmeros mirantes, o hóspede instala-se em um deles e aguarda que os bichos se aproximem. O hotel situa-se em uma área com um misto de lago, banhado e selva, que atrai muitos animais (elefantes, girafas, leões); há até uma campainha no quarto que anuncia (inclusive à noite) a chegada de animais. Dois silvos avisam animais grandes, três silvos, felinos. A pessoa vive um verdadeiro safári, veste-se a caráter, sai regularmente para o campo e à noite também.

Com essa organização, é difícil ocorrer algum problema. Os pacotes são impecáveis, os grupos de turistas são apanhados no aeroporto por um guia que os acompanha, normalmente, por toda a jornada, levando-os de uma reserva a outra, dirigindo o carro durante os safáris, pagando taxas e emolumentos e, na maioria das vezes, enxergando os animais antes deles.

Uma outra questão a ser discutida é o antagonismo existente entre ecoturismo e turismo de massa, sendo que o turismo de massa torna difícil a tarefa de cuidar do meio ambiente e a sustentabilidade da atividade, segundo Wall (em FENELL, 2002, p.9).

Krinpperdorf (1982) procura uma “forma alternativa de turismo e o que advoga é um enfoque oposto ao turismo convencional de massa”. Ruschmann (2001, p.16) também afirma que “turismo de pequenos grupos é uma nova tendência”.

Uma grande ameaça ao desenvolvimento do ecoturismo é a existência de grandes investimentos com finalidades não altruísticas infiltrarem-se na atividade, tentando lucrar. Isso dificilmente daria certo, conforme aponta Fennell (1994, p.257): “Deixemos os grandes *mega-resorts* e o turismo de massa tornarem-se turismo sustentável, não ecoturismo”.

Mas a lógica do capitalismo não consegue pensar senão em tempos muito acelerados para a maximização dos lucros e busca alternativas como a que Wall tenta demonstrar:

O desafio ambiental mais importante para os planejadores e gestores do turismo não é o de encontrar um meio de introduzir pequenos números de visitantes ambientalmente conscientes em ambientes intocados (apesar disso ser certamente um objetivo válido), mas muito mais vislumbrar formas sustentáveis de turismo de massa (em FENNELL, 2002, p.256).

Um exemplo muito claro do turismo em larga escala, ou de massa, são o que hoje se chama parques temáticos. Nesses parques, pelo menos em alguns deles, embora vários situem-se em áreas com bastante natureza ou tenham apelos de ecologia, não há, na prática, os objetivos do ecoturismo e sim de um turismo na natureza com um apelo verde, como comenta João Meirelles Filho, presidente do instituto Peabriu de Ecoturismo (CAMINHOS DA TERRA, out. 2003): “Parque temático não é ecoturismo, é uma atividade de lazer em massa. Não é o mesmo turista”.

Existe um projeto de milhões de dólares em estudo sobre a viabilidade de um parque desses no estado do Pará, em Belém, na região amazônica. É um parque com hotéis ecológicos, trilhas, estufas botânicas, vila cultural, teatro, centro de pesquisas. Se for implantado, consistirá em uma verdadeira salvação para a região, pois desenvolveria a localidade. O parque de 7.800 hectares ficaria nos 30% de área que já estão destruídos, sem aumentar o desmatamento, pois a área já perdeu 60% de sua cobertura nativa.

Mourão, presidente da Associação Brasileira de Ecoturismo, ressalta que se deve ter cautela com grandes investimentos dessa natureza, por haver, no Brasil, alguns exemplos de investimentos que foram superestimados; e também diz: “Nós brasileiros temos os temas, não precisamos de parques temáticos sobre a Amazônia ou sobre o Pantanal em seus respectivos ecossistemas. Os norte-americanos é que precisam” (CAMINHOS DA TERRA, out.2003).

Aliás, são eles os que mais faturam com turismo no mundo. Os EUA faturaram quase 75 bilhões de dólares em 2002, apesar da ameaça do terrorismo

(ALMANAQUE ABRIL MUNDO, 2003; SUPER INTERESSANTE, out.2003).
Certamente, a ênfase não foi em turismo de pequenos grupos.

Também tem sido citada diversas vezes a questão do desenvolvimento sustentável, e existem polêmicas relacionadas a essa definição. Desenvolvimento sustentável é entendido, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como: “um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1991, p.49).

Talvez, a polêmica mais marcada seja ele ser possível ou não no capitalismo. Sobre isso, Faria e Carneiro, em *Sustentabilidade ecológica no turismo*, opinam: “O antagonismo entre sustentabilidade e crescimento econômico é próprio da sociedade capitalista (2001, p. 19).

A Eco 92 representou o ponto alto da noção de desenvolvimento sustentável, porém, pôde-se notar como poderosos agentes econômicos transnacionais passaram a integrar ao seu discurso a questão ambiental, e assim desenvolveram novas formas de captar lucros maximizados, a partir dessa incorporação.

Também é verdade que outras forças se movimentam, hoje, em sentido contrário, elas atuam na preservação (que leva em conta a sobrevivência da humanidade) e, conseqüentemente, com uma outra forma de arranjar a economia. Mas é cedo para avaliar o grau de avanço nessa correlação de forças, tal como ficou explícito nos debates sobre globalização excludente x Fórum Social Mundial, em 2003.

Em função dessa dicotomia entre o norte e o sul, ricos e pobres, a questão ‘deprestar x conservar’ torna-se um importante tema a ser resolvido na arena política.

Na esteira desta discussão, capitalismo x ecologia x turismo x possibilidades de conciliação, torna-se interessante inserir as reflexões que Montibeller Filho faz em seu livro *O Mito do Desenvolvimento Sustentável* (2001).

Montibeller (2001, p.18) propõe-se a “analisar as teorias, argumentos, idéias centrais e proposições de autores selecionados das correntes de pensamento da economia ambiental”. Para tanto, aborda as três vertentes para estudar

desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente: economia ambiental neoclássica, economia ecológica e economia ambiental marxista.

Suas conclusões, após dissecar essas vertentes e aplicá-las a um estudo empírico, são que: o desenvolvimento sustentável é o paradigma do movimento ambientalista e todos concordam que seu atingimento deve ser, e é, perseguido pelas diversas sociedades humanas; diferentes apropriações do conceito de desenvolvimento sustentável são feitas na sociedade, por diversos grupos de interesse, cada qual considerando apenas a dimensão para si mais conveniente. Um exemplo apontado é o do segmento empresarial, que faz uma apropriação mercadológica do conceito e limita sua atuação às questões relacionadas ao ambiente físico. Sem perder de vista os demais elementos, que de resto são fortemente inter-relacionados, Montibeller (2001) enfatizou o componente ambiental da questão, mesmo porque, sendo o desenvolvimento sustentável um conceito multidimensional, excluída uma das dimensões, a sua totalidade resta comprometida (p.281-282).

Esse autor também afirma que:

Assim cremos haver demonstrado a validade da hipótese principal, a saber, que as proposições ambientalistas conservadoras de sistema de mercado – que o defendem ou toleram – constituem-se em contribuições relevantes para amenizar os efeitos da problemática sócio-ambiental; mas que, todavia, não conseguem superar a contradição fundamental do sistema de tender a apropriar-se de forma degenerativa dos recursos naturais (esgotamento) e do meio ambiente (degradação), impossibilitando que sejam concretizadas as equidades sociais e ecológicas intra, inter-geracional e internacional do desenvolvimento sustentável (p.290).

Ainda, menciona que:

O desenvolvimento sustentável revela-se um mito, compreendendo dupla dimensionalidade: o caráter *universal*, ao contemplar a reflexão, pela maioria dos povos – do mundo capitalista ou não –, de uma condição de equidade socioeconômica e ambiental desejada, dando elementos para a construção de um projeto civilizatório em diferentes culturas e norteador de práticas sociais (conflituosas); e o caráter *particular*, sendo no sistema atualmente dominante, e nas condições analisadas de tendência secular e escala global, todavia, uma idéia sem correspondência direta, sendo até conflitante, com a realidade. Este aspecto contribui na compreensão da sociedade capitalista e seus limites em concretizar ideais socialmente construídos (p.290).

É difícil discordar das formulações desse autor. Todavia, entende-se a luta por um desenvolvimento sustentável como base na lógica da economia ecológica ou da ecomarxista, pois, a partir dele, pode-se diminuir o impacto destruidor da globalização e talvez seja possível, pelo menos, postergar a depredação dos locais e minimizar o impacto de uma atividade como o turismo, que pode ser bastante rentável e trazer uma considerável ajuda para as comunidades que habitam próximas a essas áreas turísticas.

Tais entendimentos remetem de volta ao objeto de estudo: a Ilha do Campeche. Preservar cultura, meio ambiente e patrimônio histórico simultaneamente, numa sociedade capitalista, requer um planejamento complexo.

Acredita-se, em relação às polêmicas em torno do desenvolvimento sustentável, que ele pode ser uma alternativa; contudo, se não for explorado de maneira consciente, com amplo envolvimento dos atores sociais, pode destruir justamente os atrativos naturais, históricos, que trazem tantos visitantes a essa localidade, e culminar no sepultamento até do próprio patrimônio cultural do lugar.

McCool (1995, em FENNELL, 2002, p.26) apresenta outra abordagem do tema e comenta um pensamento lógico-econômico para a sustentabilidade: “quando as comunidades perdem o caráter que as torna distintas e atrativas para os não residentes, elas perdem a capacidade de disputar os rendimentos provenientes do turismo num mercado cada vez mais global e competitivo”. Ainda, esse autor cita Fallon, ao sugerir que sustentabilidade é, em toda a parte, a perseguição de metas e a dimensão de metas em sua direção. McCool acha que, para o turismo sustentável ter sucesso, “os seres humanos devem considerar o seguinte: 1- como os turistas valorizam e usam os ambientes naturais; 2- como as comunidades são melhoradas por meio do turismo; 3- a identificação dos impactos sociais e ecológicos do turismo; e 4- o gerenciamento desses impactos” (p.26).

Uma das primeiras estratégias de ação em turismo e sustentabilidade nasceu da conferência Globo, 1990, na Colúmbia Britânica, no Canadá.

Os delegados à conferência sugeriram que as metas do turismo sustentável são:

1- desenvolver maior consciência e compreensão das contribuições significativas que o turismo pode trazer ao meio ambiente e à economia; 2- promover a equidade e o desenvolvimento; 3- melhorar a qualidade de vida da comunidade anfitriã; 4- oferecer experiências de alta qualidade para o visitante; 5- manter a qualidade do ambiente do qual dependem os objetivos anteriores (FENNELL, 2002, p.26).

Porém, houve controvérsias com o passar do tempo, e o que se tem notado, desde então, são apropriações privadas, que não levam em conta outra prerrogativa que não a do lucro rápido e nem consideram a discussão que foi proposta (FENNELL, 2002, p. 26).

Voltando ao tema original deste capítulo, o ecoturismo pode trazer desenvolvimento econômico para a região em que for implantado, e isso deve acontecer, se for de planejado de forma organizada e valorizando as culturas e a inserção delas no processo do pensar estrategicamente. Muitas vezes, por inocência, a população da região, em busca de um pouco mais de lucro, acaba descaracterizando os verdadeiros atrativos que há em sua região, sem se dar conta.

Nesse sentido, há alguns dados já tradicionais quando se trata de verificar as dificuldades, mesmo dentro de amplas potencialidades. É o caso da região do Cajari no Amapá, essa região tem características muito semelhantes à de Bonito, no Mato Grosso: rios e lagos em condições inigualáveis de transparência da água, dentro da floresta amazônica, os moradores da região passam por dificuldades, “embora sentados” sobre um tesouro de valor incalculável para o turismo (BARROS, 2000, p.89).

Do mesmo autor, toma-se outro exemplo, o de Uganda, onde o turismo hoje em dia tornou-se o maior componente na balança comercial. Muitas pessoas vão para Uganda quase exclusivamente para conhecer a montanha dos gorilas. O parque nacional é o principal contribuinte para a economia do lugar, mas somente oito pessoas por dia podem subir até lá, em nome de abalar o mínimo possível o equilíbrio. Se são somente oito por dia e essa é uma das maiores fontes de renda para o País, pode-se imaginar o quanto se cobra por essa ‘façanha’. Uganda tem diversos outros atrativos para que as pessoas tenham o que fazer enquanto esperam por essa oportunidade. “É o lado cultural do meio ambiente sendo beneficiado pela atividade turística e que toma como instrumental a matéria-prima e a contribuição da natureza” (p.88).

Outra história conhecida, mas que, dada sua importância, merece ser resgatada, é a do primeiro hotel ecológico flutuante, na região amazônica (BARROS, 2000). O proprietário comprou 300 hectares de floresta em volta de um lago chamado de Lago do Periquitão, que ficava a umas sete horas de viagem de Manaus. Quando os primeiros turistas começaram a chegar, os caboclos que viviam na região tentaram ganhar algum dinheiro e começaram a trazer araras, papagaios e periquitos para vender aos turistas, que nada queriam. Os caboclos não compreendiam por que os turistas não podiam pegar aqueles bichos, pô-los na mala e levá-los para a Alemanha ou os Estados Unidos. Então pensaram: “Se não querem levar arara, periquito, talvez comer eles queiram”. Também não deu certo. Foi, então, que o guia disse: “Escuta, nós não vamos comprar o macaco, não traga mais nada que ninguém vai comprar nada. Agora, se você levar a gente para ver o bando de macacos de onde você tirou e matou esse aqui, nós podemos até te dar uma gratificação”. O caboclo colocou os turistas dentro de uma canoa e levou-os para onde estavam os macacos. Naquele momento, descobriu que o macaco vivo valia muito mais do que o macaco morto, e mais, que o mesmo macaco pode ser vendido ‘n’ vezes (*idem*, p.91).

Para finalizar essas considerações relacionadas ao ecoturismo, chama-se a atenção mais uma vez para a questão relacionada à capacidade de suporte, que é um dos cuidados que devem ser tomados para evitar impactos ambientais negativos. Esse conceito, de capacidade, carga ou suporte, segundo Laje e Milone (2000, p.72) resume-se ao “número máximo de visitantes (dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações no meio físico e sociocultural”, havendo, portanto, necessidade de alguns cálculos como parâmetro para o volume máximo de turistas a receber em determinada localidade, sem que haja depredação ou, no mínimo, não cause um impacto tão grande.

Essa é uma das situações que acontecem na Ilha do Campeche, na temporada. É uma questão muito delicada a ser discutida, que tem sua importância para os pescadores que fazem o transporte de turistas para a ilha, bem como para as pessoas que vivem do movimento do turismo. Eles parecem entender que, quanto maior o movimento, melhor. O que não sabem é que esse ‘sucesso’, em última instância, pode ser a causa de um grande ‘fracasso’.

1.3 TURISMO E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES DECORRENTES

Para se relacionar algo tão abrangente como a educação com a temática do turismo, é preciso, necessariamente, selecionar questões essenciais dessa interface, para tornar o trabalho mais produtivo. As questões mais inquietantes, pelo estudo que se realizou até aqui, apontam para o planejamento, a cultura, a preservação e a história dos lugares turísticos como pontos significativos nessa conexão.

O planejamento na área do turismo é considerado fundamental e supõe, na sua programação, que seja observado o conceito de sistema inter-relacionado de oferta e demanda associado a conceitos como impacto ambiental, preservação e educação em turismo, dentre outros. A demanda constitui-se pelos chamados mercados de turismo internacional e doméstico, que utilizam equipamentos e serviços turísticos e a oferta pelos atrativos e atividades propriamente turísticas, ou seja, alojamentos e outros equipamentos e serviços, denominados *produto turístico*. O produto turístico é, também, definido como “amalgama de elementos [...] centralizados numa atividade específica e numa determinada destinação, as facilidades e as formas de acesso, das quais o turista compra a combinação de atividades e arranjos” (RUSCHMANN, 1991, p.26).

O processo de planejamento em turismo apresenta as seguintes etapas: determinação dos objetivos; inventário de todos os recursos turísticos naturais e culturais (com destaque para seus diferenciais); análise e síntese da situação encontrada; formulação da política e do plano de turismo e também de recomendações de viabilidade; e implementação e controle de gestão do processo.

O planejamento de turismo, além de ser um sistema integrado, exige, também, planos de longo prazo, 10 a 15 anos (*resorts* e parques nacionais, por exemplo) e projetos estratégicos, que estão mais direcionados à identificação de questões imediatas para mudar rapidamente situações futuras e enfrentar legal e institucionalmente as transformações necessárias, normalmente, em ações a curto prazo e na busca acelerada de soluções.

Por esse motivo, alguns pesquisadores e estudiosos da área do turismo consideram que, pelo fato de o planejamento estratégico ser mais imediatista, poderá desviar-se de objetivos de maior prazo, tal como o desenvolvimento sustentável do turismo, que pode ser utilizado para minimizar o impacto ou para postergar o prejuízo da depredação advinda dessa atividade.

Outros pesquisadores, ao contrário, dizem que

[...] é pela integração da política de longo prazo e do processo de planejamento integrado que o planejamento estratégico surge como único instrumento apropriado e que propicia os meios e métodos de interferência no ambiente ou nas múltiplas dimensões do fenômeno e do fato turístico para reequilibrá-lo, ampliá-lo ou aperfeiçoá-lo (BENNI, 2000, p.165).

Como se percebe, entender o que é planejamento e de que tipo de conceito de planejamento estratégico está-se tratando torna-se uma questão importante a ser localizada. Em seu livro *Planejamento sim e não* (1979), Ferreira abre uma discussão que coloca, entre outras questões, que planejar é o contrário de improvisar; que uma ação improvisada é uma ação não planejada; e que a decisão fundamental de todo processo de planejamento é sempre sobre os objetivos. Argumenta esse autor ainda que todos que estão implicados na ação, de uma forma ou de outra, deveriam estar envolvidos com o planejamento, pois isso determinaria um planejamento em que o objetivo fosse comum.

Numa sociedade com distintos interesses envolvidos, normalmente, o planejamento implementado é do grupo que detém mais poder. A tentativa, portanto, de democratizar o processo decisório com os envolvidos abre perspectivas importantes. Na definição de turismo que permeia a elaboração desta dissertação, fundamental é que, tanto no seu desenho quanto na efetivação das ações turísticas, reflita a vontade da maioria da população, bem como seu envolvimento e participação nas atividades de planejamento. Conhecer, portanto, minuciosamente, a voz dessa população, a história que ela tem para contar, como ela vê o momento presente, pode ser uma primeira aproximação para pensar um outro processo de planejamento.

Por outro lado, Ferreira (1979) afirma que não se podem discutir estratégias sem esclarecer primeiro os objetivos. Seria como agir sem saber por quê. Portanto, o

planejamento estratégico a ser considerado deve ser aquele que contemple o interesse da maioria dos atores sociais envolvidos. No caso da Ilha do Campeche, deve ser privilegiado o interesse de todos os envolvidos – cultura, história, preservação, ecologia, lazer e, por que não, interesse econômico. Resolver a equação desses interesses é o verdadeiro planejamento estratégico a ser elaborado.

Barreto (2001) entende que o planejamento não é uma atividade estática, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes, que têm de ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Afirma, inclusive, que um bom planejamento de turismo requer pesquisa social – e que é preciso um estudo aprofundado do contexto a que ele está submetido –, compreensão dos problemas, distribuição harmônica das especialidades e conhecimento (p.13-14). Depreende-se daí que essa necessidade de conhecimento deve abranger inclusive o conhecimento da história, especialmente dos atores sociais envolvidos.

Uma vez garantido que o planejamento deve considerar os interesses da maioria, existem algumas etapas a serem desenvolvidas. Como o objeto desta dissertação não é exatamente o planejamento, embora passe por ele, é importante assinalar o que Barreto (2001) define como etapas posteriores do planejamento (já tendo sido acordados os seus objetivos), buscando classificar os recursos turísticos envolvidos. Ela classifica-os em recursos naturais, subdividindo-os em geomorfológicos e biogeográficos; em recursos culturais, subdivide-os em históricos, que, no caso desta dissertação, envolveria as pinturas rupestres; e em contemporâneos não comerciais, que envolveria o uso que a população nativa fazia da Ilha do Campeche, ou seja, a questão da pesca da baleia, da vida dos moradores das cercanias e da busca por lazer. Somente por último ela coloca os contemporâneos comerciais, o que, de alguma forma, permite que se ressignifique o turismo em uma dimensão que não seja exclusivamente interesse econômico e, portanto, que se busquem outros agentes a ser consultados.

Paiva (2001) complementa essa discussão que se estabelece sobre planejamento em turismo, dizendo que haverá discordância entre aqueles que preferem a superficialidade e o imediatismo que pode propiciar o turismo, em termos de lucros financeiros ou *status*. Afirma ainda que esse planejamento, hoje, deve ser

compreendido dentro de um capitalismo comprometido com propostas de mudanças sociais e com a construção de uma sociedade mais justa.

O turismo tem movimentado alguns milhões de dólares pelo mundo a fora, nos últimos anos, porém, os efeitos do turismo não são só econômicos, incluem várias dimensões, inclusive a cultural. Nos dias de hoje se pensa, e se pesquisa, o verdadeiro sentido do turismo, algo que interesse e proponha desenvolvimento humano mais amplo, não só como muitas vezes é visto sob forma de fonte de lucro e *status*, e sim como fenômeno capaz de valorizar cultura e educação. Compreendido dentro do capitalismo comprometido com propostas de mudanças sociais e a construção de uma sociedade mais justa (p.9-10).

Segundo Rodrigues (1980, p.80) “É a análise dos impactos do desenvolvimento do turismo sobre os recursos naturais e culturais de determinada localidade o que serve de base para o planejamento e a tomada de decisões para a evolução da atividade”.

Por último, coloca-se a concepção de Ruschmann (2001), que diz que a finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território, ocupando-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando, assim, os efeitos negativos nos recursos que os destroem ou reduzem sua atratividade. Somente um desenvolvimento sustentável da atividade turística pode conduzir a uma evolução favorável para os empreendedores, para as populações receptoras, para os turistas e, conseqüentemente, para todas as destinações.

A questão do planejamento deve ser suficientemente considerada, uma vez que o turismo, nos últimos anos, explodiu como atividade econômica e sociocultural. O *trade* turístico, no que se refere à promoção de viagens, é garantia de facilidades de deslocamento e estada; estendeu a uma parte grande da população (a chamada classe média) a possibilidade de investir uma parte de seus proventos no turismo. Diante dessa realidade, o aporte de turistas aos locais com atrativos físicos e/ou culturais é crescente, e os investimentos econômicos, da mesma maneira, aumentam por vezes de forma desenfreada, danificando o patrimônio turístico desses locais.

Desponta, nesse contexto, o conceito de ecoturismo, como já se falou, que, segundo João de Deus, estimula a conscientização e o respeito com o meio ambiente por meio da educação ambiental. “Afinal, é mais fácil preservar o que se conhece”,

afirma o presidente da Federação das Entidades Ecológicas de Santa Catarina (DC, 5/6/2001).

Justamente por esse tipo de conceito, tornou-se imprescindível entender a vida dos antigos moradores da ilha, dos pescadores, dos antigos caçadores de baleia, para, a partir de seus depoimentos, pensar num planejamento para a Ilha do Campeche. Esse planejamento passa, indubitavelmente, pela interface entre educação e sua relação com questões de preservação da riqueza cultural.

Para ilustrar essa interligação, cita-se Barros (2000, p.90) que conta, à sua maneira, algo sobre a interface entre turismo, educação e cultura, ao falar do exemplo de uma família que trabalhava com o cultivo de mandioca na região Amazônica.

Conversamos com a família e explicamos o que queríamos. Levamos os turistas e eles começaram a mostrar a planta, o funcionamento da fabricação, seu modo de vida e outras características costumeiras. Havia um ralador primitivo, uma tábua cheia de preguinhos, uma prensa chamada de tipiti que eles tinham para tirar a água do tucupi da farinha – a massa da mandioca – e também um tubo grande feito de palha que funcionava com a ajuda da molecada que sentava em cima dele e espremia-o para sair água. Em poucas palavras, este era o curioso processo. Foi fantástico! Dona Raimunda botou a família toda para trabalhar, mostrando com entusiasmo para os turistas que chegavam as diferentes etapas da fabricação da mandioca. Ao final da exposição, punha à mesa todas as guloseimas, bolos e delícias que se podiam fazer com a mandioca para o pessoal provar. Começamos a levar americanos e eles adoraram aquele lugar. Combinamos que receberiam uma gratificação para cada turista que visitasse; com o dinheiro, os moradores poderiam melhorar sua qualidade de vida.

Quando voltamos, na outra temporada, Dona Raimunda havia ganho bastante dinheiro com os turistas e já não tinha o ralador primitivo de ferro. Era uma bombinha a gasolina; tinha comprado uma prensa nova, não era mais o tipiti. Assim, de forma ingênua, ela própria descaracterizou o produto, que perdeu a graça.

Paiva (2001, p.9-10) diz que o turismo tem movimentado alguns milhões de dólares pelo mundo a fora nos últimos anos, porém, os efeitos do turismo não são só econômicos, abrangem várias dimensões, inclusive a cultural. Nos dias de hoje, pensa-se e pesquisa-se o verdadeiro sentido do turismo, algo que interesse e proponha desenvolvimento humano mais amplo, não só, como muitas vezes ocorre, sob forma de fonte de lucro e *status*, mas sim como algo capaz de valorizar cultura e educação, e a construção de uma sociedade menos injusta.

Pires, em entrevista dada a Fantim (2000, p.75), afirma que “não existe turismo sem cultura”. Segundo Oliveira (1988), o turismo cultural é aquele que tem na atração cultural a única motivação para que o turista visite um determinado lugar. Cita como exemplo as viagens voltadas à busca de novos conhecimentos ou aprofundamento de conhecimentos em sítios, como a Gruta de Lascaux, na França, o Museu do Ar e do Espaço, nos Estados Unidos. Esse autor fala, é claro, de uma dimensão muito específica do turismo. Quando se fala em cultura, nesta dissertação, usa-se o termo em sentido mais amplo, associado ao conhecimento sim, mas considerando, sempre, que toda a viagem de turismo tem sua dimensão educativo-cultural, pois há pessoas se encontrando, há troca de informações, há troca de culturas de quem vem do norte com quem está do sul e vice-versa, há jeitos diferentes de explicar os mesmos acontecimentos aqui e ali. Veicula-se a cultura da preservação ou da destruição do patrimônio cultural; educa-se para o imediatismo predatório ou para o respeito à riqueza produzida por todos os homens e mulheres. Isso depende dos planejamentos que sustentam as atividades turísticas. Daí a importância desses pontos estarem sempre relacionados ao se pensar na interface turismo e educação.

O turismo começou a se desenvolver de maneira mais significativa em meados do século XX, como dito, tornando-se uma atividade que envolve grande parte da população, o que leva ao reconhecimento de sua importância em termos socioeconômicos. Associada a isso, desponta uma questão também muito significativa: a questão cultural e sua relação com o turismo. Meneses (1999, p.93), referindo-se a ela, diz que a cultura ou o valor cultural “não está nas coisas, mas é produzida no jogo concreto das relações sociais”, ou seja, a cultura é produto simbólico, que implica relações históricas entre homens e mulheres na produção de suas vidas e, ao mesmo tempo em que é produto é, também, produtora dessas relações.

Dentre as preocupações surgidas, apareceu, como que em primeiro lugar, a preocupação com as maneiras de informar o turista, isto é, a relação das pessoas de um determinado lugar considerado como turístico com aquelas que, como turistas, visitam esse lugar. Em princípio, trocam-se informações, mesclam-se culturas, visões de mundo. A cultura poderá ser um meio de socialização para ambos. Isso acontecerá se a cultura for considerada um

[...] processo vivo de um fazer de uma determinada comunidade. E neste caso ela pode estar presente num delicado chalé à beira da estrada, ou no músico que toca na estação de metrô em troca de algumas moedas. O que o turista descobrirá então? É possível que ele descubra que há diferentes maneiras para construir casas, que a guitarra soará mais áspera aqui ou lá, ou que há centenas de maneiras de misturar água e farinha, para que ela se transforme em *pizza*, em *pasta*, em *pão* (GASTAL, 2002, p.127).

É provável que tenham saído daí, da preocupação com o repasse da cultura, os programas de treinamento dados aos guias de turismo e que aqui no Brasil estão, em geral, caracterizados por um repasse mecânico de informações; é como se o guia tivesse uma gravação magnética com os dados a serem repassados. Parece, aliás, que tais guias, além de não compreenderem muito do que dizem, não têm interesse e orgulho em contar os fatos e as belezas do seu lugar. Além disso, parece que não têm esclarecido que essa relação que estabelecem com o turista tem caráter educativo, tanto no que se refere à socialização de informações como à formação de um turista que, ao conhecer, mobiliza-se em preservar.

O desenvolvimento do capitalismo possibilitou o uso de sua tecnologia e dinâmica de produção e circulação de mercadoria a diferentes áreas, também à do turismo, não só no que se refere aos transportes, meios de comunicação, a hospedagem e outros tantos setores, mas, também, aos guias, pois a informação prestada sugere ganhar corpo de mercadoria, que é vendida mediante algum montante de dinheiro. É, com certeza, difícil de inverter esse quadro, uma vez que o turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo, chegando a converter-se na terceira maior ‘indústria’ do mundo, perdendo somente para a do petróleo e para a automobilística (MOESCH, 2002), pois:

Existe hoje uma abundância fantástica de apelos publicitários para que o maior número de pessoas viagem. A maquinaria material das comunicações e do espetáculo permanente, celebrando o consumo de objetos, é muito mais forte que os apelos de proximidade social entre diferentes sujeitos. Não viajar é como não possuir carro ou uma bela casa. É algo que confere status. Fazer turismo neste final de milênio, tanto por quem produz como por quem consome, é uma forma de apropriação de poder (*idem*, p.21-22).

A citação de Moesch remete a uma outra questão cultural mais recente, que é o significado das viagens turísticas. A autora aponta o turismo como sinônimo de poder, a viagem como sinônimo de posse de um bem, de uma mercadoria. Ao referir-se a viagem, faz pensar imediatamente no destino da viagem, ou seja, no lugar, no espaço turístico, na população que habita esse espaço turístico, em seus costumes, sua cultura, sua história, suas vidas. Temas também importantes para o turismo.

Segundo Ferrara (1999, p.15), ao falar de cultura, é preciso considerar os “signos que mediatizam valores e visões de mundo e, por meio deles, produzem a compreensão da manifestação cultural; vale lembrar sempre que os signos, ao mesmo tempo em que produzem essa compreensão, são produzidos por compreensões históricas.

Ao situar a questão do lugar como tema essencial ao debate do turismo na contemporaneidade, Carlos (1999) remete às transformações aceleradas a que se assiste hoje e ao “desenvolvimento do capitalismo que destrói barreiras e ultrapassa obstáculos” (p.25), ou seja, ao fato de o espaço turístico passar a ser, cada vez mais, comercializado. O espaço geográfico somente se realiza como espaço turístico pelo significado que suas riquezas físicas e culturais podem trazer ao turista na atualidade, fato colocado em segundo plano pelo turismo de consumo, aquele que comercializa o espaço.

Acrescenta, ainda, que os atrativos do espaço estão associados à mercadorização dos bens do espaço turístico, que propõe ao turista um lazer que se faz no e pelo consumo:

Tal fato significa que o lazer se torna uma nova necessidade. Isto é, no curso do desenvolvimento da reprodução das relações sociais, produz-se nova atividade produtiva diferenciada, com ocupações especializadas que produz um novo espaço e/ou novas formas de uso deste espaço (p.25).

“Esse contexto transforma tudo em espetáculo e o turista em observador passivo. O espaço assim caracterizado transforma-se em não-lugar”, ou seja, em um lugar que se constitui a modo de cenário e exige, por isso, controle do que ali acontece, uma vez que tudo é predeterminado como num espetáculo, porque “o lugar é ele

próprio uma mercadoria” (CARLOS, 1999, p.31). O lazer é, então, vendido. O espaço turístico é vendido, turismo, nesse caso, é comércio puro.

O que é mais espantoso de se considerar sobre esse fato é que o espetáculo que produz o tal turismo independe das características próprias do espaço em si ou do lugar onde se realiza. O espetáculo é sempre o mesmo, ou melhor, a dinâmica do espetáculo que transforma o lugar (com sua cultura, seus valores, seus signos) em não-lugar está à espera, sempre, de um dado tipo de turista:

O turista assume uma postura passiva, ele deixa acontecer e se deixa levar por um programa, pelas mãos seguras de um guia. Os pacotes turísticos têm papel importante, pois homogeneizam o comportamento, direcionam a escolha tratando o turista como mero consumidor, delimitam hora, lugar, o que deve ser visto e o que não deve, além do tempo destinado a cada atração num incessante “veja tudo depressa para dizer que viu tudo”, registre e fotografe. Desse modo, o pacote turístico representa a lei e a ordem de perceber o espaço e tempo na sociedade contemporânea, produzidos por uma racionalidade que engendra a passividade (*idem*, p.30).

Assim, cria-se uma nova cultura, a do imediatismo, a do ‘vi e não vi’, a do ‘fotografei para ver depois pela foto’, a do desfrutar a imagem da coisa e não a coisa. Nesse caso, ficam esquecidos os modos de vida do lugar visitado, sua cultura, sua história. A informação apressada, banalizada, produz a não relação, o não conhecimento, o distanciamento pelo olhar orientado e vigiado que predetermina, que preconcebe.

Substitui-se o conhecimento pelo reconhecimento do que foi visto na propaganda; a história pela memória impressa na foto ou no cartão postal, ou, ainda, numa réplica de algo peculiar do local. Quantos arcos e flechas estão pendurados nas paredes de casas do mundo inteiro como testemunhas de que o Brasil foi visitado? O arco e a flecha são apenas a prova de que o indivíduo fez turismo. São vazios de significado. São vazios de Brasil, nesse caso.

Assim como o arco, a parede da casa desse turista pode conter um fragmento da presa de um elefante, a réplica da Torre Eiffel e, quem sabe, uma castanholinha. São objetos diferentes, cada um fala de um lugar, de uma história, de um povo, de uma cultura, de relações humanas. No entanto, na parede, os diferentes ficam iguais. São objetos de consumo. São produtos do não-lugar, ou seja, podem ser de todos os lugares

ao mesmo tempo. São filhos do espetáculo e não do lugar x ou y, onde habitam pessoas de tal ou tal maneira, porque o “turismo cria ilusões e lugares imaginários que não se conhecerá jamais, pois o tempo de uma viagem turística impede qualquer contato, passa-se, nesse contexto não se faz mais do que passar” (CARLOS, 1999, p.33).

Ao produzir um turismo com essas características, é produzido

[...] um espaço para ser consumido como lugar turístico, destrói assim, as próprias condições que deram origem a esta “mercadoria” que tanto é parte da indústria como de serviços. Um consumo coletivo da natureza que é ao mesmo tempo a destruição coletiva da mesma natureza (RODRIGUES, 1999, p.62).

Isso é alarmante, porque naturaliza uma dada forma de turismo. Vende a idéia de que o bom turismo, aquele que corresponde às férias, ao período de descanso, de lazer, de recuperação das energias perdidas durante a jornada anual de trabalho, é esse. Mesmo com a parcela da população que não precisa das férias de trabalho para sair em viagem de turismo acontece o mesmo. É o fetiche do turismo que, como o “fetiche da mercadoria” (MARX, 1984, p.79), naturaliza aquilo que é social.

Ao mesmo tempo em que se assiste a acontecimentos de natureza tão desanimadora, constata-se a presença de notícias que, talvez, sejam esperançosas, que apontam para novas possibilidades. Como exemplo, cita-se o que publicou, no início dos anos 90, jornal O Estado de S.Paulo, ao divulgar uma pesquisa da revista Travel Leisure, segundo Avighi (2000, p.102), descrevendo as expectativas e o comportamento dos viajantes de hoje como uma mudança

[...] que poderá afetar a indústria do turismo de maneira dramática”. Saem de cena o consumista da zona franca, o turista ostentatório, os roteiros clássicos. O “viajante de vanguarda” busca a realização interior e dá ênfase ao meio ambiente e à compreensão da cultura e da história de outros lugares, quer conhecer povos e se enriquecer culturalmente. Percorre roteiros não visitados e elabora seus próprios itinerários. Segundo a pesquisa, os melhores roteiros do “turismo temático” não são feitos por agências de turismo, mas por museus e instituições educacionais.

É uma nova perspectiva para os profissionais de turismo, que não querem dedicar sua vida profissional à venda de pacotes de viagem, mas vislumbram novos rumos para a atividade turística.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

2.1 PERCURSO, MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA PESQUISA

A pesquisa caracterizou-se, inicialmente, como do tipo documental, apoiando-se na estratégia denominada Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, que consiste em reunir e cronologizar informações constantes em documentos. Do passado (remoto ou recente) ao presente, o que propõe o estudo baseado no Estado da Arte é realizar um balanço que aponte as tendências do movimento daquilo que se pesquisa.

O período demarcado para a realização do Estado da Arte compreendeu os últimos 10 anos do século passado e os três primeiros deste, porque datam desse período grandes iniciativas na área de turismo no Brasil. As consultas foram feitas pessoalmente ou via internet aos seguintes locais: Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); na UFSC, fez-se uma busca detalhada na Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH); Biblioteca Central da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Secretaria Municipal de Turismo (SETUR); Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR); Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina; TV Clipagem Florianópolis; livrarias locais.

Vale ressaltar, ainda, que a pesquisa documental considerou diferentes tipos de fonte:

[...] *documentos de primeira mão* conservados em arquivos de instituições públicas e privadas (formulários da Embratur, registros de hóspedes) ou *pessoais* (diários, relatos de viagem). Além desses, temos os *documentos de segunda mão: relatórios* (de pesquisa, de empresas) e *dados estatísticos* (IBGE) (DENCKER, 1998, p.125-126).

Foram considerados para a pesquisa os documentos de primeira mão conservados em arquivos por uma instituição pública, bem como os relatórios e

estatísticas, considerados de segunda mão. Há, também, uma outra classificação quanto à fonte da pesquisa documental que fala em fontes primárias e secundárias: “[...] se o registro desse material foi feito por indivíduos que vivenciaram o fato, os documentos são chamados *primários*, mas se foram obtidos por pessoas que não estavam presentes por ocasião da ocorrência, são chamados de documentos *secundários* (REJOWSKI e SOLHA, 2000, p.281). Quanto a essa última, consultaram-se, num primeiro momento, fontes secundárias, publicações sobre a ilha, e, somente num segundo momento, entrou-se em contato direto com fontes primárias.

Foi verificado, por meio desse levantamento inicial, predomínio de material técnico da área arqueológica, arquitetônica, geográfica e botânica, fundamentalmente. Constatou-se, também, a presença de documentos, no IPHAN, relativos ao tombamento da ilha no ano de 2000, bem como outros documentos de ordem técnica, administrativa e legal.

Além de realizar esse inventário documental e feita, também, a revisão do material publicado, como se destacou na Introdução, foram realizadas, ainda, algumas entrevistas semi-estruturadas com vistas à complementação das informações obtidas. A entrevista semi-estruturada supõe perguntas determinadas, mas deixa margem à participação mais espontânea do entrevistado. Segundo Decker (1998, p.138), é preciso considerar que “a entrevista semi-estruturada permite maior liberdade ao pesquisador”, que não fica preso a um roteiro rígido e pode acompanhar a trajetória das memórias do sujeito entrevistado e o percurso do diálogo travado entre os interlocutores, na entrevista.

A linguagem desenvolvida pelo autor deste trabalho, oscila, por opção do mesmo, entre uma linguagem mais acadêmica e uma linguagem mais popular, por entender que esta mútua contaminação é fecunda.

As informações obtidas nos documentos, associadas às das entrevistas e às da revisão do material publicado sobre a Ilha do Campeche, em vez de resultar na conclusão dos procedimentos de coleta de ‘dados’, criaram mais uma necessidade: saber coisas que não estão registradas sobre a história desse lugar. Foi assim que se chegou à história oral, por ser ela uma modalidade de obtenção de informações históricas não sistematizadas e muitas vezes sem nenhum material escrito.

No caso desta pesquisa, já destacada em seus objetivos, está a preocupação de reunir elementos para propor alternativas ao turismo predatório característico da Ilha do Campeche; assim, amparado em Thompson (1998), especialista em história oral, considerou-se que a história da ilha poderia atender a esse propósito, uma vez que, se “o projeto focar as raízes históricas de alguma preocupação contemporânea, isso demonstrará muito bem a importância do estudo histórico para o meio ambiente imediato” (p.29), tanto físico como cultural. Como nos documentos consultados não se encontraram informações sistematizadas sobre a história da ilha, no último século, especialmente, história capaz de motivar programas educativos voltados à preservação das riquezas culturais da ilha, foi de extrema importância coletar depoimentos diretos, mediante longas conversas com pescadores ou moradores do arredor da ilha que estiveram, em algum momento de suas vidas, envolvidos com essa história ou que conviveram com parentes já falecidos que tiveram essa experiência. Isso porque, na história oral, “[...] o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo são mais expressivas. Elas insuflam vida na história” (*idem*, p.41).

A história oral é muito antiga, é a primeira forma de história, contada de boca em boca, de geração em geração, uma vez que os registros escritos eram raros ou inexistentes em determinadas sociedades no passado, “[...] mais tarde, a escrita, quando inventada, não foi mais do que uma nova cristalização do relato oral”, segundo Queiroz, citada por Meihy (2002, p.30).

A história oral é construída em torno de pessoas e praticada há muitas gerações nos mais diversos lugares do mundo. “É impossível apontar um lugar no globo em que as pessoas não estejam fazendo história oral”, é o que diz Ritchie, citado por Meihy (2002, p.13).

Os sujeitos contadores das histórias de um lugar, num determinado tempo, são considerados testemunhas orais, também chamados por alguns autores de fontes orais. Suas falas e praticamente tudo o que é gravado e tenha vestígios de manifestações de oralidade presente na cultura popular são considerados documentos orais.

A história oral é aberta, transmitida por falas que obedecem a algumas definições, pois nem tudo o que deriva da fala humana é história oral. Assim, torna-se importante qualificar três termos: oralidade; fontes orais e história oral. Segundo Patai (em MEIHY, 2002, p.16), por oralidade entende-se a própria fala, ou seja, os sons articulados e organizados emitidos por quem está contando a história, são as expressões verbais de quem está dando o seu depoimento. É importante que se diferencie oralidade de fontes orais, a oralidade, uma vez gravada, torna-se fonte, isto é, tornou-se fonte, porque foi registrada em função de projetos de gravação, como banco de entrevistas ou pesquisas dirigidas. A história oral é, então, o resultado do processo de coleta de informações derivado de projetos de pesquisa (p.17). É relevante lembrar que, se a história oral teve, em seu início, predomínio de registros de depoimentos orais, hoje, tem associada a ela uma série de outros registros que a enriquecem, como é o caso da fotografia, das gravações em vídeo e até mesmo de documentos escritos, às vezes dispersos, ou seja, o som e também a imagem integram a história oral.

As informações obtidas pela história oral – caracterizada por Thompson (1998) como uma história viva – não podem ter o mesmo destino que muitos trabalhos acadêmicos têm, ou seja, o arquivamento. Elas precisam estar ligadas a projetos de mudança, de ações que vislumbrem transformações.

Há acadêmicos que continuam fazendo pesquisa factual sobre problemas remotos, evitando qualquer envolvimento com interpretações mais amplas ou com questões contemporâneas, insistindo apenas na busca do conhecimento pelo conhecimento. Possuem algo em comum com o ameno turismo contemporâneo que excursiona pelo passado como se fosse mais um país estrangeiro para onde se evadir: uma herança de edifícios e de paisagens tão ternamente apreciadas que chega a ser quase desumanamente confortável, expurgada do sofrimento social, da crueldade e do conflito, a ponto de transformar em verdadeiro prazer o trabalho dos escravos numa fazenda (p.20).

A característica fundamental do historiador oral que tem o ideal de contribuir com seu trabalho na elaboração de uma memória mais democrática do passado, de acordo com Thompson (1998), é saber ouvir as pessoas e, depois disso, assumir o compromisso político de estudar, sistematizar as informações, relacionando-as a

questões sociais, bem como elaborar sínteses que contribuam com o processo de socialização dessas informações.

O processo de socialização deve começar pelo que é chamado de devolução da história sistematizada, de alguma forma enriquecida, pelo pesquisador, tendo em vista o necessário respeito com aquele que recuperou memórias históricas significativas à pesquisa realizada. O que acontece, na realidade, é uma troca, e “o retorno do material da pesquisa é uma atitude antes de tudo política” (AMADO, 1997, p.150).

No caso desta dissertação, depois de sistematizada a parte da história que foi possível coletar, tendo em vista os prazos de conclusão do curso de mestrado, retornou-se à literatura e, finalmente, às testemunhas orais para revisão da própria história e discussão de alternativas ao turismo.

Foram entrevistadas seis pessoas, moradores das localidades da Praia da Armação do Pântano do Sul. O total de registros em áudio (fita cassete) transcritos correspondem a oito horas e constam integralmente nos sete apêndices. Para a obtenção dos depoimentos, foram necessárias muitas visitas, explicações dos objetivos e utilização de uma aproximação não formal, uma vez que isso assustava alguns dos entrevistados. Foram muitas as queixas sobre o desrespeito com a localidade e com os antigos moradores. Ganhar a confiança não foi um processo fácil. Foi feita, inclusive, uma saída para o mar grosso junto com um dos entrevistados, numa madrugada de pesca, às 5h da manhã, no inverno de 2003, objetivando aproximação do cotidiano dos moradores dessa comunidade pesqueira. O uso do gravador não foi imediato em alguns casos.

Houve muitas conversas informais com pescadores e moradores das localidades citadas, até obter o paradeiro das pessoas indicadas para contar histórias sobre a ilha. Não há registros sobre elas, uma vez que o objetivo era exclusivamente obter indicações sobre as pessoas com quem se desejava estabelecer contato.

Sintetizando, é possível dizer que os principais passos para a obtenção das informações, bem como sua sistematização, desde o início da pesquisa, foram:

- Inventário de memórias particulares relacionadas aos locais de grandes atrativos turísticos na Ilha de Santa Catarina, que já se visitaram e sobre os quais se ouviram muitos comentários quanto a riscos de depredação;

- Seleção de um desses lugares, tendo como critério de escolha o fato de ele destacar-se por suas riquezas culturais;
- Visita, como pesquisador, ao *locus* de pesquisa: a Ilha do Campeche. Retorno ao local repetidas vezes.
- Em função das visitas e das conversas com moradores da ilha e pescadores, foi possível fazer o recorte do tema e determinar o objeto da pesquisa.
- Determinado o objeto, selecionou-se a história oral como proposta metodológica.
- Entrevistas: vivências com o cotidiano dos pescadores.
- Registro da história oral.
- Sistematização da história coletada.
- A história coletada e a teoria e vice-versa: o começo e o fim, o fim e o começo.

3 A ILHA DO CAMPECHE



Figura 1 – Vista aérea da Ilha do Campeche

Fonte: Proposta de Tombamento. IPHAN, 1998. Folhas 20561/ 0-337/25 e 20563/ 0-337/25. Escala 1:25.000. Filme pancromático. Voo 1977/79.

3.1 UM PEQUENO RETRATO DA ILHA DO CAMPECHE



Figura 2 – Ilha do Campeche

Fonte: Proposta de Tombamento. IPHAN, 1998. Foto de Eduardo Shumcher.

A história da Ilha do Campeche resgata uma época de colonização açoriana do litoral de Santa Catarina e, em especial, da Praia da Armação, uma das colônias pesqueiras de Florianópolis, sobre armação e caça de baleias, a agricultura feita em outras épocas na ilha e as recentes ocupações e crimes ambientais que vêm comprometendo seus atrativos naturais e culturais, que não são poucos.



Figura 3 – Localização da Ilha do Campeche no mapa de Florianópolis

A Ilha do Campeche tem 592 mil metros quadrados, situa-se nas coordenadas 27°41'22'' de latitude sul e 48°28'18'' de longitude leste e pertence ao Distrito de Campeche, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Caracteriza-se pelo clima úmido, com precipitações médias de 1.406mm e temperatura média anual de 20°C, que, em janeiro, chega a 24,3°C e, em julho, 16,4°C. Os ventos mais frequentes são do quadrante NE e N, mas também há esporádicas abordagens do quadrante sul, o que faz com que os ventos tenham um importante papel no clima, ao passarem pela ilha com frentes frias e quentes. Sua geografia é exuberante e compacta, seu formato é semelhante ao da Ilha de Santa Catarina, só que em pequena escala, com

aproximadamente 1,6km de comprimento nos pontos mais extremos, por 700 metros de largura, também nos pontos mais extremos, o que constitui em torno de 500 mil metros quadrados. Tem três elevações, uma menor e as mais altas com 89 e 66 metros. Está situada a 1,5km da costa sudeste da Ilha de Santa Catarina. O trajeto mais curto é via embarque na Ponta da Armação, em torno de 6,3km de distância (pouco mais de trinta minutos de barco), mas também é feito da Praia do Pântano do Sul e da Praia da Barra da Lagoa, mas então o trajeto é mais longo, porém não menos bonito. Então, os turistas podem até desfrutar de barcos maiores, que são um pouco mais caros, mas balançam menos, e alguns distribuem até frutas a bordo. Com águas cristalinas, em épocas do ano ideais para a prática de mergulho, é chamada por alguns visitantes de “Caribe de Floripa” ou, como diz um pesquisador que há mais de 20 anos estuda os enigmas da arqueologia local, Keler Lucas: “é a nossa Ilha de Páscoa”.

A ilha é quase totalmente circundada por costões rochosos (diabásio, de cor preta, e granito), com exceção de uma pequena faixa de areia com pouco mais de 500 metros, do lado oeste, que a torna ótima para aportar longe do perigo dos ventos, devido à inexistência de trapiches e com as embarcações ancoradas próximo à praia. É lá mesmo onde desembarcam todos os visitantes e os poucos moradores da localidade, sem qualquer organização do espaço marítimo.



Figura 4 – Local de desembarque na Ilha do Campeche

Fonte: Proposta de Tombamento. IPHAN, 1998. Foto de Rossano Lopes Bastos.

Sua flora caracteriza-se, principalmente, por mata atlântica quase intocada, se não fosse por algumas árvores frutíferas e ornamentais que foram introduzidas nos arredores da pequena praia e por moradas, que permitem a alguns visitantes pernoitar lá, em um casarão construído sobre um dos sambaquis, com um “convite” da Associação ‘X’, mediante pagamento de 15 reais, porém, devem-se levar roupa de cama e utensílios domésticos. Além disso, existem dois restaurantes rústicos e algumas trilhas erodidas cruzando a extensão da ilha.

Sua fauna terrestre, bastante diversa, hoje sofre com uma super população de quatis, que estão desencadeando um verdadeiro desequilíbrio ecológico. Eles foram introduzidos, junto com pacas e cotias, pela antiga Associação de Caça, Pesca e Tiro e pela atual Associação ‘X’ de Preservação da Ilha do Campeche ou Clube de Preservação Ecológica e Esportiva ‘X’, que alega (apesar do nome) nunca ter caçado nada lá e somente ter introduzido os animais na tentativa de preservá-los.

Existem informações contraditórias de que aproximadamente 300 espécimes de quatis são retirados por ano. Os quatis, por não terem predadores naturais, ameaçam cada vez mais o equilíbrio ecológico da ilha, pois, numericamente, já se pode estimar que há em torno de dois mil animais lá. A situação piora, porque eles se reproduzem como coelhos, cada fêmea gera até nove filhotes por ano; alimentam-se principalmente de ovos de pássaros como o tiê-sangue e o pica-pau-de-cabeleira, que tristemente estão cada vez mais raros.

A fauna marinha abriga, além de muitos peixes, corais e moluscos, em alguns períodos do ano, botos, lobos-marinhos e pingüins, sem falar de baleias francas, cujo sacrifício para extração de óleo – que era utilizado na iluminação dos engenhos locais, na construção civil e sua maior parte era vendida para fora – iniciou há 200 anos. O óleo era armazenado em um tanque que ainda está lá, todo coberto por areia, desde 1772, soterrado embaixo de uma antiga figueira, próxima à pequena e única praia da ilha, na costa leste. Hoje, já sem oferecer qualquer perigo, quase extintas, estão as armações que foram fechadas no final do século XIX. As baleias passam por ali todo o final de inverno, entre agosto e outubro, em rota migratória, na sua volta rumo à Antártica.

A ilha tem passado, nos últimos anos, por diversas apropriações. Em 1940, o Clube 'X' obteve licença de ocupação de 378.648 metros quadrados; em 1983, a empresa pesqueira Pioneira da Costa e João Jorge dos Santos obtiveram licença de três mil metros quadrados (50 de frente para praia por 60m), sendo que essa empresa pesqueira está, desde maio de 1996, solicitando o licenciamento ambiental para fazenda marinha, num espaço de quatro hectares na região da Toca das Cabras; está em tramitação, no Serviço do Patrimônio da União, um processo solicitando a cessão de ocupação parcial para Saulo Nereu Lorezon; e, também, já é sabido que até a família Andrino possui um galpão para barcos na ilha.

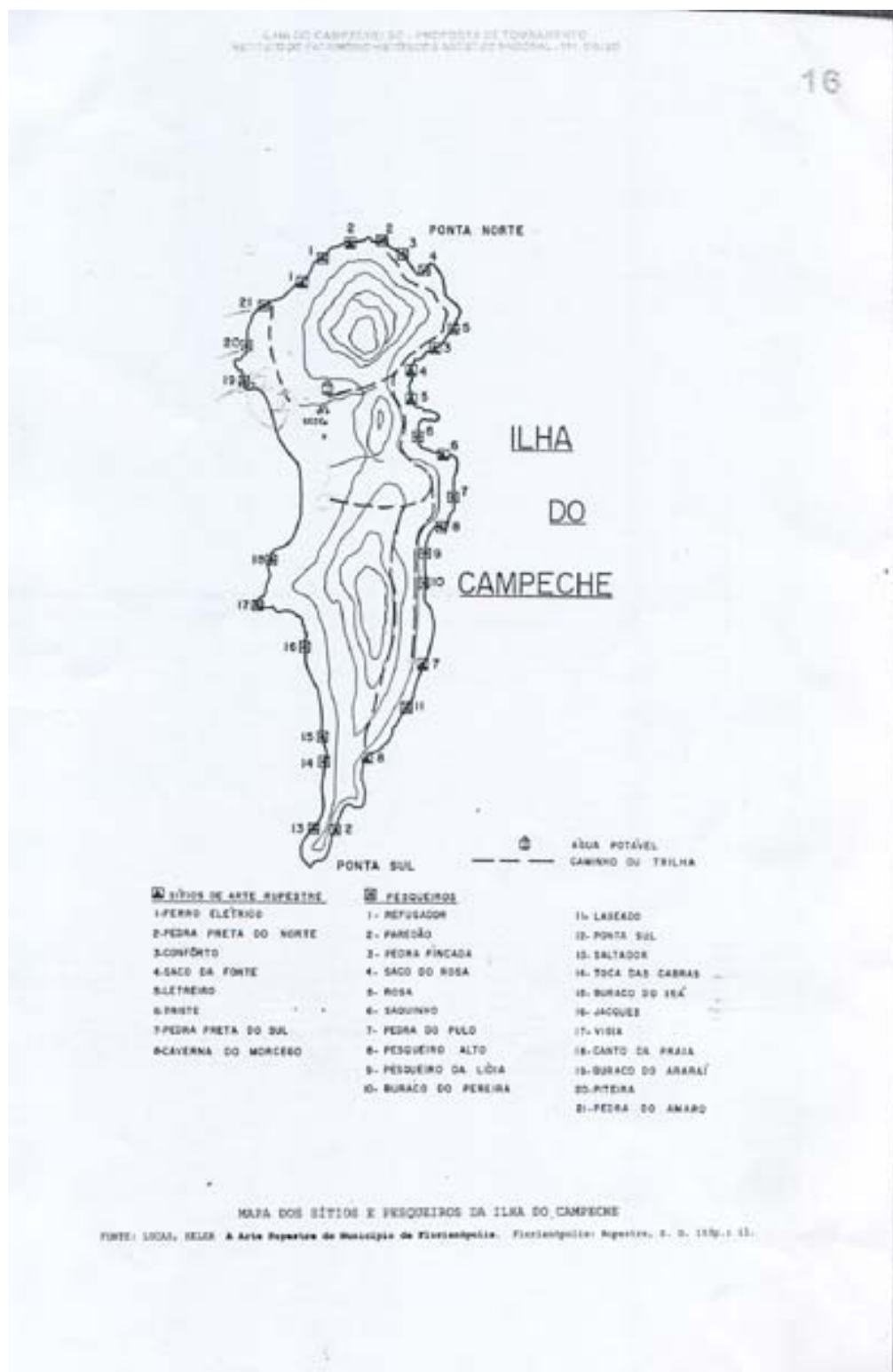


Figura 5 – Mapa dos sítios e petroglifos da Ilha do Campeche

Fonte: Proposta de Tombamento. IPHAN, 1998.

Alguns locais bastante visitados na ilha são:

1. Pedra do Vigia: faz parte da história da caça às baleias. Dessa pedra, avista-se toda a costa sudeste da Ilha de Santa Catarina, da Ponta do Facão (está localizada entre a Praia do Matadeiro e a praia da Lagoinha do Leste) à Praia da Joaquina.
2. Pedra Fincada: é uma pedra com um formato fálico de mais ou menos nove metros de altura, que está localizada próximo ao mar. Dela, avistam-se as costas leste e oeste, bem como a Ilha dos Moleques e Xavier. Próximo dela, existe um outro ponto de interesse, um poço de um metro de profundidade e 60cm de diâmetro, esculpido em uma pedra de granito.
3. Pedra do Letreiro: é um sítio que tem em torno de 40 desenhos rupestres, datados de mais de três mil anos, alguns com características de ser únicos no mundo.
4. Caverna dos Morcegos: tem uma área de aproximadamente 15 metros por 30 e também uma abertura para o mar. Atravessa a ilha com uma saída do lado oeste. Uma fonte não menos importante afirma que a Caverna do Morcego tem 372 metros quadrados, com vento vindo do mar, chão escorregadio, grande desnível, mar batendo no fundo.
5. Pedra do Imã: é constituída de um sítio com duas inscrições, uma delas está em um ponto magnético que altera a direção das bússolas, a outra é uma intrigante pegada humana, entalhada sobre a pedra.

A ilha destaca-se também por conter a maior concentração de sítios arqueológicos do sul do Brasil, segundo o Padre Rohr (1969, p.20), um importante arqueólogo catarinense. Diz ele que, “Campeche é a ilha mais rica em petróglifos de que temos conhecimento”. Com nove sítios de inscrições rupestres, descreve Lucas (1996) que ela contém 53% das inscrições rupestres de Florianópolis. A ilha contém ainda alguns sambaquis (cemitérios indígenas), alguns marcos naturais, como é o caso da Pedra Fincada, além de curiosidades como a Toca do Morcego, que também é um sítio e é uma caverna que atravessa a ilha de um lado ao outro, e algumas oficinas líticas, também conhecidas como brunidores, onde habitantes pré-históricos fabricavam e poliam seus artefatos feitos com ossos e pedras. Apesar de ter sido

dinamitada em vários lugares por caçadores de tesouros, ela tem mais de 180 inscrições rupestres datadas aproximadamente de 2 a 6 mil anos atrás, feitas provavelmente por povos pré-colombianos (pré-índios), que usavam a técnica do picoteamento com posterior polimento.

Quanto à forma das inscrições rupestres encontradas na Ilha do Campeche, é possível dizer que os principais motivos revelam semelhança com figuras geométricas, destacando-se também alguns motivos antropomórficos que, segundo o IPHAN (1998) e Lucas (1996), intrigam vários arqueólogos, por serem praticamente indecifráveis e sendo algumas delas jamais vistas (nem sequer semelhantes) em qualquer parte do mundo. Outras, como a Pedra do Terceiro Olho, constituída por duas máscaras, chamam atenção por ser praticamente um símbolo universal, encontrado em locais onde viviam antigas civilizações como: hindus, maias e egípcios. Uma outra inscrição que intriga por sua extensão e complexidade de estrutura é a da Pedra do Letreiro, que fica a mais ou menos sete metros de altura, podendo ser vista do mar. Uma das curiosidades que a caracterizam é o fato de ter 5,75 metros ocupados com 24 conjuntos de sinalações e mais dois vestígios de motivo. Podem-se verificar, aí, pontos, linhas, triângulos, hexágonos, perfazendo aproximadamente mil gravações no diabásio, rocha negra com a superfície lisa que esquenta ao sol.

Uma das pedras de relevada importância da ilha é conhecida como Pedra Fincada, com aproximadamente 10 metros de altura. No amanhecer do dia 21 de dezembro, os primeiros raios de sol vindos do hemisfério sul fazem sua sombra projetar-se sobre umas sinalações em pedras no chão, encaixam-se perfeitamente, marcando o solstício de verão (o dia mais longo do ano) e também no primeiro dia do equinócio de outono (quando os dias passam a ter a mesma duração das noites), a sombra bate em outro grupo de pedras, também assinaladas. Ao que parece, esse era um local de grande importância para a civilização que produziu tais inscrições. Próximo ao sítio, é possível verificar uma marca no chão que lembra uma pisada ou pegada humana com quase 50 centímetros, que, além de ter um incontestável valor arqueológico, contribui para as crenças de valor folclórico. Pescadores afirmavam que teriam habitado a ilha povos gigantes; também há a lenda das unhadas, sulcos paralelos que não passavam de brunidores utilizados para afiar pontas de flechas e

lanças. Ainda, há algo que se assemelha a uma banheira, que por suas características não parece natural, escavada por ondas, por exemplo, mas lembra, sim, algo produzido pela mão humana diretamente ou pelo uso de aparatos da tecnologia da época, pois é escavada na rocha. Esse tipo de escavação, da mesma maneira que outras e também as próprias inscrições, acabam incitando o observador a tecer várias considerações sobre a função delas. Considerando a sua localização, dá para pensar que a ‘banheira’ era usada por um determinado grupo, talvez aquele que detivesse o poder. Ou era esse o local de algum ritual sagrado?



Figura 6 – Pedra do terceiro olho

Fonte: LUCAS, K. *Arte rupestre em Santa Catarina*. 1996.

Pela importância e significado históricos, a ilha foi apresentada em um simpósio científico internacional sobre arte rupestre e teve um artigo publicado em anais (CONSENS, 1995), que descrevia os tipos de inscrições que ela tem. Triste é saber que, além dos danos causados por líquens, fungos e musgos que encobrem as sinalações e por algumas causas naturais, talvez, pelo aumento da acidez das chuvas, em decorrência da poluição industrial, elas são muitas vezes depredadas pelos dois mil turistas que desembarcam lá, em finais de semana da alta temporada, e querem levar

alguma recordação da ilha ou picham (inconveniente forma de mostrar-se) inscrições rupestres de 2 a 6 mil anos de idade.



Figura 7 – Pichações feitas por visitantes nas pedras da Ilha do Campeche

Fonte: Proposta de Tombamento. IPHAN, 1998.

Por muito tempo sendo vítima de um turismo desorganizado, de massa, que depreda sem o menor planejamento, sem qualquer controle dos responsáveis, que só visam ao lucro, da quantidade de visitantes (transporte marítimo e restaurantes), a Ilha do Campeche, hoje, pelo menos, tem guias mirins da comunidade, que, desde 1999, amenizam um pouco esse impacto desordenado, trasladando turistas pelas trilhas e ensinando um mínimo de educação ambiental, já que nada é feito pelas autoridades competentes.

Falando mais um pouco sobre oficinas líticas ou brunidores⁴, não se pode deixar de apontá-los como registros de uma época de ocupação das localidades, uma vez que há como identificar a data exata em que foram feitos; também têm importância geográfica e histórica, pelo fato de que, em certos lugares, apresentam nítidas evidências de grandes tempestades, que se abateram por aqui e fizeram com que os

brunidores se amontoassem de forma que jamais pudessem ter sido utilizados nas posições que se encontram hoje em dia.

Confeccionados em vários formatos, os predominantes são os circulares, que têm a parte central côncava ou convexa, e os longitudinais, com sulcos que eram utilizados para dar ponta ou corte a instrumentos, encontram-se sempre na beira do mar, o que leva a crer que eram utilizados com areia e água do mar. Os amoladores eram conhecidos pelos antigos pescadores como “pratos ou moinhos de bugre”, e eram feitos em pedras ou lageados de diabásio (rocha negra), porque são mais duras que outras pedras ou até, segundo Lucas (1996), poderiam também ser usados para secar alguns alimentos, considerando-se que o diabásio é uma pedra escura que fica muito quente exposta ao sol, e os longitudinais poderiam indicar alguma direção ou representar símbolos, uma vez que se posicionam paralelamente e outros em direções diversas.



Figura 8 – Brunidores da Ilha do Campeche

Fonte: LUCAS, K. *Arte rupestre em Santa Catarina*. 1996.

⁴ Sulcos e depressões entalhados nas pedras, utilizados para dar fio a instrumentos da época: pontas de flechas, lanças, machadinhas.

A administração e conservação dos sítios de artes rupestre em outros países deveriam servir de exemplo para o Brasil. No mundo todo, essa é uma questão prioritária, devido à destruição que está acontecendo, tanto pela ação direta e indireta do homem quanto por causas naturais. A Austrália, por exemplo, é considerada o país com mais inscrições rupestres do mundo, cerca de 50 mil sítios só no Estado de Queensland. Os australianos dão a devida atenção a esses verdadeiros presentes pré-históricos que lhes foram dados. Aliás, eles têm o primeiro curso de pós-graduação em conservação de arte rupestre, desde 1988. Eles também elaboraram um documento, pela organização ICOMOS, que serve de guia para as intervenções em lugares históricos e para os cursos de capacitação para administrar sítios arqueológicos que o Getty Conservation Institute organiza há alguns anos. Esse país possui petróglifos com datações de 43.140 anos atrás e pinturas de até 24.600 anos. Como estratégia para a proteção dos sítios, nem sequer divulga-se a localidade exata das inscrições ao público e, em locais em que isso é inevitável, eles colocam a proteção de grades, telas, painéis e outros aparatos que impedem o contato direto do público com a arte rupestre.

Outro exemplo é o da arte paleolítica da França, em suas famosas grutas. O clima no interior e o meio ambiente externo receberam tratamento para que se conservasse o equilíbrio ambiental ao redor dos sítios, as visitas foram proibidas e eles construíram cópias das pinturas e gravuras para que possam ser observadas em museus. É o caso da recente e magnífica descoberta francesa na caverna de Chauvet, onde pesquisadores, usando o teste do carbono 14, dataram as inscrições em até 35 mil anos, algumas das mais antigas encontradas até hoje. Estão fazendo uma réplica da caverna em Ardèche, o que permitirá aos visitantes admirar a arte rupestre sem riscos de danos à caverna.

Voltando ao objeto de estudo, há algumas versões quanto à origem da denominação ‘Campeche’. Uma delas é que teria vindo de aviadores franceses, uma vez que, nesse local, situou-se o primeiro aeroporto de Florianópolis (campo de pouso), que funcionou entre 1927 e 1935. Dentre os pilotos que aterrizavam e partiam dali, destaca-se o francês Antoine Marie Roger de Saint-Exupèri, que escreveu inúmeras obras, dentre elas, o antológico *O Pequeno Príncipe*, e que era chamado carinhosamente pela população local de “Zé Perri”. Em seus diários de bordo,

constataram-se inúmeros registros de acontecimentos da localidade e, dentre eles, há referência à Ilha do Campeche. A denominação, nessa hipótese, teria saído do francês *camp* (campo, acampamento, arraial) e *pêche* (pesca, pescaria), já que a localidade era chamada na época de Pontal, Mato de Dentro, Campo Retiro etc.

Na verdade, essa versão da história não passa de uma agradável coincidência, sendo que há registros do nome bem anteriores a isso, nada confirmado, mas o documento mais antigo encontrado, o Plano Hidrográfico da Ilha de Santa Catarina, datado de 1814, indica a localidade da ilha como “I. do Campexe”, não se referindo à praia, o que leva a crer que é bem possível que a praia, hoje distrito, tenha levado o nome da ilha.

Uma outra versão aponta que o nome estaria relacionado a uma árvore ou arbusto, o pau-campeche (*Haematoxylon campechianum*), cuja madeira corante era usada em tinturaria e teria sido trazida com as invasões espanholas, em 1777, após sucessivos ataques ao México. Deriva daí a idéia de que o nome teria vindo de um estado mexicano que se chama Campeche, justamente, e que tem esse nome por causa dos Maias, que chamavam a região de “Ah Kim Pech”, que significa lugar de serpentes; porém, não se sabe ao certo se não foi outra coincidência.

Mais um pouco sobre a história do Distrito do Campeche pode ser apreendido na página eletrônica da Secretaria Municipal de Turismo, a SETUR. Segundo um registro histórico datado de 1786, toda a costa leste se chamava Praia do Mandú, também confirmado em outro registro feito por Paulo José de Brito, em 1790. Já o nome Campeche aparece em 1860, denominando a grande praia que ia da Joaquina, que até então também se chamava Campeche, passando pela praia do Morro das Pedras e ia até a Ponta da Armação, tudo isso era Praia do Campeche e tinha esse nome por causa de uma madeira abundante que se chamava pau-campeche, como visto em outras versões para a origem do nome; assim como o pau-brasil deixou como herança o nome do País.

Lucas, em *Arte Rupestre em SC* (1996), afirma que esse “Fabuloso patrimônio que Santa Catarina recebeu como legado das antigas civilizações continua tendo seu valor desconhecido do grande público”, e ainda:

Vários países no mundo tiveram sua receita aumentada por causa do turismo cultural. Aqui, nossas riquezas arqueológicas, com enorme potencial de atração turística, são menosprezadas, como uma coisa sem importância, como se não existissem. Temos que mudar esta forma de pensar. Nossos sítios são muito lindos, estão em nossas belas praias e ilhas, perto das cidades e com fácil acesso. Precisamos organizar um turismo receptivo, com empresas cadastradas que ficarão por este tipo de serviço e pelo treinamento de guias especializados. A divulgação de nossos sítios arqueológicos no exterior atrairá turistas e pesquisadores de instituições de pesquisa, universidades, órgão e agentes culturais, gerando empregos e divisas. E também poderá gerar um movimento turístico durante o ano inteiro e não apenas no verão, como acontece atualmente.

3.2 A HISTÓRIA COLETADA



Figura 9 – Pescadores carneando uma baleia

Fonte: Arquivo do pesquisador.

A história foi coletada em conversas com testemunhas orais que vivem na localidade da Armação. Suas idades variam entre 52 e 89 anos. Dos seis entrevistados, quatro são homens e dois são mulheres. Os depoimentos de um deles, Seu Aldo, aparecem em maior número, pelo fato de ele ser um cidadão cuja história sobre sua própria vida merece ser contada, devido a sua memória conter tantos acontecimentos

da época enfocada nesta dissertação, embora os outros depoimentos tenham igual valor e mereçam destaque.

Constituíram esta história outras fontes, tais como: documentos do IPHAN, pesquisas realizadas por Keler Lucas, registros na internet, da página do IPUF, fundamentalmente.

Tentou-se sistematizar esta pequena história de forma que constassem dados sobre caça a baleia, utilização de mão-de-obra de escravos, rotina dos pescadores, exportação do óleo de baleia, plantações outrora feitas na ilha, bem como denúncias de crimes ambientais e atentados ao patrimônio cultural relativos a sua história presente.

A pretensão é que este trabalho venha a compor programas que contem com as testemunhas orais como agentes sociais em turismo, integrando programas educacionais voltados à preservação das riquezas da Ilha do Campeche.

À medida que se defendem essas questões, pode-se pensar, mesmo que modestamente, em colaborar com a epistemologia do turismo, já que há, atualmente, um universo frágil de teoria do turismo no Brasil.

A história da Ilha do Campeche tem seus primeiros registros de presença humana num período de dois a seis mil anos atrás, data provável das inscrições rupestres nela constantes, também conhecidas como petróglifos. Depois disso, muitas tribos marcaram suas vidas nessa localidade. Como parte das diversas provas dessa época, há muitas inscrições rupestres diferentes na ilha, algumas nunca vistas em outro lugar do mundo, como é o caso da série de hexágonos que lembram uma rede de pesca (KELER, 1996); há outras com traços semelhantes aos de inscrições encontradas no Peru, México e até no Egito. Além disso, há diversos brunidores, as oficinas líticas, amoladores de pontas de flechas e lanças e diversos instrumentos utilizados pelos índios da época, provavelmente os sambiqueiros itamaracás, os povos dos sambaquis (cemitérios cobertos por conchas) que tinham hábitos de caça e pesca.

Dando prosseguimento à história da ocupação da ilha, por volta do ano de 800, há indícios da presença de índios tupi-guaranis. Na seqüência de acontecimentos, registra-se a presença dos caçadores de baleia, em meados do século XVIII, com a colonização açoriana em grandes faixas de terra. As capitânicas hereditárias eram dadas pelo Rei de Portugal, para que fosse feita a colonização e, dessa forma, formaram-se as

primeiras colônias pesqueiras da região, pois, segundo constatado no Guia Fpolis (IPUF, 1993), Florianópolis foi fundada por bandeirantes paulistas na segunda metade do século XVIII. A antiga Nossa Senhora do Desterro não teve vida urbana antes da chegada dos açorianos. Em meados do século XVIII, implantaram-se as armações: a Armação da Piedade, em Governador Celso Ramos, e a Armação do Pântano do Sul, aqui em Florianópolis, cujo óleo das baleias lá abatidas era comercializado pela Coroa Portuguesa, fora de Santa Catarina, não trazendo benefícios econômicos para a região.

Considerando o fato de que os açorianos, em busca de uma vida melhor, tinham seu cotidiano atrelado à pesca, não encontraram dificuldades nas terras brasileiras, ou melhor, águas, tendo em vista que tinham uma quantidade de peixes inimaginável.

Segundo Seu Aldo, o litoral catarinense, desde Passos de Torres até São Francisco do Sul, foi colonizado pelos portugueses que vieram das ilhas dos Açores. São sete ilhas na costa africana, que são colônias portuguesas. Vieram para explorar a caça da baleia. Depois disso, pouco depois do começo da colonização, houve a visita do imperador Dom Pedro II à Ilha do Campeche, em 1845, ou arredores, como conta a história, que, por motivo de mau tempo, nem chegou a desembarcar, somente se abrigou de uma forte chuva com ventos violentos, ancorado com seu barco na pequena baía do lado oeste da ilha.

Mais adiante, houve a presença de ingleses, em virtude do cabo submarino. Era um cabo que acreditavam ser o futuro mercado tecnológico mais promissor da época. A Inglaterra, grande potência na época, investiu muito nesta tecnologia, a das comunicações. Era possível, pela primeira vez, comunicar-se com outro continente quase em tempo real, por intermédio de telex (impulsos eletromagnéticos), a longa distância. Era o ‘cabo submarino’, constituído por fios de várias ligas metálicas e envolto em uma cobertura de borracha e outros materiais isolantes, que ia da América do Sul à Europa, por debaixo do Oceano Atlântico. Segundo Seu Aldo:

Diziam, naquela época, que a Ilha do Campeche, na verdade, era da Inglaterra, nós tínhamos um cabo submarino que passava por toda a costa brasileira, o cabo era da Inglaterra, o cabo subia na praia do Campeche, pegava a estrada e ia até o centro. Tinha uma subestação que ficava onde hoje é a Capitania dos Portos, o antigo Hotel Royal. Tinha um relógio grande que era o relógio mais certo da cidade, todo o mundo acertava as horas por esse relógio, nunca falhava. O cabo saía ali, se quisesse passar um telex para qualquer parte do mundo era ali. Na terra, era de chumbo por fora e por dentro uma lona grossa e alguns fios; na água, era um cabo de 12 peças que eu tenho um pedaço guardado, porque eles tiraram fora agora para colocar fibra ótica; e tinha 13 barras de ferro por fora de aço galvanizado trançado com uma lona grossa com piche e, por dentro, tinha o fio.

Eu cheguei a dar um pedaço para o pessoal fazer calafeto nas embarcações. Quando estragava o cabo, vinha um navio de lá para fazer reparos. Naquele tempo em que eu nem era nascido, em 1800 e poucos. Para eles não trazerem aquela carga de fio toda, eles enterravam na ilha uma certa quantidade, ficava onde tem hoje uns pés de biguaçu [árvore frutífera nativa da Ilha]. Para saber exatamente onde é, basta pôr a igreja do Campeche por cima da laje do norte, a que tem no canto da praia bem grande, quando a igreja estiver certinha com a laje e com a igreja da Armação por cima da laje do sul, a que fica sempre cheia de gaivotas, o ponto de encontro é onde era enterrado o cabo submarino para manutenção. Então a ilha pertencia a Inglaterra, apesar de ser brasileira, é o que diziam os velhos da época, que o governo tinha cedido a Ilha para a Inglaterra.

Ainda, segundo Seu Aldo:

Na época tinha um homem de confiança dos ingleses, brasileiro que falava inglês, chamava-se Trajano Leite, que tinha um filho que era o Manfredo Leite. Na época, os pescadores faziam algumas rocinhas lá na ilha, plantavam feijão, mandioca, muita abóbora, tomate. De repente, o Trajano morreu, ficou o filho que foi quem dizem que vendeu a posse da ilha para o clube 'X', em 1952, eram nove sócios. Na época, eles botaram até animais lá, um casal macacos- prego grandes que começaram a se reproduzir e fazer desordem. O General Vieira pegou umas bananas, botou veneno [arsênico] e deu aos macacos que até tiravam telhas e entravam nas casas. Os macacos sentiram o cheiro do veneno e não comeram as bananas, então falaram para matarem. O último macaco que tinha na ilha que morreu foi o Cid Morid que matou porque ele mordeu a perna da sua sogra.

O tiê-preto [pássaro], eles que colocaram também. O tiê-sangue que é nativo de lá e vinha comer pedaço de laranja na tua mão. Teve paca, que também não durou muito tempo. Um casal de quatis foi dado pelo Sebastião Neves, diretor da penitenciária, em 1954, foi o meu pai que levou para lá. Os gambás, tinha lá muito. Os quatis mataram todos, porque disputam os mesmos alimentos. O aracuã se esbarrava no pessoal lá de tanto que tinha.

As inscrições eu conheço todas, a vegetação não mudou muito, só cresceu mais cipó do que tinha. A laje do norte, que era toda de fora, hoje é toda coberta pelo cipó, tem muito mais mato do que tinha na época, também porque a gente limpava. A sorte é que não tem cobra lá, a única que mataram foi uma jararacuçu, que provavelmente foi junto com algum material de construção, Tem só aquela cobrinha de vidro que não tem veneno. Na inauguração da sede do clube, em 1953, eles levaram alguns pombos brancos para soltar e até queriam que eles ficassem por ali, mas depois de uns três dias, comendo milho, eles começaram a pousar nessa laje que hoje tá tomada pelo cipó e depois foram embora, parar lá no Saco dos Limões.

A sede foi construída pelo seu Joaquim, por intermédio da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Outro fato de relevante importância, que certamente faz parte da história da ilha, é o da caça às baleias; tão significativo para a ilha por nela conter destroços de um grande reservatório para óleo derretido de baleia. As baleias francas eram mortas no litoral para a extração de óleo da camada de gordura derretida, que também era conhecida como “toicinho da baleia”, que servia na época para diversas finalidades, como para construção civil, no ‘cimento’, que chamavam de outro nome. Segundo Seu Aldo:

O óleo aqui eles usavam para construção que tinha o nome de gala-gala. O cimento é composto por óleo de baleia, barro, areia média da Praia da Armação e cal de conchas que era queimado na “caieira”. Quando criança, cheguei a ganhar dinheiro vendendo conchas colhidas na praia e postas em latas de querosene. Juntava 20, 30 latas e vendia para esse fim.

Essas conchas queimavam-se com casca de “anoz”, baga de “anoga”, que se usava para fazer sabão. Essa casca tem um óleo que pega fogo. Como seus pais já usavam a baga da anoga enfiada num arame para acender, quando houve a revolução de 1940 a 45, faltava querosene, que era comprado no Ribeirão, então, eles usavam essa “baguinha”. Botavam a casca da anoga junto com as conchas, queimava e desaparecia, e a concha fazia a cal de concha. Juntavam-se esses quatro ingredientes dentro de um vasilhame e de quatro a cinco negros amassavam com os pés, porque eles tinham pés grossos e não havia betoneira nem coisa parecida, pois não havia energia elétrica.

O óleo era vendido para exportação para países da Europa, com a finalidade de iluminar as ruas e casas da época com luminárias a óleo de baleia, e também o curtume no Rio Grande do Sul. Segundo seu Aldo:

O óleo que não era usado para construção embarcava para a Europa, provavelmente, era usado com luminárias. Pega fogo que não é mole! O rei de Portugal mandou fazer mais armações, temos quatro no estado: a Armação do Pântano do Sul, que já foi Armação da Lagoinha, em homenagem à Lagoa do Peri, já foi Armação de Santana, que é a padroeira da igreja da comunidade, que foi fundada em 26 de julho de 1772, Santana e São Joaquim que veio da cidade de Santana do Rio de Janeiro pelo meu tataravô capitão Izidoro Pires. Eles se comunicavam com as outras armações, quando o cardume de baleias passava por lá. Então: Armação da Lagoinha, do Pântano do Sul, de Santana que são a mesma; Armação da Piedade, que fica perto de Governador Celso Ramos; Armação da Penha; e a Armação de Itapocoroi, que era uma um pouco menor.

As baleias mortas eram sempre do tipo franca, uma baleia dócil que passa no litoral entre os meses de julho e outubro, em época de amamentação dos filhotes. A caça às baleias compôs-se em dois períodos de abate: o primeiro, logo quando se compuseram as primeiras colônias pesqueiras, na época das capitânicas hereditárias, a pedido de Dom Pedro II, para alavancar a economia da corte em Portugal. Nessa época, caçavam-se baleias com barcos a remo e uma tripulação de remadores composta por escravos. Segundo seu Aldo:

Eles usavam os negros escravos que já estavam aqui como braço forte para remar nas lanchas baleeiras, que eram feitas com as formas, projetos, que vieram das ilhas dos Açores. Elas tinham seis remos de voga (parecidos com os remos de competição, Veleiros da Ilha). Depois passou a ser quatro remos e, depois ainda, motor, bem depois. Antes era só remo e vela, eles botavam seis negros para remar, o proeiro, com o arpão na frente e o patrão atrás no leme.

Em função de a baleia franca ser muito mansa, ela permite a aproximação, mais ainda quando se está com barcos a remo e vela, como acontecia na época. Muitas vezes, elas permitiam até que alguns escravos nadassem com elas e aceitavam carinho. Mas não era só carinho, quando a franca começava a gostar da brincadeira e levantava a nadadeira para que lhe coçassem, era o momento mais indicado para a arpoada fatal. Seu Aldo diz:

Na pesca da baleia antiga, usavam o negro escravo para caçar as baleias. Para fisgar, eles se jogavam na água começavam a brincar com ela, acariciar, pois a franca é muito mansinha, muito dócil, a coçar. Ela daí levantava a asa e outro negro vinha e fisgava ali debaixo, e era tudo ao manual.

Não era como hoje em dia, que ainda há caça no Japão e na Noruega, mas se usam arpões com ar comprimido, com cabos de aço, e puxa-se a baleia para grandes barcos que têm rampa para esse fim.

A segunda etapa da caça às baleias, segundo Seu Aldo:

A segunda fase da pesca da baleia foi “inventada” em Imbituba, e o matador, o arpoador, chamava-se Joaquim, que faleceu há pouco tempo. Cheguei a trabalhar com ele e foi por intermédio da Pioneira da Costa, do proprietário Arlindo Isaac da Costa, mais o Dilmo, um dos irmãos, e o seu Altino da Praia da Silveira, que agora é Atlântida. Os três fizeram uma combinação, falaram com o seu Joaquim e vieram para iniciar isso. A primeira baleia foi morta no Pântano do Sul, e eu não estava lá, não pesquei essa. Durou cerca de quatro anos e depois foi proibido no Brasil, o único lugar que continuou daqui foi a Paraíba, que ficou mais ou menos um ano depois disso. Ela ocorreu em nosso litoral por meados da década de 50, onde pescadores com barcos já a motor pescavam com o auxílio de dinamite.

Confirma a data Dona Domissa:

Essas últimas baleias que mataram aqui, na década de 40 e começo da de 50, foram na maioria mortas pela tripulação do seu Arlindo, da Pioneira da Costa, com os barcos da empresa que se chamava Do Isaac, que era o pai do seu Arlindo, o nome dele era o nome da firma, hoje, Pioneira da Costa.

Seu Serafim conta que caçou baleias em lancha baleeira:

[...] a remo, eram quatro remando mais o capitão atrás, no leme, e o arpoador na frente. O “tiro” se dava entre a cabeça e a asa das baleias, o arpão era composto, na ponta, por um cilindro metálico com um estopim, dentro tinha três bananas de dinamite, pegava fogo, vinha para a espoleta e estourava dentro da baleia. Então, eles amarravam a baleia nas baleeiras e traziam para a praia, teve uma que encalhou aqui (Armação) na beira da praia. Vieram dois tratores para tentar trazer ela mais para cima e não conseguiram. A baleia tinha 16 metros de comprimento, muitas toneladas. Era uma semana para desmanchar o toucinho. Teve baleia que a gente pegou por aí que um pedaço de couro com a gordura tinha mais ou menos meio metro quadrado, com arame nas duas pontas, tinha que pegar de dois para transportar.

Confirmando a estrutura e a utilização do arpão, Seu Aldo diz que:

O arpão era feito com um pedaço de ferro de mais ou menos 1,20 de comprimento, era oco. Na frente, eles colocavam uma lança de mais ou menos uma polegada, 32mm, com uma ponta bem afiada, bem soldada na ponta do ferro e, atrás, eles faziam dois furos. O ferro era oco, atrás eles colocavam um pedaço de madeira, para não ficar tão pesado, e ficava difícil para ser usado, faziam uma espécie de arpão, ali eles colocavam uma espoleta um pedaço de estopim, não é fio detonador como agora, que é ligado na bateria ou na luz. Era colocado fogo na ponta daquele estopim, dentro do cano, depois vinha a espoleta e duas bananas de dinamite. Eles socavam tudo em pedacinhos com cuidado para não explodir. Na boca, eles pegavam um pedaço de tijolo maciço de barro e socavam para fazer uma bucha, para que a carga não saísse para trás, botavam três ou quatro cabeças de fósforo junto com o estopim e descascavam a ponta do estopim. Daí iam se aproximando da baleia, nunca pela cauda, cola, sempre pela cabeça. Tem até um versinho que era conhecido na época que era assim: “dentadura de elefante, (que é o bicho que tem os maiores dentes), Rabanada de baleia, (que é o maior rabo que tem), toda a vida ouvi dizer que ouro bom não mareia, (ouro bom para se fazer qualquer coisa não cria nada), nunca pode encher barriga na casa alheia, (se for comer na casa de alguém dificilmente enche a barriga)” Hoje não porque todo mundo é amigo, faz festa, mas naquela época era: “– Come fulano. – Não. Muito obrigado”.

Segundo Seu Aldo, tinha um segredo para se verificar o “ponto” do óleo de baleia, quando estava pronto para ser utilizado:

Para saber o ponto do óleo ou quando ele estava bom, botava-se um pedaço de pau no óleo e logo em seguida no fogo, se ele pegasse fogo na hora, tava pronto, se estralasse um pouco, tinha que ferver mais; como quando se bota um peixe na frigideira, o óleo quente, junto com aquela carne que ainda tem água, respinga em tudo. Quando estava pronto, eles colocavam nuns latões de 200 litros, era fechada a boca e diziam que um pouco ia para o Rio Grande do Sul, para o curtume de couro de boi, e o resto ia para fora. A roupa da gente não prestava para mais nada, ficava um cheiro desagradável.

Dona Domissa conta que o óleo era todo derretido e vendido para fora.

Diziam que era para os Estados Unidos. Teve quase 500 tambores de óleo de três baleias que mataram aqui que foram para lá. As baleias eram mortas no mar e eram trazidas para cá na praia, no canal, entre a Armação e o Matadeiro. Aqui eles cortavam e derretiam o óleo.

A carne das baleias nem sempre era totalmente consumida. Outro fato de relevada importância em relação à sua utilização conta Seu Aldo: eles pegavam o óleo, a carne era alimentação dos negros, muito boa; ele (Seu Aldo) comeu também.

Parecida com a carne de boi, vermelha, tem três qualidades, três tipos. A de cima, que é muito gordurosa, grudada no toucinho, até meio esbranquiçada, vermelha clara; logo abaixo a do centro, que é muito boa da para fazer bife e tudo e, embaixo, uma fibrosa, parece carne seca para botar no feijão, que não é tão boa assim. Eles comiam e o que não davam conta enterravam. Eles “derretiam a baleia” num forno de fazer açúcar, um grande forno de cobre, chama-se tacho, que eles botavam caldo de cana para fazer melado e o melado se torna em açúcar.

Nesse período, na década de 1940, na ilha, já havia cerca de dez cabanas de barcos, dos pescadores da Armação, que é a vila de pescadores mais próxima. Sobre isso, Seu Aldo conta:

Cada pescador dos mais velhos e importantes, mais experientes, tinha o seu galpão lá na Ilha do Campeche, feito de palha, palha cortada no morro da Lagoinha do Leste, ou então tiririca, que é uma planta que corta a gente e tem uma folha comprida. Eles amarravam pra fazer esteira e daí faziam o ranchinho. Todo ano tinha que trocar aqueles telhados.

Além de, eventualmente, dormirem lá nas cabanas, por motivos de mau tempo e utilizarem-nas para abrigar seu barcos, eles também aproveitavam a ilha para plantar.

Alguns pescadores, segundo depoimento do Seu Nabor, plantavam para o sustento de suas atividades na ilha e também para o sustento da família, que morava na Ilha de Santa Catarina. Eram, inclusive, ajudados pelas mulheres, depois da colheita.

Meu pai tinha algumas roças aqui na ilha, tinha plantação de milho, feijão, e as mulheres saíam de lá da Armação para peneirar o feijão e algumas outras tarefas.

Segundo Dona Domissa:

Na pesca da baleia, as mulheres não ajudavam muito. A pesca era uma atividade de homens. As poucas coisas que faziam era, muito dificilmente, ajudar a derreter o toicinho da baleia nos caldeirões, com mais frequência, cozinhar, ou, na maioria das vezes, fritar a carne da baleia, que era cortada pelos homens para o consumo. Como sempre sobrava, muito eles sempre davam muita carne para quem quisesse. O que sobrava e não era carne boa, eles enterravam por causa do mau cheiro que ficava.

Em relação à permanência na ilha, Seu Aldo conta que:

O João de Jorge, pai do Nabor, como nunca parou de pescar e nunca saiu de lá, sempre a reformar o seu rancho. Os outros ranchos dos outros pescadores caíram, porque eram de esteio (madeira e palha), e eles (Associação 'X') não deixaram construir mais, expulsando os moradores da Armação de lá. Com o tempo, alguns pescadores requereram um pedaço de terra também, a metade para Pioneira da Costa e a outra para o seu João de Jorge.

Em 1952, a Associação 'X' ganhou a concessão de uso de grande parte da ilha. Compraram uma embarcação para fazer o transporte do que precisavam. Segundo seu Aldo:

Quando eles ganharam a primeira lancha, em 1952, vinda lá da Armação da Piedade, eles colocaram o nome de Renacim, em homenagem a um biotônico que a farmácia Catarinense fabricou; como essa farmácia doou essa lancha para eles, em troca eles colocaram o nome no barco. O primeiro patrão dessa primeira lancha foi o meu pai, Olíbio Correa de Souza. A farmácia deu o barco mas não deu o motor, então compraram um motor inglês Stuart, dois cilindros, gasolina, a “magnéti”, não tem bateria, é uma pecinha que faz faísca, mas quando o tempo estava muito úmido, com chuva, ele umedecia e dava o maior trabalho para o meu pai virar aquele motor. Foi o meu pai que comprou, pela caixa de crédito, o meu pai tinha a caderneta de pescador e saía menos. Eles davam uma diferença grande para quem era pescador, naquele tempo, já tinha isso. Então ele foi lá e comprou para o clube, o clube que pagou, e ele foi trabalhar e eu sempre junto. E foram fazer um casarão que é aquele que está lá. Isso foi em 52, eu tinha 12 anos de idade. Carregaram toda a madeira com esse barco. Meu pai colocava a madeira em cima do barco e colocava ainda outra balsa com mais madeira para ser puxada e fazia várias viagens, pois o barco não suportava tanto, e a gente descarregava na ilha. Quatro pessoas trabalhavam nessa época: eu, com 12 anos, o falecido Seu Quirino, que era carpinteiro de baleeira, o meu pai, que já faleceu há muito tempo, e ainda tem um deles vivo que é o Rodolfo Pires, que é parente da minha mãe, Olina Maria Pires, que é bisneta do capitão Izidoro Pires, da época das colônias de pesca das capitânicas hereditárias.

Tem também dois tanques de armazenamento de óleo de baleia. Na época, fizeram cinco aqui na Armação, não deu. Como não tinha mais local perto do mar, colocaram dois na ilha, que foram depois destruídos por nós. Hoje, está tudo enterrado, porque faltou âncora [pedras], para colocar no cerco flutuante. Eram 12 arames pendurados no cerco, com cinco pedras cada um. Dava 60 pedras por vez, que se colocavam na água. Âncora não tinha, chamava-se “chacho”. Para barcos, eram dois pedaços de madeira, com quatro pedacinhos, e a pedra no meio. O meu pai fazia com pedaços de “tarimba”, que era coqueiro rachado no meio.

Outro acontecimento importante no quesito crimes ambientais foi a inacreditável venda de um pedaço de terreno pela Associação ‘X’ para um cidadão. É verdade, está lá na ilha a casa, já faz mais de 10 anos. Segundo seu Aldo:

Outro que se interessou pela ilha na época foi o Lageano, o presidente do Clube ‘X’, na época. O Mafrinha vendeu um pedaço do clube para o Lageano, que fez uma casa de dois pavimentos que está lá até hoje. O seu Andrino, pai do Andrino deputado, fez também um ranchinho lá para o seu pescador, e quem cuidou por 12 anos desse galpão foi eu, mas teve uma época em que fizeram uns rolos para tentar tirar o galpão de lá e eu me chateeí e desisti. Então fui entregar a chave para o velho Andrino na peixaria do Si, lá no mercado público, e saí, e os pescadores foram todos expulsos.

O clube cortou uns coqueiros e umas árvores, para fazer o novo bar, e colocou uns coqueiros que sobraram debaixo do bar para ninguém ver. As inscrições rupestres que estão depredadas lá, na maioria das vezes, foram depredadas por membros do clube mesmo, para dizer que foram os turistas e tentar afastar eles de lá, porque os turistas não trazem nada, porque os pescadores não deixam. O turista vai lá só para ver as coisas, o turista tem consciência, só quer admirar as belezas, e eles fazem isso para colocar a culpa nos turistas, tanto é que tiveram até falando em fechar a ilha por um ano e tudo. É para dizer que o turista vem para destruir tudo. E ainda vão acabar com o transporte de gente feito pelos pescadores para a ilha, que é o sustento do pessoal durante o verão, que tem menos peixes. Os membros do clube na maioria são pessoas bem de vida, não precisavam se apoderar da ilha e da pesca desse jeito. Hoje, eles tão pagando a mensalidade do clube com o dinheiro da própria venda dos peixes que eles tiram de lá, que são os poucos sócios que tem um nível baixo financeiro. Existe um poço do lado do casarão que tem sete metros de fundura, e foi eu, com essas mãos, que cavou, feito de pedra em baixo e tijolo em cima. Só que eles pegaram para eles, não deixaram mais os pescadores da Armação tirar água de lá. Por essas e por outras que essa briga já vem há tempo. Hoje em dia, nós não temos nem um lugar para dormir lá, não temos direito a nada, nós que fomos criados lá, nossos pais deixaram o maior suor da vida deles lá. O único que está lá, hoje em dia, desde que nasceu, é o Nabor, filho do João de Jorge, é proprietário do Bar bacalhau.

Seu Nabor diz:

Isto aqui já foi cercado [mata dos arredores da praia] uma vez pela Associação. Daí foram cortando os arames, acharam que tinha ficado muito feio, e acabou-se; ainda tem alguns pedaços de cerca por aí. Este muro de pedra que está aparecendo agora aqui, nem o meu pai conheceu, isso apareceu com uma maré alta que deu e foi cavando. Daí não faz nem dois anos que o IPHAN botou essas rampinhas de madeira para as pessoas não passar por cima do muro antigo que, segundo eles, tem um valor histórico.

Seu Nabor também conta que nem abre o restaurante nas épocas de inverno, porque também não vai ninguém para lá, só abre de setembro em diante. Segundo ele:

O sambaqui que tem aqui está debaixo do casarão da Associação, inclusive, eu mesmo já achei muitas pontas de flecha, machadinhas de pedra, até uns cachimbinhos de barro, tudo muito bem feitinho. É só fazer um buraco por ali debaixo que já vai encontrar um monte de coisas.

Conta seu Nabor que:

Essa praia daqui da ilha não era deste tamanho todo, era bem curtinha, tinha mato até quase na água, tinha tronco ali onde é areia hoje dessa grossura aqui [mais ou menos 40 centímetros]. Chamava-se de “tajuveira”. Também tinha os ranchos dos pescadores, que eram todos cobertos de palha. Daí a Associação chegou, a pesca foi fracassando e eles foram se retirando. Volta e meia dá algum rolo com a Associação ‘X’. Eles já cometeram um monte de crimes ambientais. Teve uma vez que trouxeram cerca de 200 toras de eucalipto, mas já que não podiam construir nada, a gente avisou o IPHAN e eles trancaram tudo aí. Nós pegávamos muita tainha aqui, tinha muito mais peixe, hoje, já não é a mesma coisa, tem muita embarcação por aí, a gente nem pesca mais tainha por aqui.

Seu Nabor diz que já contou 53 cabeças de baleia só na ilha:

Tinha um tonel para o armazenamento de óleo de baleia aqui na ilha. Nós estamos em cima dele [mesinhas da parte externa do seu restaurante], mas foi se destruindo sozinho e nós mesmos utilizamos muitos pedaços para peso das redes de pesca.

Ele chegou à ilha ainda bem criança, junto com seu pai, João de Jorge dos Santos, que foi um dos primeiros a trabalhar lá. O primeiro foi o seu avô, que passou para o seu pai e agora é ele. Está há 44 anos na pesca.

Para ele, o turismo na ilha é bom, bom para o seu negócio, quanto mais tiver, melhor. Já faz muito tempo que vêm turistas para a ilha, só o seu bar já tem 18 anos:

Eles não destroem nada, pelo menos eu nunca vi; e a gente cuida e não deixa mesmo. Eles não levam nem a areia no pé, só vem para passear e, mesmo assim, é com guias. Acho que seria interessante se tivesse alguma placa falando isso, porque é muita gente e não dá para falar com todo mundo.

Com relação à fauna e à flora, Seu Nabor confirma que a ilha mudou:

Tinha muito gambá que a gente caçava para comer, uma vez ou outra. Agora tem é quati, que fazem mal para a gente, tem que ter tudo bem fechado. Eles invadem e acabam com tudo, comem os ovos de passarinhos; o tiê-sangue mesmo tinha de monte. Chegou a ter macacos também, mas o último foi morto, porque atacou uma senhora no casarão da Associação ‘X’.

A vegetação também mudou um pouco. Tem algumas plantas que não tinham antes, e tinha bem mais cipó também. O terreno onde está situado o bar pertence à Pioneira da Costa, quando requereram, era do seu Arlindo e do meu pai. Quando ele morreu, a Pioneira comprou a outra parte do terreno. Aqui na ilha só tem mesmo de dono legalizado a Associação e a Pioneira. Essa outra casa aí é do Lageano, que comprou, ou ganhou, teve um problema com eles aí, o terreno da Associação 'X'. Parece que o terreno é dele por 100 anos, tem também o barraco do seu Andrino.

Nabor diz que só vai gente para lá no verão, quase ninguém aparece no inverno. Os pescadores não transportam ninguém para ilha nessa época do ano, só se alguém fretar um barco com um grupo grande (em torno de 10 pessoas). Ele conta que

[...] teve um filho de um sócio aí da Associação que andou escrevendo em cima das inscrições, mas depois não aconteceu mais nada.

Ainda segundo Seu Nabor:

Naquela época, década de 40, as embarcações não tinham motor, eram só a vela e remo, quatro remos de voga. Teve uma noite que meu pai, pescando com o pessoal, foi no remo daqui ao Xavier [Ilha a aproximadamente 20 quilômetros] e depois Moleques [mais 25] e voltou, a remo, numa só noite. E eles iam cantando, dava para ouvir de longe, quando não tinha vento, era mais ou menos assim: “Canoeiro bota o remo...” Não tinha nem fogão, não tinha nada. A gente amarrava uma corda na cumieira da casa e as panelas ficavam ali penduradas assando no fogo de chão. A gente pegava muito cação, escalava eles, fazia tudo em arrouba. Peixe mesmo era de rolo aí na praia. Meu pai, às vezes por um motivo ou outro, não pecava durante o dia e chegava à meia-noite e dizia que ia lá pegar um peixinho para nós. Dava uma hora, ele voltava carregado de tainha. Naquela época, era só nas vistas, hoje já tem aparelhagem que acusa, tem mais tecnologia.

Dona Tereza complementa:

A panela pendurada no teto do rancho chama-se “trempe”, para cozinhar com o fogo de chão.

Seu Serafim teve o seu próprio rancho na Ilha do Campeche. Mora na Armação há mais de 55 anos, mas foi criado na praia do Pântano do Sul. Desde quando chegou à Armação, pescava na Ilha do Campeche.

Quem tinha rancho lá eram só os pescadores daqui. O seu Vivico, que herdou do Major Vitor, que é quem era o primeiro dono do rancho em que trabalhou, quem tomou conta no final foi o seu Serafim, até mais ou menos 1964, quando foi trabalhar com o pessoal do Clube 'X', trazendo gente de lá para cá com um barco grande que eles tinham, uma baleeira grande, que entrou na ilha em 1952. Eles disseram:

“– agora a Ilha do Campeche é nossa”. Na época, os sócios eram o General Rosinha, o Argumilha, o irmão do Major Vitor, que era o seu Pedro Mendes, e outros. Eram 14 sócios. Hoje, dizem que já tem mais de quinhentos. Em 1967, ficou cego de um olho e aposentaram ele. A ilha está com eles agora, mas não é para sempre. Quando acabar o prazo volta, a ser só do governo.

Ele conheceu a ilha, mais ou menos, em 1944, e era muito diferente.

A liberdade era que a gente tinha era outra. A gente saía de noite para buscar água em um poço que tinha por lá, depois de um bambuzal, e o pessoal tinha medo. Diziam que aparecia lobisomem. [Seu Serafim nunca viu nada] Tinha uma luz que falavam também. Foi o meu compadre que viu, uma luz acesa que caía, como uma lâmpada acesa que caía, um diamante de luz. Eles levavam a mão para pegar e não conseguiam.

Dona Bernardina, mulher do seu Serafim, diz que um irmão seu já viu lobisomem. Era um tipo de um cachorro peludo, que tirava a roupa e se embrulhava na cama do boi ou do cavalo, “uma coisa assim”. Ela conta mais:

Tinha muito gambá na ilha, hoje não tem nenhum. Tinha também quati e tatu que foi eu quem colocou. Veio uma caixa lá da serra com cinco tatus dentro, três morreram e dois ficaram na ilha, tem tatu lá até hoje. O quatis foram eles mesmos quem levaram em uma caixinha. Cobra não tem lá, pegaram uma só que foi com alguma coisa para lá, era uma jararacuçu, mas mataram. O que tem de mais perigoso na Ilha do Campeche é o escorpião, teve um rapaz que foi mordido lá e depois de uma semana morreu. As inscrições rupestres da ilha, claro que querem dizer alguma coisa, foram deixadas por alguém, mas não dá para saber o que significam, a pegada que tem em cima da pedra lá é de um pé muito grande.

Tinha gente que tinha muito medo de ficar por lá durante a noite. Teve um rapaz lá antes de mim que passou duas noites, se assustou com alguma coisa, pegou uma canoa, botou uma vela e veio para cá. Os ranchos eram de madeira e a madeira passava o dia no sol, chegava a noite, já mais fria, e as madeiras dos ranchos começavam a estralar.

A gente pescava de tudo lá naquele mar, tinha muito peixe, era tainha, anchova, cação. Nos meses de janeiro, fevereiro e março, quando dava uma maré mais alta, a gente chegava na beira da praia, tinha vários marimbauzinhos que vinham correndo pela beira, era só jogar a rede e pronto. Hoje em dia já tá bem mais difícil.

Os pássaros na ilha eram uma coisa incrível: tiê-sangue tinha de monte, mas se pegasse algum deles para trazer para casa, quando chegava aqui ele morria, tinha que deixar eles soltos por lá mesmo, tico-tico tinha de monte, só depois que apareceu o pardal que eles começaram a desaparecer, com os quatis também, né?

O turismo na ilha, para nós que trabalhamos com eles, é uma coisa muito especial, muito boa mesmo. Vai de manhã até as onze, leva eles para lá, final de tarde, ali por umas quatro da tarde vem de volta, no dia seguinte de novo. Começa em dezembro e vai até março. Os turistas não estragam nada das inscrições, só se levassem dinamite para estragar. Também tem os guias que são daqui mesmo, eles levam o pessoal pelas trilhas, até a pedra fíncada, até o saltador, até o saco da ponte, até a pedra preta. Para tudo tem um nome lá.

A ilha, depois dos índios, passou a ser dos pescadores, depois tiveram os ingleses por lá para enterrar o que tinha sobrado do cabo submarino para alguma futura manutenção. Ele ia pelo meio do mar até a Inglaterra, servia para comunicação, mais uso militar mesmo, de lá ele vinha para praia do Campeche. Saía na base antiga e seguia para dentro do Brasil, na base francesa, que diziam que era aqui no Campeche.

Naquela época, agente plantava mandioca, milho e feijão lá, o que é mato hoje, ali atrás do restaurante Bacalhau, era tudo plantação do seu João de Jorge, pai do Nabor. O mato que tem ali é todo novo, nascido de 1952 para cá, desde que a Associação proibiu de plantar lá. A única coisa que levaram para plantar lá, na minha época, que não era de lá, foi o bambu. Foi o seu Lino que levou, para botar depois nas redes, e também palha para cobrir os ranchos que eram feitos de bambu amarrado um do lado do outro. A panela era pendurada no teto por um arame e o fogo no chão. Era bom porque no inverno esquentava, a gente dormia seguido lá, quando tinha mau tempo. Às vezes, mais de cinco dias.

Comentando os dias atuais, Alauf faz crítica relativa aos crimes ambientais cometidos, e acrescenta:

A Associação 'X', nem hoje em dia, é de preservação de coisa nenhuma. Tiram dos costões toneladas de peixe nobre com caniço e arpões. Desmataram uma importante área de restinga, para construção de campings, do restaurante que eles têm aí, área de preservação permanente. Isso há seis anos atrás, com dinheiro que foi repassado da associação de pescadores, eles disseram que iam construir dois banheiros para turistas e, além de não fazê-los, construíram o restaurante. A ilha sofreu com essas ocupações, os pescadores que ocupavam a ilha não foram nem consultados, sem satisfação alguma. O governo simplesmente deu o direito de uso para eles, não é posse. Venderam uma área para um cara que construiu uma casa de dois andares aí, e é totalmente ilegal. Um rapaz aí entrou com uma solicitação junto ao Ministério Público, que não foi ainda outorgada. Na real, essa área passou a ser particular e não tem nem como, pois é de posse da União e acaba sendo vendida; e eles têm o direito de uso de 99% da ilha, e os pescadores nada.

A Associação 'X' trouxe um monte de toras para a construção de choupanas, mas não conseguiram, porque a obra foi embargada, e as toras continuam lá, toras de eucalipto que acabam também transmitindo doenças para a vegetação de lá, e estão sobre um córrego da ilha.

Eles trouxeram quatis, alegaram que era para acabar com as cobras, porém, nunca teve cobras na ilha. Em 1962, o então diretor do presídio de Floripa doou esses animais, ele era sócio também, e como todos esses animais nasceram de uma matriz, só se transformaram em gerações de espécies endêmicas que provocaram doenças neles e diminuíram a população de tiês-sangue e outros pássaros, e terminaram com a população de gambás da ilha, paca, cotia, macaco (eles mesmo mataram todos a tiro), galinha de Angola. Falam que foi para acabar com os escorpiões da ilha, que, no entanto, são inofensivos. Mesmo se fossem venenosos, o ser humano não tem o direito de introduzir ou retirar alguma espécie, senão acontece como no Canadá, onde há tempos estavam diminuindo os veados e eles resolveram retirar os pumas; os veados se reproduziram em uma quantidade enorme e comeram toda a vegetação e se acabaram também.

Agora, a Associação 'X' também quer transportar gente pelas trilhas, e não estão autorizados a fazê-lo oficialmente. Sem controle, continuam a fazer. Além disso, tem barcos que vêm da Barra que já trazem seus guias e praticam mergulho predatório, diferente do que é feito por nós, com instruções, proibindo o pessoal de tocar o solo com as nadadeiras, de tirar suvenires do mar.

Ele afirma que, quando o Ministério Público se interessar pelos acontecimentos e crimes ambientais cometidos, deve chamar a velha guarda dos pescadores para apurar o que realmente aconteceu. A Associação 'X' tem o argumento de que pegaram, ganharam do governo, a ilha, porque os pescadores tinham-na abandonado. Esse argumento concorda com a história de Seu Serafim:

Na ilha, quando a 'X' pegou a posse, só tinha alguns pescadores com ranchos lá, que foram abandonando com o tempo, até só restar o do seu João de Jorge, pai do Nabor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Keler Lucas, um grande estudioso da Ilha do Campeche, em sua página eletrônica (mai. 2003), queixa-se por ter pensado que, com o tombamento da ilha pelo IPHAN, a situação mudaria. No entanto, o que se observa é o aumento do número de turistas que afluem à ilha, e a artes rupestre ficam esquecidas, como antes. O que ocorrerá agora, com mais de mil turistas por dia na temporada? Dessa reflexão surge uma pergunta: Tombar é suficiente?

Por outro lado, é preciso pensar o tombamento como parte de um processo. Ele é um aspecto fundamental na recuperação cultural e ecológica da Ilha do Campeche, mas por si só não basta. São necessárias outras medidas. O trabalho realizado pela ambientalista Cíntia Chamas, que levantou os aspectos pertinentes para documentar e instruir o processo de tombamento da ilha pelo IPHAN, bem como consegui-lo, por si só, já demanda um intenso processo de pesquisa e trabalho de convencimento. Portanto, uma vitória.

Contudo, torna-se necessário engajar outros atores sociais nessa luta, e, modestamente, este pesquisador acredita que esta dissertação seja um pequeno instrumento de reflexão, no sentido de valorar as histórias de vida de quem já conviveu muito com a realidade da ilha e que, no momento atual, não tem sido considerado: os pescadores artesanais.

Algumas providências poderiam ser tomadas de imediato pelos órgãos estaduais e municipais de turismo. A exemplo do que foi feito na Ilha João Cunha, no município de Porto Belo, poderiam ser viabilizados os cálculos para a capacidade de suporte da Ilha do Campeche. Sua capacidade de carga turístico-recreativa foi determinada a partir de uma diversidade de fatores, que envolveu desde o perfil dos visitantes até os locais de maior fluxo, horários de maior movimento etc., o que estabeleceu capacidade máxima de 1.879 pessoas por dia. Contudo, vale fazer algumas comparações com o que aconselham alguns estudiosos.

A fórmula recomendada por Giotard (1992, *apud* Ruchmann, em LAGE e MILONE, 2000) para cálculo da capacidade de suporte baseia-se no número ideal de visitantes, que é entre 1 e 10 pessoas por metro linear de praia, levando em conta o tipo de visitante, a qualidade da visitação e a fragilidade do meio, determinando, assim, suas condições de uso intenso ou restrito.

Bound-Bovy e Lawson (*apud* LAGE e MILONE, 2000) recomendam 20 metros quadrados de praia por pessoa, considerando, nessa medida, a largura média de 50 metros, que inclui a área de banho, a faixa de areia e a faixa de vegetação e áreas verdes, onde se localizam os restaurantes, quiosques e terraços utilizados pelos visitantes.

A partir desses parâmetros, a ilha suportaria aproximadamente 500 pessoas por dia, levando em consideração a extensão de praia. Todavia, deve ser relevado que a ilha, por ser pequena, oceânica e comportar, além da bela praia, inscrições rupestres de valor cultural inestimável, recebe turistas também por esse motivo. Ora, isso traz à tona outros fatores a ser considerados no cálculo da capacidade de carga. Tendo em vista que as trilhas são feitas sobre a vegetação rasteira, pondo a nu um solo de areão, quantas pessoas podem transitar por tais caminhos ao dia sem que a erosão seja irreversível? Levada em conta a capacidade de absorção da areia – sem pensar em esgotos, para os dejetos deixados por 500 pessoas em um dia –, isso contaminará definitivamente o lençol de água (que, aliás, é bastante superficial) em quanto tempo? Portanto, esse é um cálculo imprescindível de ser feito para a utilização racional da Ilha do Campeche. Mas não é o propósito desta dissertação dar conta desses detalhes técnicos; contudo, eles mereciam ser mencionados.

Fazem-se necessárias, de imediato, algumas providências de caráter prático, tais como: cercas limitativas, *folder* educativo, proibição de saída das trilhas – aliás, essas trilhas teriam de ser adequadas com escadas e estrutura anti-erosão, placas indicando pontos interessantes e limitação de proximidade das inscrições. Além disso, teria de ser pensada uma ajuda financeira individual para pagar guardiães do patrimônio e garantir a não exclusão de guias mirins (grupos grandes). Quanto ao acesso à ilha, dever-se-ia providenciar um trapiche móvel, em função das marés, e estudar uma distribuição igualitária de transportadores entre Pioneira-‘X’-Associação

de Pescadores – ou poderia ser responsabilidade somente dos pescadores, pois eles merecem tal reconhecimento –, além de limitar o número de visitantes ao que realmente a ilha suporta. Ainda, seria importante reavaliar as responsabilidades e a manutenção da Associação ‘X’ como ‘proprietária’ da Ilha do Campeche. Quanto à limitação do número de visitantes, alguns indicativos importantes no cálculo já foram assinalados.

Observou-se que, justamente nas histórias orais, aparecem com mais clareza certas questões inadiáveis. Por exemplo: Como conviver com 10 mil litros de descargas de dejetos diários? Como conviver com dois mil quatis que já eliminaram grande parte dos pássaros da ilha? Como impedir que a erosão e o vandalismo acabem com as inscrições rupestres? Como garantir que a ilha não se transforme num não-lugar?

Torna-se imprescindível uma decisão política de resgatar a ilha, de fazer cumprir o tombamento. Resgatar esse passado da caça da baleia. Incluir esses velhos pescadores, contadores de história, como parte do repensar o turismo. A partir disso, reinserir o tiê-sangue e outros pássaros que lá habitavam; e, ainda, pensar em como aproveitar as possibilidades criadas pelo conhecimento das histórias colhidas: criando novos cuidadores para a ilha, gerando novas perspectivas de emprego, como ‘os contadores de história da ilha’? Indubitavelmente, a voz desses pescadores tem de ser ouvida.

Um planejamento democrático, participativo, que envolva os atores sociais comprometidos, como esses velhos pescadores, por exemplo, é um caminho a ser seguido de imediato, um ponto de partida. Esses atores devem planejar minuciosa e urgentemente formas de suspender a depredação.

Simultaneamente, é preciso pensar uma nova perspectiva para os profissionais de turismo, desde sua formação, inclusive, e especialmente, nas escolas de Turismo de Florianópolis, dada esta característica especial de conjugação de patrimônios cultural, arqueológico e ecológico presentes no município. É necessária uma formação que promova realização profissional, com ênfase na defesa do meio ambiente, na cultura e na História, e não só em como organizar grandes pacotes de viagem. Lembrando Ruchmann (1997), o turismo é um movimento de pessoas, envolve gente. É um ramo

das ciências sociais, não das ciências econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial.

Uma outra consideração observada a partir da revisão bibliográfica realizada é que o ecoturismo caracteriza-se como uma alternativa melhor do que o chamado turismo ecológico. Também se evidencia o desvelamento do mito da sustentabilidade. Numa sociedade capitalista, a sustentabilidade é tão somente uma questão de postergar a depredação e minimizar o impacto que a atividade turística pode exercer. Uma das características desse turismo predatório é assumir a característica de turismo de massa, o que acelera o processo de degradação.

A triste realidade é que o ecoturismo, por definição, é muito bem estruturado e ecologicamente certo, porém, na maioria das vezes, não é o que se faz na realidade. Tem intenções altruísticas, mas, até hoje, o que se vê são poucas evidências de que ele é menos impactante do que outros tipos. Anos depois da Eco 92 e até da Rio+10, a realidade é que, por vezes, a consciência ecológica de muitos dá espaço aos interesses de uns poucos que são difíceis de conciliar.

Ainda assim, um turismo cultural, um ecoturismo, monitorado, para pequenos grupos, pode ser uma alternativa, inclusive econômica. Um pequeno exercício para ilustrar esse pressuposto: se fosse cobrado um real por pessoa que entrasse na Ilha do Campeche, por dia, e isso fosse limitado a 500 pessoas/dia, seriam 15 mil reais por mês para melhorar a infra-estrutura. Assim, pergunta-se: Faria diferença?

Uma outra possibilidade que pode começar a ser trabalhada é a de transformar a Ilha do Campeche em patrimônio da humanidade, como outros dezessete sítios já o são, no Brasil. Segundo a página eletrônica da Unesco, o patrimônio pode ser classificado em natural, cultural ou misto. O cultural pode ser composto por sítios que tenham valor histórico, arqueológico, etnológico ou antropológico, dentre outros. O natural vale para formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais. O misto reúne as duas características, e a Ilha do Campeche cabe justamente nesta última categoria. É preciso, portanto, sensibilizar o Ministério do Turismo, uma vez que o Brasil é País signatário do tratado que criou a possibilidade de transformar um sítio em patrimônio da humanidade, em 1972.

Segundo a revista Galileu (out. 2003), a solicitação deve ser acompanhada de um plano detalhado sobre a administração e proteção do sítio. Com o tombamento, o País pode contar com recursos administrados pela Unesco, destinados à conservação do local. Como área em risco, ele é incluído na Lista de Patrimônios Ameaçados, e recebe atenção especial da organização. Já existem 754 no mundo. A Ilha do Campeche não pode ser mais um?

Algo que, sem dúvida, fica, após o trabalho feito, é, em primeiro lugar, uma sensação de engajamento, de estar e precisar estar junto com outros, na busca de soluções. Por outro lado, dada a dimensão dos problemas relativos a essa falta de controle, a ilha, com todo o seu potencial, não servirá mais para o turismo, e fica difícil acreditar na sua sobrevivência, a não ser por mais algumas escassas temporadas.

Das muitas aprendizagens derivadas do processo de elaboração desta dissertação, sobretudo daquelas vindas da história oral, mais do que em qualquer outra modalidade de obtenção de informação, aprendeu-se que, sim, as histórias do lugar considerado turístico transformam o olhar daquele que o vê. Mais ainda, que o contador de história passa, também, a olhar de um jeito diferente o lugar do qual fala. Se a relação do contador das histórias sobre o lugar transforma-se em relação ao lugar, por que o olhar do turista não pode se transformar, ajudado pelo contador, que assume o lugar de agente social e, em vez de depredar, tornar-se um preservador? As testemunhas orais, ao se transformarem em agentes sociais, são testemunhas da história do ontem, do hoje e, quem sabe, das possibilidades de um turismo promissor para o amanhã.

Aprendeu-se, também, a ouvir e a olhar. Na história oral, aprender a ouvir é aprender a fazer história (a começar a fazer história), porque se vai aprendendo a ouvir e a ver de forma diferente as coisas, quando se compartilham memórias. As memórias não ‘aparecem’ arrumadas, ordenadas; ‘aparecem’, às vezes, como palavras, frases, gestos, olhares parados no horizonte, querendo ver de novo aquilo que já não dá para ver mais. Nem sempre as lembranças que aparecem primeiro são as que ocorreram em primeiro lugar. Nem sempre, as que foram contadas em primeiro lugar por uma pessoa são contadas em primeiro lugar por outra, mesmo em se tratando de igual fato, época e lugar. Sistematizar essas memórias é começar a aprender a fazer a mesma história

outra vez, é recuperar culturas, riquezas simbólicas, fundamentais aos programas de educação em turismo, que relacionam diferentes gerações, diferentes pessoas: o considerado nativo com o visitante; o morador da zona rural com o da zona urbana, dentre outros.

A recuperação de uma outra face da história da Ilha do Campeche, que não a das inscrições rupestres, ainda que incompleta para o momento tem esta pretensão: ensaiar a viabilidade de engajamento das testemunhas orais em programas de turismo cultural, ou seja, aquele que relaciona turismo, educação, cultura e preservação. Sonhar é preciso. Essa parte da história oral da ilha abriu essa possibilidade para um profissional da área do turismo. Considera-se que à pergunta que norteou a elaboração desta dissertação foi respondida. E fico com a certeza que minha forma de olhar não é mais a mesma do início deste trabalho, ganhando em amplitude e humanidade.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Betina. *Preservação Urbana: Gestão e resgate de uma história*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- ALMANAQUE ABRIL MUNDO. In: **Revista Super Interessante**, ed. 193, out./2003.
- AVIGHI, 2000. In: LAJE, Beatriz Helena G. e MILONE, Paulo C. (Orgs.). *Turismo: Teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- BENI. In: BARRETO e TAMANINI. *Redescobrimos a ecologia no turismo*. Caxias do Sul: Editora EDUCS, 2002.
- BOULLÓN, Roberto C. Los municipios turísticos. México: Trillas, 1990. In: MELGAR, Ernesto. *Fundamentos de Planejamento e Marketing em turismo*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). *Nosso Futuro Comum*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- DA ROS, José Pedro. *Eventos Musicais Promoção de Bandas Locais e o Turismo Sazonal em Florianópolis*. 2000. Monografia de conclusão de curso. Florianópolis.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.
- DORNAIRE, Denis. In: LAJE, Beatriz Helena G. e MILONE, Paulo C. (Orgs.). *Turismo: Teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- FANTIM, Márcia. *Cidade Dividida*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- FARIA e CARNEIRO. *Sustentabilidade ecológica no turismo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FENNELL, David A. *Ecoturismo*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FERRARA, Lucrecia D'aléssio. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Org.) *Turismo espaço Paisagem e Cultura*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERREIRA, Francisco Whitaker Ferreira. *Planejamento sim e não*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GASTAL, Suzana. *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- JORNAL DIÁRIO CATARINENSE (DC). 06 nov. 2003.
- KRINPPERDORF, Jost. *Sociologia do Turismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. In: GASTAL, Suzana. *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- LAJE, Beatriz Helena G. e MILONE, Paulo C. (Orgs.). *Turismo: Teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- LUCAS, Keler. *Arte Rupestre em Santa Catarina*. Florianópolis: Rupestre, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

- MARX, K. *O Capital*. 9. ed. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Org.). *Turismo espaço Paisagem e Cultura*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2003.
- MOESCH, Norma Martini. In: GASTAL, Suzana. *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *O Mito do Desenvolvimento Sustentável*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2001.
- NOGUEIRA DE OLIVIERA. In: GASTAL, Suzana. *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- PAIVA, Maria das Graças de Meneses V. *Sociologia do Turismo*. 6. edição. Campinas: Papirus, 1995.
- RHOR, João Alfredo. Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense: 1950. In: LUCAS, Keler. *Arte Rupestre em Santa Catarina*. Florianópolis: Rupestre, 1996.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1993.
- REJOWSKI, Miriam e SOLHA, Karina T. Pesquisa turística no Brasil da óptica dos pesquisadores. In: LAJE, Beatriz Helena G. e MILONE, Paulo C. (Orgs.). *Turismo: Teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- REVISTA CAMINHOS DA TERRA. out. 2003.
- REVISTA GALILEU. out. 2003.
- REVISTA SUPERINTERESSANTE. out. 2003.
- REVISTA VIAGEM E TURISMO. ed. de aniversário. nov. 1998.
- ROCCO, Rogério (Org). *Legislação Brasileira de Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RODRIGUES, Adyr Balastreti. *Turismo e Ambiente: Reflexões e propostas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RUSCHMANN, Doris V. M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- RUCHMANN, D. *Turismo e Planejamento sustentável*. 8. ed. Cidade: Papirus, 1997. Coleção Turismo.
- SELVA e COUTINHO. 2000. In: FARIA, Dóris dos Santos de. *Sustentabilidade Ecológica no Turismo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- SOARES, M. Alfabetização no Brasil: O estado do conhecimento. Brasília: INEP/MEC, 1989. In: FERREIRA, Norma S. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação e Sociedade*, ano XXIII, n. 79, agosto/2002.
- THOMPSON, Paul, 1935. *A voz do Passado – História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. (1998, impresso no Brasil). Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira.
- UNESCO. Disponível em: <www.unesco.com.br>. Acesso em: 01 set. 2003.
- WAINBERG, 2002. In: GASTAL, Suzana. *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Entrevista com Hugo Omar Alauf	99
APÊNDICE 2 – Entrevista Com Seu Aldo Correa De Sousa	104
APÊNDICE 3 – Entrevista com dona Tereza	114
APÊNDICE 4 – Mais um pouco do seu Aldo, a história da foto da baleia	115
APÊNDICE 5 – Entrevista com Seu Nabor João dos Santos	116
APÊNDICE 6 – Entrevista com Seu Serafim Artur Arcenio	120
APÊNDICE 7 – Entrevista com Domissa Isabel Januário	123

APÊNDICE 1 – Entrevista com Hugo Omar Alauf

Segundo o Hugo, nunca fizeram teste do carbono 14 lá na ilha, mas estima-se que sejam as inscrições datadas do mesmo período do sambaqui da ponta das almas.

O primeiro povo foram os sambaquianos, depois a ilha teve a visita dos espanhóis, que nunca se estabeleceram por ali, mas este relato já reforça a versão do nome Campeche ter vindo com eles. Depois houve a visita de Pedro II, que não chegou a descer na ilha, devido a um temporal, e depois os açorianos. Na época das capitanias hereditárias, em 1772, cinco famílias se estabeleceram na ilha: família do capitão Isidoro Pires (dela, ainda tem o seu Nabor, que mora lá até hoje, dono do restaurante), família Silva, família Duarte. Seus descendentes ficaram por aí até hoje.

“Eram inicialmente mais de 12 famílias, até que o governo federal, em 1952, entregou o direito de uso para o Clube dos 12, que depois se tornou Clube dos 40: caça, pesca e tiro, depois Clube de Caça, Pesca e Tiro ‘X’, e agora Clube de Preservação C. de M., que é só fachada. Eles trouxeram quatis (e alegaram que era para acabar com as cobras, porém nunca teve cobras na ilha). Em 1962, o então diretor do presídio de Floripa doou esses animais, ele era sócio também. Como todos esses animais nasceram de uma matriz só, se transformaram em gerações de espécies endêmicas que provocaram doenças neles e diminuíram a população de tiês-sangue e outros pássaros; e terminaram com a população de gambá da ilha, paca, cotia, macaco (eles mesmos mataram todos a tiro), galinha d’angola. Falam que foi para acabar com os escorpiões da ilha, que, no entanto, são inofensivos. Mas, mesmo que fossem venenosos, o ser humano não tem o direito de introduzir ou retirar alguma espécie, se não acontece como no Canadá, onde há tempo estavam diminuindo os veados e eles resolveram retirar os pumas, os veados se reproduziram em uma quantidade enorme e comeram toda a vegetação verde e se acabaram também.

A C.de M. nem hoje em dia é de preservação de coisa nenhuma. Tiram dos costões toneladas de peixe nobre de costão, com caniço e arpões e desmataram uma importante área de restinga, para construção de *campings*, do restaurante que eles têm aí, área de preservação permanente. Isso há seis anos, com dinheiro que foi repassado da associação de pescadores. Eles disseram que construiriam dois banheiros para

turistas, e além de não fazê-los, construíram o restaurante. A ilha sofreu com essas ocupações, os pescadores que ocupavam a ilha não foram nem consultados, sem satisfação alguma, o governo simplesmente deu o direito de uso para eles, não é posse. Venderam uma área para um cara que construiu uma casa de dois andares aí, e é totalmente ilegal. Um rapaz entrou com uma solicitação junto ao Ministério Público, que não foi ainda outorgada. Na real, essa área passou a ser particular e não tem nem como, pois é de posse da União e acaba sendo vendida. Eles têm o direito de uso de 99% da ilha, e os pescadores nada.

O IPHAN foi uma forma de parar com esse processo de impunidade, de atrocidades que estavam acontecendo por esse clube. Por outro lado, falta autoridade ao IPHAN, é um órgão que depende do Ministério da Cultura, eles até tem como autuar, mas até hoje não mostraram muita atitude, firmeza. E a impunidade, embora em menor escala, continua acontecendo. Os sócios da C. de M. trouxeram um monte de toras para a construção de choupanas, mas não conseguiram, porque a obra foi embargada. As toras continuam lá, toras de eucalipto que acabam também transmitindo doenças para vegetação de lá, estão colocadas sobre um córrego da ilha. O tombamento parou com as construções, porém necessita muito mais ação por parte do IPHAN. A Polícia Ambiental também já está a par de tudo isso, o clube está sofrendo um processo administrativo federal por crimes ambientais, mas demora muito tudo.”

Está solicitando um abaixo assinado para que isso não demore tanto, também para retirar as embarcações que transportam gente de forma irregular, principalmente da barra da lagoa.

“Empresas de grande porte com grandes embarcações fazem o baldeamento e isso não é permitido pela capitânia dos portos, só seria possível com um trapiche, o que seria ruim, pois viria mais gente ainda para ilha. De uma forma, poderia acontecer: um fiscal da marinha lá regulando a chegada de todas as embarcações e o único ponto de embarque seria a praia da Armação, por se tratar de uma comunidade que teve uma relação estrita com a ilha, e também porque já foi passada para trás, nunca foi indenizada por isso. Pelo menos para remediar a situação, compensá-los do ponto de vista econômico, cultural e moral, embarcações vindas de lá feitas por eles. As

embarcações que chegam por lá hoje em dia vem de tudo que é lugar: da Armação pelos pescadores e pela C. de M., da Barra, de debaixo da ponte, da Praia do Campeche, do Pântano do Sul. A ilha está sendo bombardeada por embarcações de tudo que é lugar, qualquer um que quiser pode levar turistas para lá, pois não tem o menor controle. Os únicos que têm um sistema cooperativado e organizado são os da Associação de Pescadores. Se fossem só eles que trouxessem gente para cá, já resolveria o problema da quantidade de pessoas que desembarcam, mesmo que fizessem várias viagens, nunca passaria de 800 pessoas por lá, bem diferente de 2.000 por dia, só falta vontade política.

Nunca foi feito um estudo de capacidade suporte da ilha, o projeto de guias teve início a uns oito anos atrás, depois passou a ser de guias mirins da comunidade, e mais tarde teve o apoio do IPHAN, 15 pessoas por hora com dois monitores credenciados pelo IPHAN, é um projeto autônomo cooperativado. Hoje já é ONG e levanta a bandeira do turismo sustentável, garante emprego aos filhos de pescadores. Agora a C. de M. também quer transportar gente pelas trilhas, e não estão autorizados a fazê-lo oficialmente, sem controle, continuam a fazer. Além disso, tem barcos que vêm da Barra que já trazem seus guias e pratica mergulho predatório, diferente do que é feito por nós, com instruções proibindo o pessoal de tocar o solo com as nadadeiras, sem tirar suvenires do mar.”

Ele concorda com o exemplo da ilha de João Cunha, projeto do Cacau: “Lá só tem um dono e ele se colocou do lado do bem”, e acha que pode ser feito na ilha também. “Seu Arlindo, da Pioneira da Costa, se mostrou favorável a fazer um investimento para melhorar a infra-estrutura e também uma multinacional, a Amanco, já manifestou sua solidariedade com nosso projeto de visitação e se colocou à disposição com uma empresa que trabalha com tubos, conexões e engenharia sanitária e poderia modificar a estrutura sanitária e saneamento básico da ilha. A C. de M. negou. Todo o lençol freático da ilha já está contaminado, com mais de 10.000 litros de água por dia das descargas, com fossas inadequadas que transbordam e vai tudo para areia e da areia pros lençóis e também água do mar, porque algum dia já foi mais alto que o nível do mar e hoje em dia está mais baixo. Se o ministério apurasse todas as irregularidades da ‘X’ isso terminaria pela expulsão deles da ilha, e com certeza

teria muitas empresas interessadas em desenvolvimento sustentável e que apóiam o terceiro setor, e dessa maneira faria um manejo democrático participativo. Há dois anos fizeram um comitê de gestão participativa, pol. ambiental, seu Arlindo da Pioneira, IPHAN, Ministério Público, Ass. de pescadores e a ‘X’; não deu certo. a ‘X’ chutou o pau da barraca e se retirou das negociações; fizeram bico e acabaram com esse processo que era um processo democrático.

As inscrições podem ser mais do que 167, porque tem desenhos que podem ser compostos por mais de um desenho, tem um muito curioso no norte da ilha que são sete setas apontadas para o sul e se colocar uma bússola em cima ela vira para o sul em vez de virar para o norte, altera o magnetismo dela. Tem uma outra que tem uma rocha que a sua sombra se projeta por cima de uma inscrição que marca um provável solstício de verão, tem a caverna dos morcegos que atravessa a ilha de um lado ao outro.”

Ele sonha com a possibilidade de que um dia a ilha seja um parque de acesso a todos e não a apenas alguns, como quer a ‘X’. O boato de fechar a ilha por um ano saiu na imprensa, e ele saiu em defesa da acusação de crimes ambientais feitos a ‘X’: “Então vamos fechar para arrumar isso”. “Teria é que fechar a associação e não a ilha.”

Afirma que, quando Ministério Público chamar a velha guarda dos pescadores para apurar o que foi que realmente aconteceu, a ‘X’ tem o argumento de que pegaram, ganharam do governo, a ilha, porque os pescadores a tinham abandonado. É por essas e outras que não vou entrevistar ninguém da ‘X’ nesta dissertação.

Flor do Oriente era o nome que se dava antigamente à bruxa. Ela ficava sempre olhando para o mar. A sétima filha mulher era considerada bruxa, não se falava o nome dela, se dizia a flor do oriente.

Um cidadão de elevada importância também, na “nova” história da ilha, se chama Hugo Omar Alauf, músico. Chegou a Florianópolis por motivo de uma turnê com sua antiga banda, conheceu a Ilha do Campeche e, como qualquer um que passa por lá, apaixonou-se pelo belíssimo local. No início comprou três barcos e começou a fazer o transporte de turistas para lá: “Primeiro, eu queria divulgar o que tinha visto lá, depois cheguei à conclusão que isso não era bom e vendi os barcos”, diz, referindo-se

aos estragos causados pelo turismo desordenado. Alauf tomou uma grande iniciativa e criou a Associação de Guias Mirins, uma das primeiras iniciativas para a proteção desse patrimônio, além de gerar empregos para a população local e ensinar um pouco de educação ambiental aos visitantes

APÊNDICE 2 – Entrevista Com Seu Aldo Correa de Sousa

Foi guia do padre Rorh na ilha, tem 63 anos, afirma que o padre freqüentava muito sua casa e fazia muitas entrevistas a seu pai e também Franklin Cascaes [Aliás, tem uma música do divino espírito santo que está no museu da UFSC que foi sua mãe que cantou para ele].

“A pesca das baleias foi dividida em duas etapas: a antiga e a moderna. Em 1957, foi iniciada a moderna, eu tinha 17 anos e, naquela época, o estudo só tinha até o quarto ano primário, não tinha ginásio, não tinha nada. Então, com 11 anos, eu me formei e fui para pesca, que era a profissão do meu pai, que pescou por 46 anos direto, toda vida, o seu Dilmo. A pesca da baleia foi inventada em Imbituba, e o matador o arpoador, chamava-se Joaquim, que faleceu há pouco tempo. Cheguei a trabalhar com ele, por intermédio da Pioneira da Costa, do proprietário Arlindo Izac da Costa, mais o Dilmo, um dos irmãos e o seu Altino da Praia da Silveira que agora é Atlântida. Os três fizeram uma combinação, falaram com o seu Joaquim e vieram para iniciar isso. A primeira baleia foi morta no Pântano do Sul, e eu não estava lá, não pesquei essa. Durou cerca de quatro anos, e depois foi proibida no Brasil. O único lugar que continuou daqui foi a Paraíba, que ficou mais ou menos um ano depois disso. O nosso litoral, desde Passos de Torres até São Francisco do Sul, foi colonizado pelos portugueses que vieram das ilhas dos Açores. São sete ilhas que tem na costa africana, que são colônias portuguesa. Vieram para explorar a caça a baleia. Eles usavam os negros escravos que já estavam aqui como braço forte para remar nas lanchas baleeiras, que eram feitas com “as formas”, projetos, que vieram das ilhas dos Açores. Elas tinham seis remos de voga [diz que são parecidos com os remos de competição, veleiros da ilha]. Depois, passou a ser quatro remos, e, depois ainda, motor; bem depois; antes era só remo e vela. Eles botavam seis negros a remar, o proeiro, com o arpão na frente, e o patrão atrás, no leme. O arpão era feito com um pedaço de ferro de mais ou menos 1,20 de comprimento, era oco. Na frente, eles colocavam uma lança de mais ou menos uma polegada, 32mm, com uma ponta bem afiada bem soldada na ponta do ferro, e atrás eles faziam dois furos. O ferro era oco, atrás, eles colocavam um pedaço de madeira, para não ficar tão pesado, e ficava difícil para ser usado, faziam

uma espécie de arpão. Ali, eles colocavam uma espoleta um pedaço de estopim, não é fio detonador como agora, que é ligado na bateria ou na luz. Era colocado fogo na ponta daquele estopim, dentro do cano, depois vinha a espoleta e duas bananas de dinamite, eles socavam tudo em pedacinhos com cuidado para não explodir. Na boca, eles pegavam um pedaço de tijolo maciço de barro e socavam para fazer uma bucha, para que a carga não saísse para trás, botavam 3, 4 cabeças de fósforo junto com o estopim e descascavam a ponta do estopim. Daí, iam se aproximando da baleia, nunca pela cauda, cola, sempre pela cabeça. Tem até um versinho que era conhecido na época que era assim: ‘dentadura de elefante (que é o bicho que tem os maiores dentes), rabanada de baleia, (que é o maior rabo que tem), toda vida ouvi dizer que ouro bom não mareia (ouro bom para se fazer qualquer coisa não cria nada), nunca pode encher barriga na casa alheia (se for comer na casa de alguém dificilmente enche a barriga, hoje não, porque todo mundo é amigo, faz festa, mas naquela época era: – Come fulano! – Não, muito obrigado!). E por isso nunca se chegava pela cola, pela cabeça, ela era muito mansa, mais pela cauda ela só levantava e dava. Aliás, a segunda baleia que foi morta aqui chegou a quebrar um barco, a lancha tinha o nome de Andorinha, quebrou a proa, mas tinha a outra lancha de socorro, que rebocou e trouxe junto com a baleia morta. O tiro mais perfeito que tinha era logo depois do refugador, o respiro, se atirar na cabeça não mata, machuca fere o animal e não mata, ou então debaixo da nadadeira. Por isso, optavam sempre que possível por a que tivesse filhote, porque de 10 em 10 minutos dava de mamar para o filhote, ela vira de lado e da de mamar, eles aproveitavam debaixo da asa que é fatal. Acendiam o estopim, chegavam no silêncio pois eram barcos a remo, fincavam o arpão e saiam fora, ela sentia a espetada do arpão, porque um homem não tem força para atravessar o toucinho da baleia que chega a 1,20 em baleias gordas. A baleia sentia a espetada nas costas e descia para se coçar no fundo e tentar tirar. Quanto mais se coçava mais o enfiava para dentro, e ia queimando o estopim se o estopim não falhasse explodia, larga um pedaço de toucinho para cima sai sangue, acaba com o animal. Era para matar mesmo, porque, quando fere, dificilmente ela vai deixar chegar perto. Outra coisa que tinha que ter cuidado era quando o filhote já estava maior e vendo a mãe naquela situação, ficava brabo e tinham que se retirar. Sempre tinham uma baleeira de socorro, sempre iam em dois

barcos e, bem antes, na pesca da baleia antiga, usavam o negro escravo para caçar as baleias. Para fisgar, eles se jogavam na água e começavam a brincar com ela, acariciar, pois a franca é muito mansinha, muito dócil, a coçar. Ela daí ela levantava a asa e outro negro vinha e fisgava ali debaixo, e era tudo ‘ao manual’, não é como hoje em dia, que ainda tem caça no Japão e Noruega, e se usam arpões com ar comprimido, com cabos de aço, e puxam a baleia para grandes barcos que tem rampa para esse fim. Aí traziam a baleia amarrada pela cauda para a costa, para a praia, pois ela, depois de morta, bóia com toda aquela gordura. Eles mataram cinco [mais depois me conta a história], daí puxavam o que podiam para cima da praia e depois a maré secava. Eram francas de mais ou menos 18 metros. A maior foi com 20 metros e cerca de 35 a 40 toneladas. Eles pegavam o óleo, a carne era alimentação dos negros [muito boa, ele comeu também]. Parecida com a carne de boi, vermelha, tem três qualidades, três tipos: a de cima, que é muito gordurosa, grudada no toucinho, até meio esbranquiçada, vermelha clara; logo abaixo, a do centro, que é muito boa da para fazer bife e tudo; e, embaixo, uma fibrosa, parece carne seca para botar no feijão, que não é tão boa assim. Eles comiam, e o que não davam conta enterravam. Eles ‘derretiam a baleia’ num forno de fazer açúcar, um grande forno de cobre, chama-se tacho, em que eles botavam caldo de cana para fazer melado e o melado se torna açúcar. [Ele comprou três fornos desses e colocou ali no galpão para derreter as baleias, também duas baleeiras, depois o Joaquim brigou com eles foi embora]. Ficou de arpoador o Dilmo, o irmão na frente, na proa, arpoando, aí foram mortas mais quatro baleias, foram cinco ao todo. Dessas outras eu participei, com arpão carregado a dinamite, que depois com o tempo foi substituído pelo canhão a ar comprimido. Mataram uma no ‘sarrumo’ do Pântano do Sul, outra lá em cima do Pântano do Sul, uma por fora do lajeado da Armação, encalhou lá no Rio Tavares, puxaram com um trator, mais não deu para subir muito, e foi cortada ali mesmo. Para saber o ponto do óleo ou quando ele estava bom, botava-se um pedaço de pau no óleo e logo em seguida no fogo, se ele pegasse fogo na hora, tava pronto, se estralasse um pouco, tinha que ferver mais, como quando se bota um peixe na frigideira: o óleo quente, junto com aquela carne que ainda tem água, respinga em tudo. Quando estava pronto, eles colocavam nuns latões, de 200 litros. Era fechada a boca e diziam que um pouco ia para o Rio Grande do Sul, para o

curtume de couro de boi, e o resto ia para fora; a roupa da gente não prestava para mais nada, ficava um cheiro desagradável. O óleo aqui eles usavam para construção que se dá o nome de gala-gala: óleo de baleia, barro, areia média da praia da Armação e cal de conchas, que era queimado na ‘caieira’. [Quando criança, chegou a ganhar dinheiro vendendo conchas colhidas na praia e postas em latas de querosene, juntava 20, 30 latas e vendia para esse fim]. Queimavam essas conchas com casca de anoz, baga de anoga, que se usava para fazer sabão. Essa casca tem um óleo que pega fogo, como meus pais já usavam a baga da anoga enfiada num arame para acender, quando teve a revolução de 40 a 45, faltava querosene que era comprado no Ribeirão, e eles usavam essa ‘baguinha’. Botavam a casca da anoga junto com as conchas, que queimava e desaparecia, e a concha ficava fazendo o cal de concha. Juntavam-se esses quatro ingredientes dentro de um vasilhame e de quatro a cinco negros amassavam com os pés. Eles tinham pé grosso, e não tinha betoneira nem nada parecido, pois não tinha energia elétrica. O óleo que não era usado para construção embarcava para a Europa, provavelmente, era usado com luminárias, pega fogo que não é mole! O rei de Portugal mandou fazer mais armações, temos quatro no estado: a Armação do Pântano do Sul, que já foi Armação da Lagoinha em homenagem a lagoa do Peri, já foi Armação de Santana, que é a padroeira desta igreja da comunidade, que foi fundada em 26 de julho de 1772, Santana e São Joaquim, que veio da cidade de Santana do Rio de Janeiro, pelo meu tataravô capitão Izidoro Pires. Eles se comunicavam com as outras armações. Quando o cardume de baleias passava por lá, então: Armação da Lagoinha, do Pântano do Sul, de Santana que são a mesma; Armação da Piedade, que fica perto de Governador Celso Ramos; Armação da Penha; e a Armação de Itapicoroi que era uma um pouco menor.

A Praia do Matadeiro tem esse nome devido à colonização açoriana. Originalmente, seria ‘Matadouro’, mas como os descendentes de açorianos falam como seus avós, ‘espinheli, anzóli, soli, manueli’, ficou então Matadeiro. Tem esse nome não só por causa das matanças das baleias, mas também pela matança de escravos. Os negros escravos ruins, de que os senhores não gostavam. Como faziam? Levavam o negro para enterrar o ouro e a prata, que naquele tempo era o que tinha de mais valor. Mandavam o negro ruim fazer o buraco para enterrar as riquezas, o negro

fazia, quando o buraco estava bem fundo mandavam o negro entrar dentro para cavar mais fundo ainda, eles faziam os marcos certos para saber aonde estava, quando o buraco estava pronto davam a panela de dinheiro para o negro botar no fundo. Quando ele segurava a panela, eles davam uma lambada com a pá, picareta ou enxada na cabeça do escravo ruim, matavam e enterravam junto para o espírito do negro cuidar dos valores enterrados, porque se não o negro saia dali, já sabia aonde estava, ia lá e roubava. Nos negros bons eles tinham confiança, mais no negro ruim não, eles queriam dar um fim, e não tinha quem comprasse ou trocasse, faziam isso. Até fica chato falar da raça negra assim, mas eu também tenho sangue negro nas veias, porque todos os portugueses açorianos tem, no seu sangue, sangue de negro, eu não sei nem por onde, mas tenho. E eles são seres humanos iguais a mim; mas, naquela época, o racismo era grande. E ainda tinha as matanças de baleias, que, muitas vezes, terminavam ali, por isso o nome Matadeiro, por influência da colonização. Assim como a Ilha de Ratonas, que era para ser ilha do Ratão Grande e Ratão pequeno, mas pelo mesmo motivo se tornou Ratonas Grande e Ratonas Pequeno. Por essas histórias, nossos pais não nos deixavam ir lá de noite, era uma praia que tinha muito siri, mas, passando das 8h da noite, nós, quando crianças, não podíamos ir lá. Segundo os meus pais, apareciam coisas lá, cavalos correndo, cachorros, luzes [que provavelmente eram algo como fogo fátuo], tinha até uma luz que andava pelos costões, chamavam de boi-tatá. Depois foi iluminado aquilo lá e desapareceram essas histórias, dizem que tinha até lobisomem, meu pai contava que existia.

Eu comecei a ir para a Ilha do Campeche pequeno desde os 7 anos de idade. Eles matavam naquele tempo muita brota, que também é conhecido como bacalhau brasileiro, dava muito naquela época, bastante mesmo, e era tudo escalado. O peixe era salgado, para durar mais tempo, não tinha frigorífico. Eu era filho mais velho e meu pai me levava desde cedo para tirar ova do bacalhau, eu já tinha atividade junto com o velho, desde cedo as crianças trabalhavam, não tinham uma infância como hoje em dia. Este dente quebrado que tenho na frente eu quebrei com oito anos de idade, carregando lenha nas costas, junto com meu pai, e até hoje ainda estou pescando, o mar para mim é tudo. Trabalhei também por anos na Polícia Militar, onde tive comportamento excepcional, recebi até medalha do GBS (Grupo de Busca e

Salvamento), que antes era CBS, mas sempre ligado ao mar, salvando gente e barcos. Voltava para casa, tava de folga, ia para pesca. Cada pescador, dos mais velhos e importantes, mais experientes, tinha o seu galpão lá na Ilha do Campeche, feito de palha, palha cortada no morro da Lagoinha do Leste, ou então tiririca, que é uma que corta a gente e tem uma folha comprida. Eles amarravam para fazer esteira e daí faziam o ranchinho. Todo o ano tinha que trocar aqueles telhados, o único que tinha na Ilha do Campeche que era de telha era o do João de Jorge dos Santos, pai do Nabor, do restaurante Bacalhau, que tá lá hoje ainda. Então, cada pescador tinha o seu galpão.

Em 1949, o pessoal do clube, eu tinha nove anos de idade, começou a aparecer. Então pagavam aquelas baleeiras a remo e a vela para levar eles. Na época, o nome do clube chamava-se Clube de Caça e Tiro 'X', depois passou para Clube de Caça Pesca e Tiro 'X', o presidente chamava-se Luís da Campora. Eles fretavam caminhões e faziam caça lá no Massiambu, e o tiro era o tiro ao prato, a sede deles era no Clube 12 de Agosto, ficava onde é hoje o terminal de ônibus lá no Centro onde se pega o ônibus para a Armação. Quando eles ganharam a primeira lancha, em 1952, vinda lá da Armação da Piedade, eles colocaram o nome de Renacim, em homenagem a um biotônico que a farmácia Catarinense fabricou. Como essa farmácia doou essa lancha para eles, em troca, eles colocaram o nome no barco, o primeiro patrão dessa primeira lancha, foi o meu pai, Olívio Correa de Souza. A farmácia deu o barco mas não deu o motor, então compraram um motor inglês Stuart, dois cilindros, gasolina, a 'magnéti'. Não tem bateria, é uma pecinha que faz faísca, mas, quando o tempo tava muito úmido, com chuva, ele umedecia, e dava o maior trabalho para o meu pai virar aquele motor. Foi o meu pai que comprou, pela caixa de crédito. O meu pai tinha a caderneta de pescador e saía menos, eles davam uma diferença grande para quem era pescador. Naquele tempo já tinha isso, então, ele foi lá e comprou para o clube, o clube que pagou. E ele foi trabalhar e eu sempre junto, e foram fazer um casarão que é aquele que tá lá, isso foi em 1952, eu tinha 12 anos de idade. Carregaram toda a madeira com esse barco, meu pai colocava a madeira em cima do barco e colocava, ainda, outra balsa com mais madeira para ser puxada, e fazia várias viagens, pois o barco não suportava tanto. A gente descarregava na ilha, quatro pessoas trabalhavam essa época, eu, o falecido Seu Quirino, que era carpinteiro de baleeira, o meu pai, que

já faleceu há tempo, e ainda tem um vivo que é o Rodolfo Pires, que é parente da minha mãe, Olina Maria Pires, que é bisneta do capitão Izidoro Pires, da época das colônias de pesca das capitâncias hereditárias.

O clube sempre pagou todo mundo direitinho. Então, construiu o seu primeiro casarão, dessa data em diante, não permitiu mais que os pescadores reformassem os ranchinhos. Tinha na ilha alguns cabritos, que eram do seu João de Jorge dos Santos, os últimos dois cabritos que tinham por lá eles mataram a tiro e depois comeram, fizeram um churrasco, Doutor Vitor Mendes, Seu Antônio Mendes, Pedro Mendes, General Vieira da Rosa (que hoje em dia tem até rua no Centro em sua homenagem), mas depois pagaram tudo direitinho. O João de Jorge, que era o único que tinha o seu galpão de telhas e não de palha como todos os outros, só precisava reformar os caibros, que era uma reforma feita por dentro e ninguém via, o caibro quebrava ele trocava por dentro, então, foi o único galpão que sobrou, também porque o seu J. de J. era muito amigo do seu Arlindo da Pioneira da Costa. Quis colocar um cerco flutuante lá (rede de pesca), foram para Justiça (seu Arlindo) e ganharam do clube C. de M., aí o que aconteceu, botaram os cercos e eu fui junto. Eu não tava na polícia ainda, tinha recém saído do exército, entrei em 1959 e dei baixa em 20 de janeiro de 1960, então fui trabalhar com seu J. de J., nesse ranchinho e com uma rede de cerco. Depois foi feito um outro ranchinho, e aí foram brigar, o que aconteceu? O J. de J., como nunca parou de pescar e nunca saiu de lá, sempre a reformar o seu rancho e os outros ranchos dos outros pescadores caíram, porque eram de esteio, (madeira e palha), e eles não deixaram construir mais, expulsando os moradores da Armação de lá.

Com o tempo requereram um pedaço de terra também, a metade para Pioneira da Costa e a outra para o seu J. de J. Outro que se interessou pela ilha na época foi o Lageano, o presidente do C. C. de M., na época. O Mafrinha vendeu um pedaço do clube para o Lageano, que fez uma casa de dois pavimentos (andares) que está lá até hoje. O seu Andrino, pai do Andrino deputado, fez também um ranchinho lá para o seu pescador, e quem cuidou por 12 anos desse galpão foi eu, mas teve uma época que fizeram uns rolos para tentar tirar o galpão de lá e eu me chateeí e desisti. E então fui entregar a chave para o velho Andrino na peixaria do Si, lá no mercado público, e saí, e os pescadores foram todos expulsos. O clube cortou uns coqueiros e umas árvores

para fazer o novo bar, e colocou uns coqueiros que sobraram debaixo do bar para ninguém ver. As inscrições rupestres que estão depredadas lá, na maioria das vezes, foram depredadas por membros do clube mesmo, para dizer que foram os turistas e tentar afastar eles de lá, porque os turistas não trazem nada, porque os pescadores não deixam. O turista vai lá só para ver as coisas, o turista tem consciência, só quer admirar as belezas, e eles fazem isso para colocar a culpa nos turistas, tanto é que tiveram até falando em fechar a ilha por um ano e tudo, é para dizer que o turista vem para destruir tudo. E ainda vão acabar com o transporte de gente feito pelos pescadores para ilha, que é o sustento do pessoal durante o verão que tem menos peixes.

Os membros do clube na maioria são pessoas bem de vida, não precisavam se apoderar da ilha e da pesca desse jeito. Hoje, eles tão pagando a mensalidade do clube com o dinheiro da própria venda dos peixes que tiram de lá, que são os poucos sócios que tem um nível baixo financeiro. Existe um poço do lado do casarão, que tem sete metros de fundura e foi eu com essas mãos que cavou, feito de pedra em baixo e tijolo em cima, só que eles pegaram para eles não deixaram mais os pescadores da Armação tirar água de lá, por essas e por outras essa briga já vem há tempo. Hoje em dia, nós não temos nem um lugar para dormir lá, não temos direito a nada, nós que fomos criados lá, nossos pais deixaram o maior suor da vida deles lá.

Diziam, naquela época, que a ilha na verdade era da Inglaterra. Nós tínhamos um cabo submarino que passava por toda a costa brasileira, o cabo da Inglaterra, o cabo subia na praia do Campeche, pegava a estrada e ia até o Centro, tinha uma subestação que ficava onde hoje é a capitania dos portos, o antigo hotel Royal, tinha um relógio grande que era o relógio mais certo da cidade, todo mundo acertava as horas por esse relógio, nunca falhava. O cabo saía ali, se quisesse passar um telex para qualquer parte do mundo, era ali. Na terra, era de chumbo por fora e por dentro uma lona grossa e alguns fios, na água, era um cabo de 12 peças, eu tenho um pedaço guardado, porque eles tiraram fora agora para colocar fibra ótica, e tinha 13 barras de ferro por fora de aço galvanizado, trançado com uma lona grossa com piche, e, por dentro, tinha o fio; eu cheguei a dar um pedaço para o pessoal fazer calafeto nas embarcações. Quando estragava o cabo, vinha um navio de lá para fazer reparos, naquele tempo eu nem era nascido, em 1800 e poucos. Para eles não trazerem aquela

carga de fio toda, eles enterravam na ilha uma certa quantidade, ficava onde é hoje uns pés de biguaçu, para saber exatamente onde é, basta pôr a igreja do Campeche por cima da laje do norte, a que tem no canto da praia bem grande, quando a igreja estiver certinha com a laje e com a igreja da Armação por cima da laje do sul, a que fica sempre cheia de gaivotas, o ponto de encontro é onde era enterrado o cabo submarino para manutenção. Então a ilha pertencia à Inglaterra, apesar de ser brasileira.

Na época, tinha um homem de confiança dos ingleses, brasileiro, que falava inglês, chamava-se Trajano Leite, tinha um filho que era o Manfredo Leite. Na época, os pescadores faziam algumas rocinhas lá, plantavam feijão, mandioca, muita abóbora, tomate. De repente, o Trajano morreu, ficou o filho que foi quem dizem que vendeu a posse da ilha para o clube, em 1952, eram nove sócios. Na época, eles botaram até animais lá, um casal macacos prego grandes, que começaram a se reproduzir e fazer desordem, o General Vieira pegou umas bananas e botou veneno (arsênico), e deu aos macacos, que até tiravam telhas e entravam nas casas. Os macacos sentiram o cheiro do veneno e não comeram as bananas e então falaram para matarem. O último que morreu foi o Cid Morid que matou porque ele mordeu a perna da sua sogra. O tiê-preto, eles que colocaram também; o tiê-sangue é nativo de lá e vinha comer pedaço de laranja na tua mão. Teve paca, que também não durou muito tempo. Um casal de quatis foi dado pelo Sebastião Neves, diretor da penitenciária, foi o meu pai que levou para lá. Os gambás, que tinha lá muito, os quatis mataram todos porque disputam os mesmos alimentos. O aracuã se esbarrava no pessoal lá de tanto que tinha. As inscrições eu conheço todas, a vegetação não mudou muito, só cresceu mais cipó do que tinha, a laje do norte, que era toda de fora, hoje é toda coberta pelo cipó, tem muito mais mato do que tinha na época, também porque a gente limpava. A sorte é que não tem cobra lá, a única que mataram foi uma jararacuçu que, provavelmente, foi junto com algum material de construção, tem só aquela cobrinha de vidro que não tem veneno. Na inauguração da sede do clube em 1953, eles levaram alguns pombos brancos para soltar e até queriam que eles ficassem por ali, mas depois de uns três dias comendo milho eles começaram a pousar nessa laje que hoje tá tomada pelo cipó e depois foram embora, foram parar lá no Saco dos Limões. [A sede foi construída pelo seu Joaquim, por intermédio da Secretaria de Obras Públicas do Estado]. Tem também

dois tanques de armazenamento de óleo de baleia, na época, fizeram cinco aqui na Armação, não deu, como não tinha mais local perto do mar, colocaram dois na ilha, que foram depois destruídos por nós. Hoje, tá tudo enterrado, porque faltou âncora (pedras) para colocar no cerco flutuante. Eram 12 arames pendurados no cerco, com cinco pedras cada um, dava 60 pedras por vez, que se colocava na água, âncora não tinha, chamava-se ‘chacho’; para barcos, eram dois pedaços de madeira com quatro pedacinhos e a pedra no meio, o meu pai fazia com pedaços de ‘tarimba’, que era coqueiro rachado no meio.”

APÊNDICE 3 – Entrevista com dona Tereza

Veio para Florianópolis com 15 anos. Na época, o mar batia no Mercado Público, e só tinha uma ponte, que era a Hercílio Luz.

“Isto aqui, Florianópolis e, principalmente, a Armação, era lindo, era o paraíso, as casas viviam abertas, janelas e portas abertas, nenhuma criminalidade, a única coisa que acontecia era briga de botequim, dos botecos que haviam por ali. O pessoal tomava cachaça e aí, uma vez ou outra, aconteciam umas brigas que, na maioria das vezes, não eram sérias, briga de bebum. Era a única coisa, não existia violência, nada de roubo ou assalto.”

É solteira. Diz que, quando era jovem, a atividade das moças novas era procurar emprego de doméstica, de balconista. Relacionado à pesca: “Isso sempre ficou com os homens”.

Não conheceu pessoalmente a Ilha do Campeche, só por fotos e relatos, mas sabe que os pescadores foram passados para trás, não foi lá por medo de água. Trabalha na Praia da Armação há mais de 20 anos. Vendeu cocada na mão, óculos do Paraguai, sempre trabalhando com o turismo, no mesmo ponto, pequeno barzinho, que vende água de coco e milho, situado ao lado de um restaurante, está há 17 anos.

O turismo é bom para o seu negócio, mas falta muita infra-estrutura:

“Tá tudo abandonado. O transporte de turistas para a ilha é o que salva os pescadores no verão, a quantidade de peixes já não é a mesma, e está cada vez mais difícil a pesca. Os barcos grandes, também conhecidos como atuneiros, estão levando tudo e acabando com os nossos pescadores artesanais.”

Ela informou que “A panela pendurada no teto do rancho, chama-se ‘trempe’, para cozinhar com o fogo de chão”.

APÊNDICE 4 – Mais um pouco do seu Aldo, a história da foto da baleia

“Ela foi morta em 1957. Quem tá em pé em cima da baleia é o seu Arlindo da Pioneira da Costa. Essa baleia foi morta na ponta do quebra-remo, no Matadeiro, o nome da lancha baleeira do ‘Patrocínio’ era Andorinha, quem arpoou a baleia foi o falecido Joaquim, trabalhava junto com o seu Arlindo. Eles compraram um barco, que se chamava Pioneiro, em sociedade, o seu Arlindo, o Altino, hoje dono dos Pescados Silveira (antes chamava-se Estrela do Mar), e o Dilmo, irmão dele; e era o seu Joaquim que arpoava. O seu Joaquim morreu, eles separaram a aliança, o barco Pioneiro foi ao fundo, lá no ‘escalhau’ da pedreira, perto da Ilha do Arvoredo, bateu num rochedo e afundou. Daí o seu Arlindo fez um barco para si, o Altino também comprou um e o Dilmo outro, o único que não comprou foi o seu Joaquim, que era mais pobre.”

APÊNDICE 5 – Entrevista com Seu Nabor João dos Santos

O seu Nabor, 56 anos, é o ultimo pescador que restou na ilha daquela época, é proprietário do restaurante Bacalhau, que é o restaurante oficial da Ilha do Campeche. São 7h30 da manhã, do dia 17 de junho de 2003. O seu Nabor acabou de chegar da pesca, estava fazendo o cerco para pegar umas brotas (também conhecidas como bacalhau) e espada.

“Vem gente para a ilha de tudo que é lugar, trazidos de vários lugares por embarcações que saem da Armação, da Barra da Lagoa, do Pântano do Sul e outros. Só vai gente para lá no verão, quase ninguém aparece no inverno, os pescadores não transportam ninguém para ilha nesta época do ano, só se alguém fretar um barco com um grupo grande (em torno de 10 pessoas).”

Não chegou a participar da pesca da baleia, mas já encontrou muitas ossadas na ilha, já contou 53 cabeças só na ilha. “Tinha um tonel para o armazenamento de óleo de baleia aqui na ilha, nós estamos em cima dele [mesinhas da parte externa do seu restaurante], mas foi se destruindo sozinho e nós mesmos utilizamos muitos pedaços para peso das redes de pesca.”

Chegou à ilha ainda bem criança, junto com seu pai, João de Jorge dos Santos, que foi um dos primeiros a trabalhar lá, o primeiro foi o seu avô, que passou para o seu pai e agora é ele. Está há 44 anos na pesca.

O turismo na ilha é bom para ele, é bom para o seu negócio, quanto mais tiver melhor, e já faz muito tempo que vêm turistas para ilha, só o seu bar já tem 18 anos. “Eles não destroem nada, pelo menos eu nunca vi, e a gente cuida, não deixa mesmo, eles não levam nem a areia no pé, só vêm para passear e, mesmo assim, é com guias. Acho que seria interessante se tivesse alguma placa falando isso, porque é muita gente e não dá para falar com todo mundo.

Relacionado à fauna, a ilha mudou muito. Tinha muito gambá que a gente caçava para comer uma vez ou outra, agora tem é quati, que fazem mal para a gente, tem que ter tudo bem fechado. Eles invadem e acabam com tudo, comem os ovos de passarinhos, tiê-sangue mesmo tinha de monte, chegou a ter macacos também, mas o último foi morto porque atacou uma senhora no casarão da associação, da ‘X’.

A vegetação também mudou um pouco, tem algumas plantas que não tinha antes, e tinha bem mais cipó também. O terreno onde está situado o bar pertence à Pioneira da Costa. Quando quiseram, era do Seu Arlindo e do meu pai, quando ele morreu, a Pioneira comprou a outra parte do terreno. Aqui na ilha só tem mesmo de dono legalizado a Associação e a Pioneira. Essa outra casa aí é do Lageano que comprou, ou ganhou, teve um problema com eles aí, o terreno da Associação 'X', parece que o terreno é dele por 100 anos, tem também o barraco do seu Andrino.

As inscrições eu conheço todas, tem uma grutazinha aí em que eu não tenho nem coragem de entrar, tô há todo esse tempo aqui e até hoje não entrei, tem que entrar de lado.

Seria melhor se tivesse um trapiche para a chegada de barcos.

Meu pai tinha algumas roças aqui na ilha, tinha plantação de milho, feijão, e as mulheres saíam de lá da Armação para peneirar o feijão e algumas outras tarefas.

Relacionado a contos, eu ouvia muitos, mas nunca vi nada. Meu pai que disse que viu uma coisa muito esquisita, era uma brasa, quem viu foi o meu pai e um amigo dele também, que era seu pescador. Eles estavam vindo pela trilha, o pai na frente e o rapaz atrás, e ele perguntou: – Seu João o senhor vai fumando?, e ele disse: – Não, não levo nada na mão. E aí encontraram uma brasa, e quando tornaram a olhar já não estava mais. Outro dia, foram buscar água num poço antigo que tinha aqui, aí ele foi lá e viu a mesma brasa dentro do poço, e ele levava a mão para pegar e ela ia para o outro lado, chamou mais gente para ver, e quando chegaram já não estava mais lá.

Essa praia daqui da ilha não era deste tamanho todo, era bem curtinha, tinha mato até quase na água, tinha tronco ali onde é areia hoje desta grossura aqui [mais ou menos 40 centímetros] chamava-se 'Tajuveira'. Também os ranchos dos pescadores, que eram todos cobertos de palha, daí a Associação chegou, a pesca foi fracassando e eles foram se retirando.

Volta e meia dá algum rolo com a Associação 'X'. Eles já cometeram um monte de crimes ambientais. Teve uma vez que trouxeram cerca de 200 toras de eucalipto, mas já que não podiam construir nada, a gente avisou o IPHAN e eles trancaram tudo aí.

Nós pegávamos muita tainha aqui, tinha muito mais peixe, hoje já não é a mesma coisa, tem muita embarcação por aí, a gente nem pesca mais tainha por aqui.

A cabaninha dos guias fica ali, do lado do restaurante, eu ajudo eles aqui. Tem muita gente que é contra, mas eu ajudo eles e o Hugo, foi ele que começou a trazer os turistas para cá. A primeira embarcação que começou a trazer gente para cá era dele, que ele comprou de um pescador lá da Armação; daí, com o tempo, os pescadores cresceram o olho e começaram a trazer gente também.

Tinha também, numa época, muita paca por aí, eles trouxeram para cá, porque não é nativa daqui.

Teve um filho de um sócio aí da Associação que andou escrevendo em cima das inscrições, mas depois não aconteceu mais nada. Tem uma pedra aí que se botar uma bússola em cima ela não pára, fica rodando, mais eu nem sei por quê, tem um tipo de imã. Tem também a caverna dos morcegos que atravessa a ilha de um lado a outro, nem tinha esse nome, na verdade, não tinha nem nome, mas com a chegada dos turistas botaram nome em tudo para mostrar a eles, com a chegada do Hugo. Só a Pedra da Vigia que a gente já chamava assim, era para vigiar as tainhas e até baleia.

Meu pai, que morreu com 82 anos, viu também uma vez, em cima de uma pedra, e contou nove pegadas, uma atrás da outra, parecia que alguém tinha acabado de passar por ali, então foi chamar a turma para ver e quando chegaram não tinha mais nada.

O sambaqui que tem aqui está debaixo do casarão da Associação, inclusive, eu mesmo já achei muitas pontas de flecha, machadinhas de pedra, até uns cachimbinhos de barro, tudo muito bem feitinho. É só fazer um buraco por ali debaixo que já vai encontrar um monte de coisas.

Eu nem abro o restaurante nestas épocas de inverno, porque também não vem ninguém para cá, só abro de setembro em diante.

Isto aqui já foi cercado [mata dos arredores da praia] uma vez pela Associação, daí foram cortando os arames, acharam que tinha ficado muito feio e acabou-se. Ainda tem alguns pedaços de cerca por aí.

Este muro de pedra que está aparecendo agora aqui, nem o meu pai conheceu. Isso apareceu com uma maré alta que deu e foi cavando, daí não faz nem dois anos que

o IPHAN botou essas rampinhas de madeira para as pessoas não passarem por cima do muro antigo que, segundo eles, tem um valor histórico.

Naquela época, as embarcações não tinham motor, era só vela e remo, quatro remos de voga. Teve uma noite que meu pai, pescando com o pessoal, foi no remo daqui ao Xavier e depois Moleques e voltou, a remo, numa só noite, e eles iam cantando. Dava para ouvir de longe, quando não tinha vento, era mais ou menos assim: ‘Canoeiro bota o remo...’ Não tinha nem fogão, não tinha nada, a gente amarrava uma corda na cumieira da casa e as panelas ficavam ali penduradas assando no fogo de chão. A gente pegava muito cação, escalava eles, fazia tudo em arroba.

Peixe mesmo era de rolo aí na praia. Meu pai, às vezes, por um motivo ou outro, não pescava durante o dia; chegava a meia-noite e dizia que ia lá pegar um peixinho para nós. Dava uma hora ele voltava carregado de tainha. Naquela época, era só nas vistas, hoje já tem aparelhagem que acusa, tem mais tecnologia.

Para mim isto aqui é um paraíso, uma vida muito tranqüila, não tem barulho de carros, se levanta muito cedo para pescar e também se dorme muito cedo.

Os gambás, no final de tarde, eles colocavam armadilhas de laço espalhadas por aí, quando chegava a noite tinha um em cada laço; os quatis mesmo também dá para comer. Não hoje porque eles não deixam, mas eu já comi, parece carne de coelho, teve uma época que veio uns pesquisadores aí do IBAMA e disseram para nós fazermos umas caixas grandes de madeira para colocar todos os restos de alimento ali para não deixar os quatis comerem, diziam que assim iam acabar com eles que eles iriam brigar por alimento e se matar e morrer de fome. Essa época de agora tu não encontra nenhum, parece que não tem, mas chega novembro por aí e eles começam a descer. Tem mais gente por aí, mais comida para eles.

Passarinho mesmo era bonito de se ver, tiê-sangue mesmo tinha de monte, tico-tico eram nuvens, a gente para brincar quando era criança, botava só uma tábua simulando uma arapuca com alguma comida em baixo só para ver cair em cima, a gente nem pegava.”

APÊNDICE 6 – Entrevista com Seu Serafim Artur Arcenio

Está hoje com 79 anos. Caçou baleias em lancha baleeira, a remo. Eram quatro pessoas remando, mais o capitão atrás, no leme, e o arpoador na frente. O “tiro” se dava entre a cabeça e a asa das baleias; o arpão era composto, na ponta, por um cilindro metálico com um estopim, dentro tinha três bananas de dinamite, pegava fogo, vinha para a espoleta e estourava dentro da baleia. Então, eles amarravam a baleia nas baleeiras e traziam para a praia. “Teve uma que encalhou aqui [Armação] na beira da praia. Vieram dois tratores para tentar trazer elas mais para cima e não conseguiram. A baleia tinha 16 metros de comprimento, muitas toneladas, era uma semana para desmanchar o toucinho. Teve baleia que a gente pegou por aí que um pedaço de couro com a gordura tinha mais ou menos meio metro quadrado. Com arame nas duas pontas, tinha que pegar de dois para transportar.”

Seu Serafim chegou a ter o seu próprio rancho na Ilha do Campeche. Mora na Armação há mais de 55 anos, mas foi criado na praia do Pântano do Sul. Desde quando chegou à Armação, pescava na Ilha do Campeche. “Quem tinha rancho lá eram só os pescadores daqui. O seu Vivico, que herdou do Major Vítor, que é quem era o primeiro dono do rancho em que trabalhou, quem tomou conta no final foi o seu Serafim, até mais ou menos 1964, quando foi trabalhar com o pessoal do Clube ‘X’, trazendo gente de lá para cá com um barco grande que eles tinham, uma baleeira grande, que entrou na ilha em 1952. Eles disseram: ‘Agora a Ilha do Campeche é nossa’. Na época, os sócios eram o General Rosinha, o Argumilha, o irmão do Major Vítor, que era o seu Pedro Mendes, e outros. Eram 14 sócios. Hoje, dizem que já tem mais de 500. Em 1967, ficou cego de um olho e aposentaram ele. A Ilha está com eles agora, mas não é para sempre, quando acabar o prazo volta a ser só do governo.”

Conheceu a ilha mais ou menos em 1944, e “era muito diferente, a liberdade que a gente tinha era outra. A gente saía de noite para buscar água em um poço que tinha por lá, depois de um bambuzal, e o pessoal tinha medo, diziam que aparecia lobisomem”. Seu Serafim nunca viu nada. “Tinha uma luz de que falavam também. Foi o meu compadre que viu, uma luz acesa que caía, como uma lâmpada acesa que caía, um diamante de luz. Eles levavam a mão para pegar e não conseguiam.” A Dona

Bernardina (mulher do seu Serafim) diz que um irmão seu já viu lobisomem. “Era um tipo de um cachorro peludo, ele tirava a roupa e se embrulhava na cama do boi ou do cavalo, uma coisa assim.”

“Tinha muito gambá na ilha, hoje não tem nenhum. Tinha também quati e tatu que foi eu quem colocou. Veio uma caixa lá da serra com cinco tatus dentro, três morreram e dois ficaram na ilha, tem tatu lá até hoje. O quatis foram eles mesmos quem levaram em uma caixinha. Cobra não tem lá, pegaram uma só que foi com alguma coisa para lá, era uma jararacuçu, mas mataram. O que tem de mais perigoso na Ilha do Campeche é o escorpião, teve um rapaz que foi mordido lá e depois de uma semana morreu. As inscrições rupestres da ilha, claro que querem dizer alguma coisa, foram deixadas por alguém, mas não dá para saber o que significam, a pegada que tem em cima da pedra lá é de um pé muito grande.

Tinha gente que tinha muito medo de ficar por lá durante a noite. Teve um rapaz lá antes de mim que passou duas noites, se assustou com alguma coisa, pegou uma canoa, botou uma vela e veio para cá. Os ranchos eram de madeira e a madeira passava o dia no sol, chegava a noite, já mais fria, e as madeiras dos ranchos começavam a estralar.

A gente pescava de tudo lá naquele mar, tinha muito peixe, era tainha, anchova, cação. Nos meses de janeiro, fevereiro e março, quando dava uma maré mais alta, a gente chegava na beira da praia, tinha vários marimbauzinhos que vinham correndo pela beira, era só jogar a rede e pronto. Hoje em dia já tá bem mais difícil.

Os pássaros na ilha eram uma coisa incrível: tiê-sangue tinha de monte, mas se pegasse algum deles para trazer para casa, quando chegava aqui ele morria, tinha que deixar eles soltos por lá mesmo, tico-tico tinha de monte, só depois que apareceu o pardal que eles começaram a desaparecer, com os quatis também, né?

O turismo na ilha, para nós que trabalhamos com eles, é uma coisa muito especial, muito boa mesmo. Vai de manhã até as onze, leva eles para lá, final de tarde, ali por umas quatro da tarde vem de volta, no dia seguinte de novo. Começa em dezembro e vai até março. Os turistas não estragam nada das inscrições, só se levassem dinamite para estragar. Também tem os guias que são daqui mesmo, eles

levam o pessoal pelas trilhas, até a pedra fincada, até o saltador, até o saco da ponte, até a pedra preta. Para tudo tem um nome lá.

A ilha, depois dos índios, passou a ser dos pescadores, depois tiveram os ingleses por lá para enterrar o que tinha sobrado do cabo submarino para alguma futura manutenção. Ele ia pelo meio do mar até a Inglaterra, servia para comunicação, mais uso militar mesmo, de lá ele vinha para praia do Campeche. Saía na base antiga e seguia para dentro do Brasil, na base francesa, que diziam que era aqui no Campeche.

Naquela época, agente plantava mandioca, milho e feijão lá, o que é mato hoje, ali atrás do restaurante Bacalhau, era tudo plantação do seu João de Jorge, pai do Nabor. O mato que tem ali é todo novo, nascido de 1952 para cá, desde que a Associação proibiu de plantar lá. A única coisa que levaram para plantar lá, na minha época, que não era de lá, foi o bambu. Foi o seu Lino que levou, para botar depois nas redes, e também palha para cobrir os ranchos que eram feitos de bambu amarrado um do lado do outro. A panela era pendurada no teto por um arame e o fogo no chão. Era bom porque no inverno esquentava, a gente dormia seguido lá, quando tinha mau tempo. Às vezes, mais de cinco dias.

A foto diz o seu Serafim que é o seu mané Pedro, o seu Vivico e o Domingos marinho, que era muito corajoso, chegava na hora do almoço, ele pegava um prato de comida e sentava ali mesmo para comer, para ele não tinha cheiro ruim.

Outros pesquisadores já lhe entrevistaram, mas não se lembra da onde eram.

APÊNDICE 7 – Entrevista com Domissa Isabel Januário

Antiga moradora da Armação do Pântano do Sul, nasceu lá, é descendente de escravos, tem hoje 88 anos e ainda faz renda muito bem, pude comprovar.

“Na pesca da baleia, as mulheres não ajudavam muito, a pesca era uma atividade de homens, das poucas coisas que faziam, muito dificilmente, ajudavam a derreter o toicinho da baleia nos caldeirões, com mais frequência, cozinhavam ou, na maioria das vezes, fritavam a carne da baleia que era cortada pelos homens para o consumo. Como sempre sobrava muito, eles davam muita carne para quem quisesse. O que sobrava e não era carne boa eles enterravam por causa do mau cheiro que ficava. O óleo era todo derretido e vendido para fora, diziam que ia para os Estados Unidos. Teve quase 500 tambores de óleo de três baleias que mataram aqui que foram para lá. As baleias eram mortas no mar e eram trazidas para cá na praia, no canal, entre a Armação e o Matadeiro. Aqui eles cortavam e derretiam o óleo. Os tonéis, esses que encontraram na ilha, são de outra época muito mais tempo atrás. Creio que era na época em que eles mandavam o óleo para a coroa portuguesa. Essas últimas baleias que mataram aqui na década de 40 e começo da de 50 foram, na maioria, mortas pela tripulação do seu Arlindo da Pioneira da Costa, com os barcos da empresa que se chamava Do Isac, que era o pai do seu Arlindo. O nome dele era o nome da firma, hoje, Pioneira.”

A Ilha do Campeche ela nem chegou a conhecer, quem ia mais lá eram os pescadores. As atividades das crianças eram poucas; desde cedo já tinha trabalho. Não foi à escola, mas, na época de suas filhas, na Armação só tinha até a 6ª série, depois disso, as crianças já começavam a ajudar os pais nos trabalhos. Na maioria das vezes, era na pesca, só os filhos de ricos iam para fora estudar em outros lugares.